Editora Bernoulli

HISTÓRIA

Volume 01

Sumário - História

Frente A

Frente B

HISTÓRIA

MÓDULO 01 FRENTE A

Grécia

CRONOLOGIA

O período conhecido como História Antiga é o mais extenso da tradicional cronologia histórica. Seu marco inicial é a invenção da escrita, datada de aproximadamente 4 000 anos antes de Cristo, e seu final se deu com a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C.

Nesse período, enquadram-se o surgimento de grandes civilizações – como a egípcia –, o início da história do povo hebreu e a constituição dos grupos que habitavam a região conhecida como Mesopotâmia.

FORMAÇÃO

A região sul da Península Balcânica, as ilhas do Mar Egeu e o litoral da Ásia Menor deram origem ao mundo grego. Essa região foi ocupada inicialmente por cretenses e, posteriormente, por aqueus (civilização micênica), dórios, jônios e eólios, povos de origem indo-europeia.

A localização geográfica e o solo pouco fértil transformaram o comércio na principal atividade econômica desses grupos. A expansão comercial grega, a partir do século VIII a.C., levou à colonização de vários pontos ao longo do Mediterrâneo, chegando até ao sul da Itália, região conhecida como Magna Grécia. Isso ocorreu por causa de um vasto movimento de expansão, o que levou à fundação de cidades gregas na costa do Mediterrâneo, solucionando a demanda de terras por parte dos mais pobres e estabelecendo-se novos vínculos comerciais.

Territórios colonizados

Cidades da Grécia Antiga

Internamente, a sociedade se baseava nos genos, comunidades agrícolas autossuficientes. Na chamada comunidade gentílica, a propriedade era comunal e a política era comandada pelo *pater*, geralmente, o homem mais velho. Esse período ficou conhecido como Período Homérico, já que as poucas fontes que restam se encontram nos poemas *Ilíada* e *Odisseia,* ambos atribuídos a Homero.

O crescimento demográfico da comunidade gentílica levou à disputa de terras e à consequente união de vários genos, visando à formação de alianças defensivas, o que pôs fim à divisão interna desses genos. A propriedade da terra deixou de ser comunal, surgindo, desse modo, uma elite proprietária de terras no interior do mundo grego. Além disso, as condições do território – marcado por acidentes geográficos – bem como as constantes disputas entre povos de culturas diferentes (dórios, jônios e eólios), levaram ao isolamento desses grupos e à posterior formação das cidades-estado.

Cada cidade possuía completa autonomia política e econômica, bem como suas próprias práticas religiosas e culturais. A partir da Acrópole, normalmente o centro geográfico e local mais elevado, se organizava a administração da pólis, culminando no desenvolvimento de um núcleo urbano. O poder passou, gradativamente, a ser exercido por um pequeno grupo de proprietários que se revezavam no controle político, constituindo uma oligarquia.

Pelas características adquiridas, os anos compreendidos entre os séculos VIII a.C. e VI a.C. compuseram o período conhecido como Arcaico – assim denominado inicialmente pela Arqueologia, que situa nesse período as primeiras manifestações da arte grega. Apesar da existência de inúmeras cidades-estado durante esse período, sobre duas delas nos debruçaremos: Atenas e Esparta.

ATENAS

Localizada no sul da Grécia, Atenas foi ocupada inicialmente por aqueus e, posteriormente, por eólios e jônios. A unificação em cidade-estado, no século X a.C., proporcionou a formação de uma monarquia, na qual o poder era concentrado nas mãos do chamado basileu, proprietário mais poderoso, que exercia a função de rei. A deposição do último basileu, entretanto, levou à formação de um regime oligárquico, baseado no Arcontado, órgão que controlava a política. Os arcontes (em grego, o responsável por um "arquê", cargo) eram escolhidos para ocuparem mandatos anuais. Ainda assim, vale ressaltar que Atenas, àquela época, seguia uma forma aristocrática de governo.

Após a expansão ateniense pelo sul da Itália e pelo Mar Negro, entre os séculos VIII a.C. e VI a.C., uma grave crise social mergulhou Atenas em violência. Buscou-se, assim, a organização jurídica. Nesse contexto, destacaram-se as figuras de dois grandes legisladores: Dracon e Sólon. O primeiro transformou em registro escrito o conjunto de leis baseado na tradição oral ateniense, reafirmando o poder da elite, os eupátridas, que, em geral, ocupavam cargos no Arcontado. Já Sólon aboliu a escravidão por dívidas, enfatizou o direito de qualquer pessoa prestar queixa, mesmo em nome de terceiros, de modo a corrigir uma injustiça, e propôs uma divisão censitária da sociedade, ou seja, de acordo com a renda de cada indivíduo.

Ao invés de sanarem os problemas atenienses, as medidas de Sólon agravaram os problemas sociais, proporcionando o surgimento das tiranias, ou seja, a ascensão política de líderes autoritários que não tinham respeito pelas tradicionais normas que regulavam a vida da pólis. Foi somente em 510 a.C. que Clístenes retirou do poder o último tirano e instalou em Atenas as condições para a implantação da democracia. O governo popular (*demos* = povo, *kratos* = governo) é uma das maiores contribuições gregas para as sociedades atuais.

A construção da democracia ateniense

A constituição do regime democrático em Atenas foi um longo processo, tendo em vista as diversas formas de resistência a essa instituição. O domínio de novas áreas de exploração também colaborou para o fortalecimento da democracia, já que a prosperidade proporcionada pelos recursos provenientes dessas regiões permitia que os cidadãos atenienses tivessem tempo suficiente para exercerem maior participação na vida política.

Diferentemente da aristocracia, a democracia é baseada na premissa da igualdade e não da distinção. No caso de Atenas e de outras cidades gregas, com exceção de Esparta – que continuou sendo uma diarquia –, a democracia era direta. Isso significa que não havia representação, como no caso das eleições atuais, ou seja, cada cidadão ateniense podia tomar parte nas decisões públicas. Na Ágora, edificação situada no centro da pólis, era organizada a Eclésia, assembleia que se reunia cerca de quarenta vezes por ano para discutir assuntos políticos, questões de guerra e paz, bem como temáticas referentes à religião e às festas.

Para participar dessa assembleia, o sujeito deveria ser livre, afinal, os gregos acreditavam que a liberdade e a ociosidade estavam intimamente conectadas à participação política. Desse modo, os membros da Eclésia deveriam possuir escravos para que, livres das atividades manuais e do trabalho, pudessem praticar a política.

Eram considerados cidadãos os homens, filhos de pai e mãe atenienses, maiores de dezoito anos. Por volta de 430 a.C., a região possuía cerca de 310 mil habitantes e em torno de 40 mil cidadãos. A democracia ateniense, portanto, excluía alguns grupos, como as mulheres, os estrangeiros (chamados metecos) e os escravos. Apesar disso, o sistema dava direito a pequenos proprietários e camponeses de tomarem decisões junto aos grandes proprietários. É nisso que residia a força da democracia antiga: nela, os relativamente pobres tinham o mesmo poder de decisão que os mais ricos.

Outra instituição política era a Bulé, uma espécie de conselho ou senado, que era encarregada de analisar os projetos de lei e de supervisionar a administração pública, a diplomacia e os assuntos militares. A ocupação dos cargos da Bulé se dava por sorteio, e seus ocupantes eram remunerados. Existiam também os magistrados, incumbidos de executar as decisões da Eclésia.

Para reforçar os princípios da justiça, os gregos instituiram, ainda, o ostracismo, que consistia no banimento por um período de dez anos de todo indivíduo considerado uma ameaça à democracia.

Com a instituição de tais práticas políticas, iniciou-se em Atenas o chamado Período Clássico, durante o qual a democracia ateniense teve seu apogeu, principalmente com a atuação do estadista Péricles. A força de Atenas nesse período tornou-se tão grande que o século V a.C. é conhecido como o século de Péricles.

Antes da análise da sociedade ateniense, é importante ressaltar que, apesar de sua curta duração e de suas restrições, a democracia ateniense deixou um grande legado, pois construiu a noção da participação de todos nos assuntos de ordem pública. As leis aprovadas deveriam ser respeitadas por todos, as decisões tomadas eram públicas e a modificação das mesmas só poderia ocorrer com o consenso da maioria. Mesmo com as transformações sofridas pela democracia, quando esta passou a ser revalorizada no Ocidente a partir do século XVIII, seus conceitos e sua prática são referências (ou deveriam ser) para a prática política na atualidade.

A sociedade ateniense

A sociedade ateniense era dividida em três grupos principais: os cidadãos, os metecos e os escravos. Os cidadãos, ou eupátridas, nascidos em Atenas, controlavam o poder político e detinham a maioria das terras. Podiam se dedicar à vida política, já que o trabalho era todo executado por seus escravos, e as mulheres se dedicavam às atividades domésticas e à criação dos filhos, futuros cidadãos.

Apesar de serem considerados livres e se dedicarem às mais diversas tarefas, como artesanato, arte e comércio, os metecos não tinham direitos políticos e eram proibidos de se casar com cidadãos. Em sua maioria, eram estrangeiros e pagavam uma taxa para viver na pólis. Ainda assim, alguns conseguiam, a partir de seu trabalho, acumular riqueza.

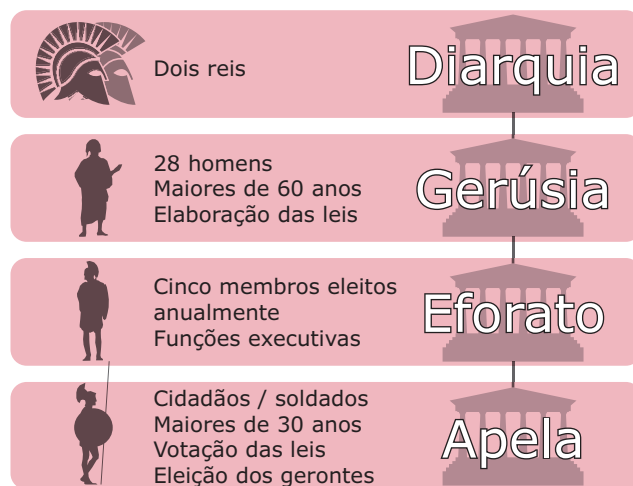
Os escravos, por sua vez, eram a base da sociedade e exerciam todo tipo de função dentro do território ateniense. Um indivíduo poderia se tornar escravo por nascimento, caso fosse filho de escravo, por dívida ou por ser prisioneiro de guerra. Como já foi dito, o trabalho escravo foi fundamental para que os cidadãos pudessem se dedicar completamente à vida pública, ou seja, às atividades políticas realizadas na Ágora. De acordo com Pedro Paulo Funari:

> Os escravos de Atenas eram em sua maioria prisioneiros de guerra (gregos ou "bárbaros", como eram chamados pejorativamente os não gregos) e seus descendentes, considerados não como seres humanos dignos, mas como "instrumentos vivos". Dos escravos, cerca de 30 mil trabalhavam nas minas de prata, das quais se extraía metal para armamentos, ferramentas e moedas, 25 mil eram escravos rurais e 73 mil eram escravos urbanos empregados nas mais variadas tarefas e ofícios, permitindo que seus donos se ocupassem dos assuntos públicos.
>
> FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Grécia e Roma:* vida pública e vida privada. Cultura, pensamento e mitologia. Amor e sexualidade. São Paulo: Contexto, 2002.

Os trabalhadores gregos dedicavam-se à olaria, usando o torno para modelar vasos que eram levados a fornos.

ESPARTA

Fundada pelos dórios no século IX a.C., Esparta se desenvolveu na Península do Peloponeso e, diferentemente das demais regiões da Grécia, apresentava terras férteis. Desse modo, sofreu menos com crises econômicas do que as outras cidades-estado.

A política espartana era controlada por uma oligarquia guerreira que dominava o Estado e a propriedade da terra. A pólis espartana era, portanto, oligárquica e aristocrática, com o monopólio político nas mãos dos cidadãos-guerreiros. A política era debatida em uma assembleia conhecida como Apela, onde eram eleitos a Gerúsia e o Eforato, órgãos com função legislativa e executiva, respectivamente. A religião e o Exército ficavam a cargo de dois reis na chamada diarquia.

A sociedade se dividia entre espartanos, periecos e hilotas. Os espartanos constituíam a elite militar e a minoria dos habitantes da cidade. Detinham o poder político e o controle da maioria das terras férteis da região. Os homens dedicavam-se à guerra e aos assuntos públicos, enquanto as mulheres deviam criar, dentro do espírito espartano, os futuros guerreiros. Os periecos eram livres e não possuíam direitos políticos, dedicando-se ao comércio e ao artesanato. O casamento entre periecos e espartanos era proibido, e aos primeiros eram reservados os cargos inferiores no Exército e a obrigatoriedade do pagamento de tributos. Os hilotas eram servos do Estado e estavam presos à terra. Trabalhavam nas propriedades dos espartanos e deviam pagar tributos a estes. Não tinham direitos políticos e estavam submetidos a maus-tratos sem que lhes coubesse proteção legal.

Numa sociedade em que a maioria da população era constituída por hilotas, o grupo mais explorado, cabia à elite a preocupação com sua própria proteção. A militarização, portanto, foi a característica mais marcante de Esparta. Os homens, desde a infância, eram treinados na arte da guerra, e a preocupação com a excelência física era fundamental. A educação militar das crianças ficava a cargo do Estado, e as mais saudáveis eram instruídas até se tornarem hoplitas, soldados das forças espartanas.

No filme 300, baseado na história em quadrinhos de Frank Miller, fica claro o ideal guerreiro espartano.

GUERRAS MÉDICAS

As Guerras Médicas ou persas foram uma série de batalhas durante o século V a.C. Naquele momento, as cidades gregas enfrentaram seguidas tentativas de invasão, quando Dario I e, posteriormente, Xerxes, reis persas, investiram contra o território grego.

Para fazer resistência frente aos fortes exércitos persas, as cidades-estado abdicaram de seu relativo isolamento e de sua autonomia e, assim, formaram a Liga de Delos, uma associação militar entre as cidades gregas que arrecadava impostos, depositados na ilha de Delos, visando ao fortalecimento do Exército grego.

Após a vitória dos gregos, possibilitada pela união das pólis, Atenas insistiu na manutenção da Liga, dando início a um período de submissão das demais cidades a seu poder. Essa fase recebeu o nome de imperialismo ateniense.

GUERRA DO PELOPONESO

O domínio de Atenas sobre as demais cidades marcou o apogeu da cultura clássica. Atenas viveu sua idade de ouro principalmente durante o governo de Péricles. A democracia se consolidou entre os atenienses e as tradições dessa cidade-estado foram impostas ao restante da Grécia.

As demais cidades, porém, não aceitaram pacificamente o domínio ateniense e, comandadas por Esparta, formaram a Liga do Peloponeso. Em 431 a.C., portanto, eclodiu a guerra entre Esparta e Atenas, conflito que acabou se expandido para as demais cidades aliadas. Assim, em 404 a.C., na batalha de Egos Potamos, confirmou-se a vitória dos espartanos.

A partir desse período, várias cidades sucederam-se no controle do poder na região, ocasionando conflitos diversos, o que gerou o enfraquecimento geral das cidades gregas e permitiu a invasão dos macedônios no século IV a.C.

PERÍODO HELENÍSTICO

O Período Helenístico, compreendido entre os séculos III a II a.C., abrange o período da expansão territorial e cultural da Grécia, que se deu especialmente pelo Oriente, onde, mesmo após a derrocada grega, manteve-se preservada a cultura helênica.

O principal responsável por essas transformações foi Alexandre, o Grande, imperador da Macedônia, que havia conquistado a região da Grécia. Durante sua expansão, Alexandre derrotou os persas e atingiu a região da Índia, fundando uma série de cidades que levavam o seu nome, sendo a mais célebre Alexandria do Egito.

Expansão das conquistas gregas

Essa expansão não resistiu, no entanto, à morte de Alexandre. Mergulhado em conflitos internos e divisões políticas, o Império Macedônico desintegrou-se, formando monarquias

na Macedônia, no Egito e na Síria, que foram, gradativamente, incorporadas ao domínio romano a partir do século II a.C. No entanto, as cidades gregas mantiveram suas instituições e parte de sua cultura.

Museu Nacional Arqueológico de Nápoles

Alexandre Magno e seu cavalo Bucéfalo, na Batalha de Issus (333 a.C.). Mosaico encontrado em Pompeia, na Itália.

Cultura

O legado cultural dos povos gregos foi fundamental para a formação das sociedades ocidentais atuais. Suas contribuições estão presentes especialmente nos campos da Filosofia e das artes. Nas Ciências Humanas, destacam-se as obras de Sócrates, Platão e Aristóteles, além da contribuição dos gregos para os estudos históricos, com os trabalhos desenvolvidos por Heródoto e Tucídides.

A religião politeísta cultuava uma série de deuses antropomórficos, que, muitas vezes, estavam submetidos aos desejos e paixões humanas. Esses deuses participavam diretamente da vida dos homens, diferenciando-se destes apenas por sua imortalidade. Entre as várias divindades, podemos citar: Zeus, Atena, Apolo, Poseidon, Afrodite, Hermes, etc.

Na literatura, destacam-se dois grandes poemas épicos, ambos atribuídos a Homero: *Ilíada* e *Odisseia*. O primeiro narra os eventos vinculados à guerra de Troia e à vida do guerreiro Aquiles. Na *Odisseia*, é narrada a aventura de Ulisses, ou Odisseu, em sua volta após a mesma guerra.

O teatro grego foi marcado pelas tragédias e pelas comédias com autores como Ésquilo, de *Prometeu acorrentado* e *Sete contra Tebas*, considerado o pai da tragédia; Sófocles, que escreveu as grandes tragédias *Édipo Rei e Antígona;* e Aristófanes, também conhecido por suas comédias, como *As rãs* e *As nuvens*.

Outra grande área de destaque foi a arquitetura, em que se destacaram os estilos jônico, dórico e coríntio, bem como grandes construções, como a do Partenon.

Steve Swayne / Creative Commons

Acrópole de Atenas

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (Fatec-SP–2009) As civilizações da Antiguidade Clássica – Grécia e Roma – desenvolveram uma estrutura socioeconômica alicerçada no escravismo. Sobre essa temática, pode-se afirmar que

I. a escravidão foi indispensável para a manutenção do ideal democrático em Atenas, uma vez que os cidadãos ficavam desincumbidos dos trabalhos manuais e das tarefas ligadas à sobrevivência.

II. a escravidão foi abolida em Atenas quando Péricles estabeleceu o direito político a todos os cidadãos, reconhecendo, dessa forma, a igualdade jurídica e social da população da Grécia.

III. os escravos romanos, por terem pequenas propriedades e direitos políticos, conviveram pacificamente com os cidadãos romanos, como forma de evitar conflitos e a perda de direitos.

IV. os escravos romanos, que se multiplicavam com o expansionismo de Roma, estavam submetidos à autoridade de seu senhor, e sua condição obedecia mais ao direito privado do que ao direito público.

É **CORRETO** apenas o que se apresenta em

A) I e II.
B) I e IV.
C) II e III.
D) II e IV.
E) III e IV.

02. (USC-SP–2009) Os antigos gregos autodenominavam-se helenos e a seu país chamavam Hélade. Nunca chamaram a si mesmos de gregos, nem à sua civilização, Grécia, pois essas palavras são latinas, tendo sido a eles atribuídas pelos romanos. É **CORRETO** afirmar, com relação aos aspectos socioculturais da Grécia Antiga, que

A) a cultura grega foi muito influenciada pelas crenças religiosas. Os gregos eram politeístas, a religião não impunha verdades absolutas e os deuses eram dotados de poderes sobrenaturais.

B) Esparta era uma cidade de caráter militarista e oligárquico, e a educação tinha por finalidade formar, inclusive, meninas guerreiras, com direito de participação na vida política.

C) a oligarquia militarista, em Esparta, e a democracia aristocrata, em Atenas, foram retratadas nas obras imortais Odisseia e Ilíada, de Homero.

D) os escravos das cidades-estado geralmente eram gregos capturados nas cidades da costa marítima. Eram utilizados em todas as atividades produtivas e seu dono possuía plenos poderes sobre eles, podendo castigá-los ou matá-los.

E) foi uma sociedade aberta aos estrangeiros, pois os helenos (gregos) costumavam chamar de bárbaros apenas os espartanos, por apresentarem costumes diferentes dos seus.

03. (UFJF-MG–2009) Leia o trecho a seguir.

A aspiração máxima do escravo, obtido por guerra, era alcançar a alforria. Vários textos aconselhavam a promessa de liberdade como estímulo. A decisão de libertar o escravo partia do senhor na imensa maioria dos casos e, com freqüência, o candidato à alforria pagava seu preço ao dono.

CARDOSO, C. *O trabalho compulsório na Antigüidade*. Rio de Janeiro: Graal, 2003. p. 57 (Adaptação).

Em Atenas, no século V a.C., normalmente quando o escravo de um particular era libertado, ele passava a ser considerado

A) cidadão com plenos direitos.

B) indivíduo que obrigatoriamente participava do Exército da cidade.

C) meteco, estrangeiro livre residente na cidade.

D) escravo do Estado, sujeito a trabalhos forçados.

E) indivíduo que ameaçava a cidade, sendo, portanto, expulso.

04. (UFPE–2009) O mito grego de Prometeu é bastante representativo na leitura do passado e do presente históricos. Seu grande significado está relacionado com

A) a fundação da democracia grega.

B) a condição humana e a criação da cultura.

C) o fim da tragédia na época de Ésquilo.

D) os escritos de Platão sobre a beleza e a política.

E) o término do conflito entre os atenienses e os espartanos.

05. (UFAL) As religiões foram importantes para construir a cultura humana, responder aos anseios e às indagações de cada época vivida. Na Antiguidade, as religiões

A) tiveram seus fundamentos baseados na observação da natureza, questionando mistérios e também o seu envolvimento com a força política.

B) trouxeram unidade cultural para os povos mais primitivos, com seus deuses portadores de mensagens éticas e libertadoras.

C) firmaram princípios importantes para a vida social, além de estarem articuladas com as relações de poder da época.

D) restringiram-se a construir rituais de oferendas às divindades, sem preocupação com princípios morais e políticos.

E) foram fundamentais para a formação dos governos imperiais, devido ao estímulo que davam aos rituais de poder.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFAL) Graciliano Ramos mostrava preocupação com os votos do eleitor acerca de seu governo. Na Antiguidade Clássica, os atenienses demonstraram a importância da legitimação do poder político. No século V a.C., Péricles diz aos seus cidadãos:

Nossa constituição política não segue as leis de outras cidades, antes lhes serve de exemplo. Nosso governo se chama democracia, porque a administração serve aos interesses da maioria e não de uma minoria. De acordo com as nossas leis, somos todos iguais no que se refere aos negócios privados. Quanto à participação na vida pública, porém, cada qual obtém a consideração de acordo com seus méritos, e mais importante é o valor pessoal que a classe a que se pertence; isso quer dizer que ninguém sente o obstáculo de sua pobreza ou condição social inferior quando seu valor o capacite a prestar serviços à cidade. Por essas razões e muito mais, nossa cidade é digna de admiração.

AQUINO, Rubim dos Santos Leão de. *et al. História das sociedades*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980. p. 201.

No contexto histórico do desenvolvimento da democracia ateniense, pode-se afirmar que o texto

A) mostra que os escravos possuíam direitos de participar da vida política porque faziam parte dos negócios privados.

B) sugere que houve uma ampliação do direito à cidadania mais por atributos individuais do que em função das condições materiais.

C) revela que somente a classe dominante poderia intervir nos negócios privados e atuar na organização da vida pública.

D) demonstra que as camadas mais pobres não tinham o direito ao voto, pois eram excluídas da vida pública e da vida privada.

E) confirma que o governo da maioria é fundamental para a eliminação da pobreza e da luta das classes sociais.

02. (Mackenzie-SP)

[...] a *massa popular é assimilável, por natureza, a um animal escravo de suas paixões e de seus interesses passageiros, sensível à lisonja, inconstante em seus amores e em seus ódios; confiar-lhe o poder é aceitar a tirania de um ser incapaz da menor reflexão e do menor rigor.*

PLATÃO (428-348 a.C.)

Nas pólis, cidades-estado gregas, o que era de interesse particular converteu-se em interesse público e, como tal, tornou-se objeto de debates.

A respeito desse tipo de governo, assinale a alternativa **CORRETA**.

A) O racionalismo grego foi responsável pelo surgimento da noção de individualismo, segundo o qual o ser humano e as ideias por ele defendidas seriam mais importantes do que as coletivas.

B) Com o declínio de um governo aristocrático, uma nova concepção de igualdade passou a funcionar como princípio regulador da vida pública, na qual todos os cidadãos, sem exceção, estavam nivelados perante a lei.

C) Com a gradual mudança para um governo no qual o indivíduo estaria sob a autoridade das leis, ocorreram revoltas, pois não foram levadas em consideração as diferenças naturais existentes entre os homens.

D) A submissão do indivíduo a normas, fossem elas jurídicas ou morais, acabou por gerar nos cidadãos um sentimento de injustiça, pois alguns se consideravam mais leais à cidade do que outros.

E) Platão definiu o homem como "um animal político" e defendeu a inserção de todos na discussão dos assuntos da cidade, mas, para ele, a autonomia plena só seria alcançada se o indivíduo não se comprometesse com a política.

03. (UNESP-SP)

Observe e compare as imagens seguintes.

Egito Antigo:
O Escriba Sentado,
século XXVI a.C.

Grécia Clássica:
Míron – Discóbolo,
cerca de 450 a.C.

A) **CITE** uma diferença na forma de representação do corpo humano numa e noutra escultura.

B) **EXPLIQUE** a importância da escrita para o Estado egípcio na época dos faraós e a dos Jogos Olímpicos para as cidades gregas do século VIII a.C. ao V a.C.

04. (Fatec-SP) Sabe-se que as mulheres cretenses desfrutaram de direitos e obrigações quase desconhecidos em outras regiões na Antiguidade. Sobre elas, afirma-se que

I. possuíram uma importância que transparecia na religião, uma vez que a sua principal divindade era uma deusa, a Grande Mãe.

II. apesar de todos os direitos, elas estavam proibidas de participar das cerimônias religiosas e das grandes festas.

III. muitas delas eram caçadoras, pugilistas, fiandeiras, sacerdotisas e até toureiras.

Dessas afirmações, está(ão) **CORRETA**(**S**) apenas

A) I.
B) II.
C) I e II.
D) I e III.
E) II e III.

05. (UFES) O conjunto das reformas políticas que se encontravam na origem da pólis dos lacedemônios estava reunido em um documento proveniente do oráculo de Delfos denominado "Grande Retra", muito provavelmente um decreto-lei primitivo, anterior ao século VI a.C., sobre o governo espartano.

De acordo com esse documento:

Depois que o povo estabelecer o santuário de Zeus Silânio, distribuir-se em tribos, e tiver estabelecido um conselho (Gerúsia) de trinta [anciãos], incluindo os reis, que se reúna de estação a estação para a festa de Apelas. Que os anciãos apresentem ou rejeitem propostas, mas que o povo tenha a decisão final. No entanto, se o povo se manifestar de forma incorreta, que os anciãos e os reis rejeitem [o que o povo tiver decidido].

FUNARI, P. P. A. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 30 (Adaptação).

A respeito da organização política de Esparta no Período Clássico (séculos V e IV a.C.), **NÃO** é correto afirmar que

A) o corpo cívico era constituído por indivíduos de sexo masculino, nascidos de pai e mãe espartanos, os assim denominados *homoioi* ou "iguais".

B) a pólis era uma oligarquia que, de modo atípico, conservava a instituição da realeza, representada por dois reis escolhidos entre as famílias mais importantes, os quais eram obrigados a jurar lealdade à Constituição espartana.

C) o Estado espartano regulava estritamente o sistema educacional dos cidadãos, razão pela qual as crianças do sexo masculino eram, aos 7 anos de idade, retiradas do convívio familiar para receberem uma formação militar coletiva.

D) o conselho espartano (Gerúsia) era formado por trinta membros, cabendo-lhe a tarefa de elaborar os projetos de lei a serem submetidos à assembleia, e atuava como a mais alta instância da justiça criminal.

E) a assembleia espartana (Eclésia), da qual fazia parte o conjunto da população da Lacedemônia (espartanos, periecos e hilotas), era soberana, sobrepondo-se à capacidade decisória da Gerúsia.

06. (Mackenzie-SP–2006) Berço da Filosofia, a Grécia Antiga legou ao pensamento ocidental obras que o marcaram profundamente, e que ainda hoje o influenciam. É o caso, notadamente, do diálogo *A República*, de Platão. Assinale, a seguir, a alternativa que traz, em resumo, uma das principais ideias dessa obra.

A) "Os males das cidades devem cessar quando elas forem governadas pelos filósofos ou quando seus governantes se puserem a filosofar seriamente, unindo, como reis-filósofos, o poder político à verdadeira Filosofia."

B) "O mando e a obediência são condições inevitáveis e convenientes entre os homens. Alguns deles são, por natureza, nascidos para ser mandados, e outros para mandar. Portanto, a escravidão nada tem de injusto ou antinatural."

C) "Todas as coisas são verdadeiras para aquele que as experimenta, pois o próprio homem é a medida de todas as coisas, das que são e das que não são."

D) "O universo está em contínua mudança de estado. Um homem jamais entra num mesmo rio duas vezes, pois serão sempre outras as águas que por ele correm."

E) "A água é o princípio de todas as coisas, o que se prova por serem de natureza úmida os embriões de todos os seres, e de natureza seca as coisas sem vida".

07. (FGV–2006) *Ninguém cuidava de atingir um objetivo honesto, pois não se sabia se se ia viver o suficiente para realizá-lo. Ninguém era retido nem pelo temor dos deuses nem pelas leis humanas; não se cuidava mais da piedade do que da impiedade desde que se via todos morrerem indistintamente.*

TUCÍDIDES. In: WOLFF, Francis. *Sócrates*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 31.

Sobre a crise provocada pela Guerra do Peloponeso, é **CORRETO** afirmar:

A) O final da guerra resultou em um período de florescimento cultural e político, denominado "Século de Péricles".

B) Após o tratado de paz assinado por atenienses e espartanos em 421 a.C., a guerra recomeçou com a traição de Péricles.

C) A primeira potência hegemônica da guerra foi Esparta, sucedeu-lhe Tebas e, por fim, Atenas.

D) A guerra que durou quase trinta anos e provocou uma terrível peste em Atenas, da qual foi vítima o próprio Péricles, criou as condições para a intervenção de Filipe da Macedônia.

E) A guerra foi um conflito entre os persas e os gregos e teve início com a invasão persa da cidade grega de Mileto em 430 a.C.

08. (UEM-PR–2006) A respeito da herança cultural e política deixada pela Grécia Antiga às sociedades ocidentais, assinale o que for **CORRETO**

A) O voto eleitoral livre, direto e universal, tal como existe hoje nas democracias ocidentais, é uma instituição política herdada diretamente da democracia grega antiga.

B) O processo pelo qual pintores, escultores e escritores europeus do século XVI resgataram os princípios e os valores estéticos gregos e romanos antigos foi chamado de Renascimento Cultural.

C) A doutrina socialista contemporânea, que propõe o fim das classes sociais e a instauração da igualdade social e econômica universal, inspirou-se na sociedade grega antiga, na qual todos os homens eram livres e viviam em regime de comunidade de bens.

D) A ideia de cidadania vigente na atualidade, que pressupõe a extensão de direitos gerais a todas as pessoas, independentemente de cor, raça e classe social, é uma herança recebida dos gregos.

E) No campo da pesquisa histórica, os gregos não deixaram herança científica alguma aos historiadores modernos, porque eram avessos à descrição histórica dos acontecimentos.

09. (UNESP-SP–2007) *Platão, na sociedade idealizada em sua obra* República, *reconheceu que a divisão do trabalho traz maiores benefícios à sociedade e propicia um harmonioso intercâmbio de serviços. Para o filósofo grego, sendo os homens diferentes por natureza, cabe a cada um estar no lugar em que melhor expresse sua habilidade.* [...] *O também grego e filósofo Aristóteles apregoava que, nos Estados mais bem-governados, a nenhum cidadão poderia ser permitido o exercício de atividades ligadas às artes manuais, pois isso o impedia de dedicar mais tempo à sua obrigação para com o Estado.*

CARMO, Paulo Sérgio do. *A ideologia do trabalho* (Adaptação).

A partir das ideias de Platão e Aristóteles, pode-se concluir que há a defesa

A) do trabalho compulsório para todos os homens.

B) da interdição do trabalho manual às mulheres.

C) de que alguns homens devem ser escravos.

D) de que as atividades produtivas devem ficar restritas aos homens.

E) de que a atividade econômica só pode ser feita pelo cidadão.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2009) *Segundo Aristóteles, "na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios — esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais —, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas."*

VAN ACKER, T. *Grécia*. A vida cotidiana na cidade-estado. São Paulo: Atual, 1994.

O trecho, retirado da obra *Política*, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania

A) possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.

B) era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.

C) estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da pólis a participarem da vida cívica.

D) tinha profundas conexões com a justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.

E) vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.

02. Observe o mapa a seguir:

O mapa anterior retrata um período conhecido como Helenismo, quando Alexandre Magno expandiu o Império da Macedônia para o Oriente. O Helenismo representou

A) a aliança entre as cidades gregas e a Macedônia para conquistar o Oriente.

B) um período da decadência das *polis* da Grécia, mas de expansão de sua cultura pelo Oriente.

C) a lenta expansão do Império Macedônio.

D) conquista de territórios onde não havia grandes tradições culturais.

E) um período de imposição da cultura macedônica.

GABARITO

Fixação

01. B
02. A
03. C
04. B
05. C

Propostos

01. B
02. B
03. A) Podemos destacar as seguintes diferenças entre as esculturas:

- o escriba encontra-se sentado; o atleta em pé, em posição de movimento;
- é discernível na escultura grega a preocupação com o movimento e com a idealização da forma física do atleta, o que não ocorre na escultura do escriba;
- no primeiro caso, registra-se o culto à escrita e no segundo, o culto ao esporte;
- no caso particular d'*O Escriba Sentado*, escultura da fase áurea do Antigo Império no Egito (séculos XXX-XXIII a.C.), nota-se não apenas a postura estática, mas também hierática, ou seja, dotada de formas rígidas e majestosas, conferindo certa dignidade intraduzível ao personagem e reconhecendo seu destacado papel entre os egípcios. Quando comparada à escultura grega, a egípcia possui uma expressão vazia, desprovida de sentido, enquanto a grega expressa esforço e tensão do atleta.
- para o *Discóbolo*, famosa escultura da era clássica na Grécia (séculos V-IV a.C.), é importante destacar ainda o recurso a um sistema de pesos e contrapesos que garante à escultura um delicado, porém extraordinário, sentido de equilíbrio.

B) Na época dos faraós, a escrita era utilizada, de maneira geral, com a finalidade de registrar os eventos econômicos, sociais, culturais e religiosos ligados à gestão de um Estado complexo e populoso. A escrita era exercida por um grupo social específico, os escribas, ligados ao governo; poucos tinham acesso a uma cultura literária. Com relação à importância dos Jogos Olímpicos para as cidades-estado gregas, pode-se destacar, em primeiro lugar, o aspecto religioso dos mesmos, os quais eram feitos em homenagem aos deuses gregos (em especial a Zeus).

Além disso, evidencia-se nos jogos uma das características integradoras, do ponto de vista cultural, dos povos gregos, apesar das suas respectivas divisões políticas concretizadas com a formação de diversas pólis. Por último, cabe citar também o fato de os Jogos Olímpicos, tanto no que concerne à forma quanto à ação, serem a realização dos ideais de homem do mundo grego.

04. D
05. E
06. A
07. D
08. B
09. C

Seção Enem

01. B
02. B

HISTÓRIA

Roma

MÓDULO 02 FRENTE A

FORMAÇÃO

A Península Itálica foi sucessivamente ocupada por samnitas, sabinos, latinos, gregos e etruscos. A cidade de Roma teria surgido por volta do ano 1000 a.C., com a ocupação da região do Lácio pelos latinos. Outra versão sobre sua origem, de características mitológicas, baseada nas versões de Tito Lívio e Virgílio, seria a da sua fundação pelos dois irmãos Rômulo e Remo. Após serem salvos da morte por uma loba, teriam sido amamentados por ela e, posteriormente, Rômulo teria se tornado o primeiro rei da cidade.

A loba Capitolina e os gêmeos Rômulo e Remo: escultura etrusca do século V a.C.

Para melhor compreensão da evolução e do desenvolvimento da sociedade romana, seu estudo será dividido em três formas de organização: Período da Realeza ou Monarquia, a República e o Império.

MONARQUIA OU PERÍODO DA REALEZA

A forma monárquica prevaleceu em Roma desde a sua fundação até a formação da República, em 509 a.C. A partir do século VII a.C., prevaleceu o poder dos reis etruscos que invadiram a península e a dominaram. O rei possuía caráter sagrado, exercia o Poder Executivo e era o chefe militar e religioso. Seu poder era, no entanto, controlado pelo Senado. Existia, ainda, uma Assembleia ou Cúria, formada por homens em idade militar, que podia ratificar ou não as decisões do Senado.

A sociedade romana era dividida entre os patrícios, os plebeus e os escravos. Os patrícios formavam a elite econômica, concentrando a propriedade da terra, e o poder político, já que controlavam o Senado. A plebe era formada por homens livres, que, no entanto, não tinham direitos políticos. Parte dos plebeus vivia sob o domínio dos patrícios, sendo, por isso, chamados de clientes. Por fim, os escravos ocupavam a parte inferior da pirâmide social. Eram a força de trabalho e se encontravam nessa situação por dívidas ou por derrotas nas guerras.

O último rei etrusco foi retirado do poder após uma série de revoltas da plebe, que passou a exigir maior participação política, em detrimento do aumento do poder econômico dos patrícios, decorrente do crescimento das atividades comerciais. Inicia-se, a partir desse momento, a República Romana.

REPÚBLICA

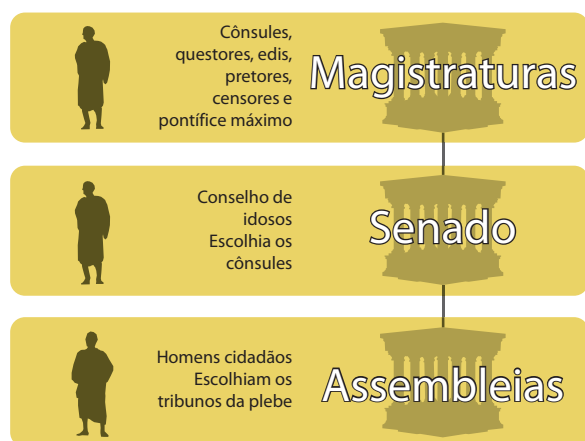
Jacques Louis David

Os litores levam ao cônsul Brutus os corpos de seus filhos.

A partir da imagem anterior, produzida pelo pintor francês Jacques Louis David (1748-1825), é possível compreender a noção de República. A imagem remete ao início do Período Republicano. Nela, Brutus, um dos cônsules da República, encontra-se sentado enquanto os cadáveres de seus filhos são carregados. A morte dos dois foi comandada pelo próprio Brutus, ao descobrir que seus filhos tramavam contra a República Romana. A resignação do personagem masculino entra então em contraste com o desespero das mulheres. Essa imagem demonstra o ideal republicano, segundo o qual a coisa pública (*res publica*) deve se sobrepor aos interesses privados. Ao assassinar seus filhos, traidores da República, Brutus colocava o interesse de Roma na frente de seus interesses particulares.

O regime republicano em Roma, no entanto, teve características oligárquicas, pois, durante esse período, o poder esteve concentrado nas mãos de uma restrita elite patrícia, que se manteve à frente do regime entre o século VI a.C. e o século I a.C.

Apesar de os patrícios não terem promovido mudanças significativas nas estruturas sociais de Roma, é importante entender a estrutura política da República. O poder, antes nas mãos do rei, passou a ser dividido entre os demais representantes da elite. Dois cargos ocupavam a instituição política mais importante – a Magistratura – e, por isso, merecem atenção: o de cônsul e o de pretor. Os cônsules eram sempre nomeados aos pares, representavam o Poder Executivo e podiam propor leis. Já o pretor era responsável pela administração da Justiça. Ainda ocupavam outros cargos de magistrados o questor, o edil e o censor.

Além das Magistraturas, duas outras instituições faziam parte da estrutura política romana: o Senado e as Assembleias. À Assembleia Popular cabia representar os interesses da plebe tanto que, após uma série de revoltas e motins, os plebeus tiveram seus desejos de participação política atendidos com a criação dos tribunos da plebe, que, após serem eleitos por eles próprios, poderiam vetar, inclusive, as decisões do Senado. A este, por sua vez, cabiam a participação na administração pública e as decisões referentes à política externa.

Mesmo com algumas exigências atendidas, os plebeus ainda entraram em conflito com os patrícios. Tais tensões permaneceram, inclusive, após a elaboração da Lei das Doze Tábuas, em 450 a.C, que era considerada a base do Direito romano, pois representava a oficialização da legislação, antes baseada no direito consuetudinário. Os plebeus ainda conseguiriam outras vitórias, como a abolição da escravidão por dívidas e a permissão dos casamentos entre nobres e plebeus.

Entre os séculos V a.C. e III a.C., ocorreu a expansão geográfica e comercial de Roma. A conquista se iniciou pelos povos da própria península e estendeu-se até a Península Ibérica, passando por parte do que hoje é a França e a Grécia. Os romanos dominaram também o norte da África e parte da Ásia Menor. Essa expansão só foi possível graças ao domínio do Mar Mediterrâneo, conseguido após a vitória sobre Cartago nas Guerras Púnicas em 146 a.C. Ora, já que Cartago, no norte da África, controlava o comércio no Mar Mediterrâneo, sua derrota após três guerras permitiu aos romanos o controle dessa região estratégica.

Os territórios conquistados deviam à Roma submissão e uma pesada carga de impostos. As populações derrotadas normalmente eram transformadas em mão de obra escrava. Roma passava, portanto, a ser a capital de um vasto império, possuidor de grandes quantidades de terra e de escravos. No entanto, foi justamente esse crescimento que provocou a decadência da República Romana.

Um dos problemas que contribuiu para a crise romana foi a grande concentração de terras, advinda das conquistas territoriais, que, nas mãos dos patrícios, provocou a decadência e a revolta dos pequenos proprietários rurais. Estes, arruinados, buscavam trabalho na cidade, o que, por sua vez, possibilitava a eclosão de revoltas encabeçadas por escravos ou pelas populações submetidas à Roma. A corrupção e o poder dos militares aumentavam as tensões sociais, e os gastos com as Guerras Púnicas e o consequente aumento de impostos desagradavam parte da população.

Uma última tentativa de diminuir essa tensão foi proposta pelos irmãos Graco: Caio e Tibério, que ocupavam a tribuna da plebe. A principal das medidas adotadas foi a reforma agrária, que, embora tenha visado à diminuição da concentração de terras nas mãos dos patrícios, não se mostrou suficiente para reverter tal problema. A venda de trigo a preços menores para os pobres foi proposta pela Lei Frumentária, também idealizada pelos irmãos Graco.

A transição para o Império, portanto, se deu em meio às guerras civis instaladas nos domínios romanos em decorrência das insatisfações populares. Inicialmente, foram os militares que se sucederam no poder, tendo Mário e Sila ocupado o cargo de ditador, previsto para comandar a República excepcionalmente em épocas de crise.

O fortalecimento do Exército durante as conquistas territoriais havia enfraquecido o Senado. Assim, a partir de 60 a.C., houve a formação dos Triunviratos, ou seja, um governo comandado por três homens em pé de igualdade. O primeiro deles foi formado por Pompeu, Crasso e Júlio César. A morte de Júlio César por traição fez retornar a guerra civil, que só foi atenuada pela formação do segundo Triunvirato, do qual faziam parte Otávio, Lépido e Marco Antônio.

Após derrotar seus adversários, com apoio do Senado, Otávio recebe o título de imperador e se proclama Augusto. Inicia-se, em 31 a.C., o Império Romano.

Império

Quando Otávio assumiu o Império, ele passou a concentrar o poder nas suas mãos, subordinando o Senado à força do imperador, que passou a ser considerado uma figura sagrada; daí o nome Augusto, que significa sagrado. Para tentar solucionar os graves problemas sociais, Otávio tomou uma série de medidas, visando pacificar o Império. Estas obtiveram relativo sucesso e seu governo ficou conhecido como o período da *Pax Romana* (*Paz Romana*).

Para evitar os conflitos com a elite, foi criada uma vasta burocracia imperial, que possuía uma série de privilégios. Assim, a antiga elite patrícia passou a compor esse grupo juntamente com os novos grandes proprietários das terras recém-conquistadas, já que a expansão do Império não havia cessado.

Com o objetivo de amenizar as tensões entre as classes baixas, foi criada a Política do Pão e Circo, que consistia em distribuir trigo e promover espetáculos para o grupo de desempregados que vivia no Império. O Estado se encarregava de sustentar esse grupo e, com isso, evitava maiores tensões.

A expansão territorial, como já foi dito, se manteve, e, como consequência, manteve-se também o fluxo de escravos. A escravidão antiga tem características específicas que a distinguem da escravidão moderna. Em Roma, por exemplo, a escravidão não esteve vinculada a uma questão étnica, como aquela a que foi submetido o africano na Idade Moderna. O escravo poderia executar as mais diversas tarefas no interior da sociedade, não ficando relegado apenas ao trabalho manual. Foi comum, nesse período, a existência de escravos professores, médicos e artistas. A escravidão no campo, no entanto, era a mais desgastante de todas. O homem poderia se tornar escravo após a derrota em uma guerra, devido a uma dívida ou mesmo de forma voluntária, na tentativa de conquistar uma melhor posição social, como no caso daqueles que se tornavam altos funcionários do Império.

David Iliff / Creative Commons

O Coliseu comportava cerca de 50 000 pessoas. Nele, eram realizados espetáculos vinculados à Política do Pão e Circo.

Com a expansão romana, o poder do Exército tornou-se cada vez maior, garantindo certa estabilidade nos limites do Império. Após a morte de Otávio, essa estabilidade foi mantida, apesar das dificuldades vividas pelas classes populares. Sucederam Otávio imperadores célebres pelo seu comportamento desregrado e pela postura tirânica, como Calígula e Nero. A expansão do Império voltou a se intensificar a partir do ano 96 d.C. e se encerrou no século III d.C., quando se iniciou a crise do Império Romano.

HISTÓRIA

O colapso do Império Romano do Ocidente

Após um longo período de expansão territorial e conquistas militares, o Império Romano passou por um processo de declínio que se iniciou no século III d.C. A grande extensão do Império dificultava o controle desse vasto território e sua expansão. As longas distâncias geraram dificuldades de comunicação, e os povos dominados, assim como a resistência dos vizinhos do Império, passaram a dificultar o controle nas fronteiras romanas.

Como grande parte dos escravos do Império era proveniente das áreas dominadas, a retração das conquistas teve como consequência a diminuição do fluxo de prisioneiros que serviam como escravos. Assim, houve um grande aumento dos preços dos escravos e o consequente aumento dos preços dos produtos no interior do Império. A crise era agravada ainda pela pouca produtividade registrada em virtude da escassez de mão de obra.

Na tentativa de solucionar a crise escravista, foi instituído o colonato, que buscava o aumento da produtividade no campo. Nesse sistema, escravos e camponeses passaram a gozar de nova posição jurídica, a de colonos. O camponês, dessa forma, teria direito ao arrendamento de uma porção de terra e, em troca disso, pagaria ao proprietário em dias de trabalho e em produtos. A expansão do colonato ocorreu em um período de ruralização e atendia aos interesses dos grandes proprietários, que necessitavam de mão de obra. Os camponeses tinham, em troca, estabilidade e segurança, o que era importante, já que, naquele contexto, a violência e a penetração dos povos vizinhos se intensificavam.

A relação de dependência entre o trabalhador rural e o proprietário era chamada de *patrocinium* e, com ela, os latifundiários tomavam para si algumas atribuições do Estado. Os colonos estavam vinculados aos lotes em que trabalhavam, não podendo ser vendidos sem a terra e nem a terra vendida sem eles. Assim, como pode-se perceber, as raízes da servidão medieval encontram-se na generalização dessa prática. É importante lembrar que, no entanto, a escravidão não foi completamente abolida, persistindo de forma reduzida no Período Medieval.

Os gastos excessivos do Império também colaboraram para a sua desagregação. A imensa burocracia e o grande contingente militar necessário para a manutenção das estruturas romanas geravam grandes despesas. A paralisação das conquistas e do fluxo de escravos provocou retração nos recursos do Estado e contribuiu para o aumento da crise. Nesse contexto, o poder político foi controlado pelos chefes das grandes legiões romanas. Como consequência, o Império passou por um período de instabilidade, denominado anarquia militar. Nesse período, os militares lutavam pela ocupação do posto de imperador, provocando, com o conflito entre grandes generais e seus companheiros de Exército, a instabilidade política. Entre os anos 235 d.C. e 285 d.C., Roma teve 26 imperadores, dos quais 25 foram assassinados em disputas pelo poder.

No final do século III e durante o século IV, os chefes políticos tomaram medidas que visavam à contenção da crise, iniciando um período de intervenção direta do Estado na vida social. Diocleciano (284-305), por exemplo, criou o Édito do Máximo, que fixava o preço dos salários e das mercadorias, visando conter a inflação. Estabeleceu, também, a tetrarquia, que dividia o poder político entre quatro generais. Constantino (313-337), em 330, criou uma nova capital, Constantinopla, em um momento de desagregação da tetrarquia e unificação do poder. Constantinopla, antiga cidade de Bizâncio, situada em uma região menos afetada pela crise escravista, seria o centro difusor da cultura bizantina durante toda a Idade Média. Com Teodósio (378-395), o Império foi dividido em dois: o Império Romano do Ocidente, com sede em Roma, e o do Oriente, com sede em Constantinopla. O Império Romano do Oriente, ou Bizantino, perdurou até o fim da Idade Média, quando foi tomado, em 1453, pelos turco otomanos; já a parte ocidental encontrou o seu fim cerca de mil anos antes.

Além dos fatores internos já citados, as migrações dos povos germânicos colaboraram para a derrocada do Império Romano. O evento, que durante muito tempo ficou conhecido como invasões bárbaras, representou o fim do domínio de Roma. Para os romanos, assim como para os gregos, bárbaros eram todos aqueles que não falavam o seu idioma e não professavam sua cultura. Nesse caso, os bárbaros eram aqueles que habitavam as regiões mais ao norte da Europa, chamados também de germânicos.

Inicialmente, esses grupos, que viviam nos limites do Império, foram utilizados como mão de obra na agricultura e auxiliavam na proteção das fronteiras, constituindo uma força militar. Com o passar do tempo e com o progressivo enfraquecimento do Império devido aos fatores internos, as migrações germânicas passaram a se intensificar e adquiriram caráter violento. Vários povos, como os vândalos, os suevos, os francos, os lombardos, os godos e os visigodos, colaboraram para a conquista do Império Romano. No entanto, foram os hérulos, em 476 d.C., que tomaram Roma, destituindo seu último imperador, Rômulo Augusto.

A compreensão da estrutura da sociedade feudal, que se consolidou na Europa nos séculos X e XI, só é possível pela análise desses fatores. As características da sociedade medieval tiveram suas raízes em estruturas do antigo Império Romano e dos povos de origem germânica que colaboraram para a sua desagregação.

Cultura

Assim como os gregos – que chegaram a ser incorporados por Roma – a maioria da população romana praticava o politeísmo. A religião contava com versões dos deuses gregos: Júpiter, Baco, Marte, Vênus são apenas alguns exemplos. O cristianismo, por sua vez, só passou a ser permitido no século IV d.C. Antes disso, os cristãos eram perseguidos por venerar apenas a um Deus.

Na arquitetura, a importância maior era dada à utilidade, como a construção de grandes edifícios públicos e aquedutos. Na literatura, podem ser citados os nomes de Ovídio, autor de *A Arte de Amar*, de Virgílio, autor de *Eneida* e de Tito Lívio, que através dos seus relatos, contribuiu com a História. A língua latina foi a base de boa parte das línguas da Europa Ocidental, como o português, o espanhol e o italiano.

O Direito romano, retomado durante o Renascimento, é também uma contribuição dos romanos, já que sua influência sobre os Direitos nacionais europeus ainda se faz presente.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UNESP-SP–2009) *Num momento em que o Império Romano do Ocidente havia desmoronado e os impérios Bizantino e Persa se esfacelavam, os árabes expandiram consideravelmente seus domínios. Em menos de 100 anos, o Islã era a religião de toda a costa sul e leste do Mediterrâneo, além de ter se espalhado para a Pérsia, até o vale do Indo, e para a Península Ibérica.*

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para o Ensino Médio*.

No contexto de tantas conquistas, a civilização árabe

A) sintetizou criativamente as tradições culturais árabe, bizantina, persa, indiana e grega.

B) rejeitou as contribuições culturais originadas de povos que professassem outras crenças.

C) submeteu pelas armas os povos conquistados e impôs o deslocamento forçado das populações escravizadas.

D) perseguiu implacavelmente os judeus, levando à sua dispersão pelos territórios da Europa do leste.

E) desprezou os ofícios ligados às artes, às ciências e à Filosofia relegados aos povos conquistados.

02. (PUC RS–2009)

Instrução: Para responder à questão, considere as afirmativas a seguir, sobre o contexto do Baixo Império Romano (séculos III e IV d.C.).

I. As altas taxas de natalidade entre a população de escravos garantiram o fornecimento de mão de obra, compensando o decréscimo causado pelo fim das guerras de conquista.

II. O comércio em geral sofreu retração ao longo do período, devido, entre outros fatores, à escassez de metais preciosos.

III. Os problemas político-religiosos causados pela expansão do cristianismo foram resolvidos, pelo Estado romano, com o uso crescente e sistemático de práticas repressivas ao longo de todo o período.

IV. Um número significativo de bárbaros (povos estrangeiros) foi admitido no Exército romano, possibilitando, principalmente aos germanos, comporem uma nova aristocracia provincial, formada no período.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas

A) I e II.

B) I e III.

C) II e IV.

D) III e IV.

E) II, III e IV.

03. (UFV-MG–2009) O Império Romano é lembrado pelas contribuições que proporcionou para a cultura de diversos povos, como, por exemplo: a expansão do latim; a criação do modo republicano de governo; o desenvolvimento das leis que serviram de base para o Direito moderno e a expansão da noção de cidadania a todos os homens livres do Império. Várias outras características da vida cotidiana romana transformaram-se em legados para a humanidade.

Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que **NÃO** representa um legado cultural romano para o mundo.

A) O uso de aquedutos para a distribuição de água pelas principais cidades do Império.

B) A adoção de um novo calendário, seguido na Europa até a criação do calendário gregoriano, em 1580.

C) A fórmula do "pão e circo", que distribuía pão aos mais pobres e promovia espetáculos, como forma de controle social.

D) A invenção do teatro, como representação das tragédias e comédias vividas pelo ser humano.

04. (UNIFESP-SP–2009) [...] *não era a falta de mecanização [na Grécia e em Roma] que tornava indispensável o recurso à escravidão; ocorrera exatamente o contrário: a presença maciça da escravidão determinou a "estagnação tecnológica" greco-romana.*

SCHIAVONE, Aldo. *Uma história rompida*: Roma Antiga e Ocidente Moderno. São Paulo: Edusp, 2005.

A escravidão na Grécia e na Roma antigas

A) baseava-se em características raciais dos trabalhadores.

B) expandia-se nos períodos de conquistas e domínio de outros povos.

C) dependia da tolerância e da passividade dos escravos.

D) foi abolida nas cidades democráticas.

E) restringia-se às atividades domésticas e urbanas.

05. (UEL-PR–2009) A expansão imperial romana resultou, a partir do século I d.C., na utilização do trabalho escravo em grande escala e no aumento significativo do número de plebeus desocupados, aos quais se juntaram levas de pequenos agricultores arruinados. Isso incrementou o êxodo rural e provocou o inchamento das cidades, especialmente de Roma. Para amenizar o problema social dessas massas, o Estado passou a dar-lhes subsídios.

Esta política caracterizou-se pela distribuição de

A) terras para os desocupados, caracterizando uma verdadeira reforma agrária, conhecida como a Política Agrária de Licínio.

B) dinheiro para a aquisição de roupas e alimentos, combatendo a inflação que assolava a República, provocada pela política de Tucídides.

C) grãos a preços baixos e espetáculos públicos gratuitos, conhecida como Política do Pão e Circo, de Augusto.

D) sementes, instrumentos agrícolas e escravos para o cultivo de terras na Sicília e no norte da África: a Política de Colonização, de Suetônio.

E) escravos para estimular a agricultura na Península Ibérica, conhecida como a Política Agrícola, de Cláudio.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UEL-PR–2009) *Lucius Aurelius, liberto de Lucius César, Nicomedes, chamado Ceionius e Aelius; foi criado de quarto de Lucius César e preceptor do divino Verus imperador; foi distinguido pelo divino Antonino com o cavalo público e com o sacerdócio de Caenina, bem como com o pontificado menor; foi feito por este mesmo imperador procurador da pavimentação das ruas e prefeito dos veículos; foi encarregado pelo imperador Antonio Augusto e pelo divino Verus do abastecimento do Exército e ganhou uma lança pura, um estandarte e uma coroa mural; procurador das contas municipais; está enterrado aqui com sua mulher Ceionia Laena.*

INSCRIÇÃO Funerária. Roma. Século II d.C. In: CARDOSO, C. F. *Trabalho compulsório na Antigüidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 138.

É **CORRETO** afirmar que o texto

A) representa o quotidiano de um aristocrata rural empobrecido e que se tornou funcionário público para sobreviver, indicando uma mobilidade social descendente, o que comprova a seletividade das castas militares na Roma Antiga.

B) descreve as funções públicas que um homem livre pobre exerceu ao longo de sua vida, evidenciando que este se tornou rico e poderoso, o que comprova a dissolução das antigas castas da sociedade imperial.

C) trata de um ex-escravo que deixou registrado em seu epitáfio o processo de ascensão econômica e política pelo qual passou ao longo de sua vida, o que comprova a existência de um processo de mobilidade social na Roma imperial.

D) descreve o quotidiano de um nobre pertencente à aristocracia, cujas atividades durante a República eram a guerra e o comércio, o que comprova a impermeabilidade dessa casta aos novos ricos vinculados às atividades agrícolas.

E) representa o dia a dia de um homem pobre que, ao longo de sua vida, trabalhou como funcionário público, o que comprova a eficácia da mobilidade social na Roma republicana.

02. (UEL-PR–2008) Leia atentamente os textos:

Arrio dizia 'rúbrica' em vez de rubrica / e por pudico 'púdico' dizia / e achava que falava tão incrivelmente / que se podia 'púdico' dizia. / Creio que assim a mãe, assim o tio liberto, / assim o avô materno e a avó falavam. / Foi à Hispânia e os ouvidos descansaram todos; / as palavras soavam leves, lindas / e tais palavras nunca mais ninguém temeu. / Súbito chega a hórrida notícia: / os iberos, depois que Arrio foi para lá, / Iberos já não eram, eram 'Íberos'.

CATULLUS, Gaius Valerius. Poema 84 (Texto do século I a.C.). Tradução poética de João Ângelo Oliva Neto. In: FUNARI, P.P.A. *Antiguidade Clássica*: a história e a cultura a partir de documentos. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. p. 1.

Mais ou menos na mesma época, o Senado discutiu o comportamento ofensivo dos ex-escravos. Houve uma argumentação geral no sentido de que os proprietários tivessem o direito de retirar a liberdade de ex-escravos que não a merecessem. [...] *Nero duvidava sobre a decisão* [...]

Há ex-escravos por toda parte. A maioria dos eleitores está formada por ex-escravos, como também ocorre com os assistentes dos magistrados, os auxiliares dos sacerdotes, a patrulha noturna e os bombeiros; a maioria dos equestres e muitos dos senadores são descendentes de ex-escravos [...]

TACITUS, Publius Cornelius. Anais (XIII, 26-27). Texto do século I d.C. In: CARDOSO, C. F. *Trabalho compulsório na Antigüidade.* Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 140-141.

De acordo com os textos e com os conhecimentos sobre o tema, é **CORRETO** afirmar:

A) Iniciou-se neste período, de acordo com o édito de Nero, um processo de reformas no latim erudito, visando torná-lo mais acessível às classes populares em ascensão na sociedade romana, devido ao desenvolvimento comercial.

B) A ausência de transformações sociais em Roma fez com que o Senado desejasse retirar a liberdade de ex-escravos, pois estes, sendo tão numerosos, impediam o desenvolvimento comercial e fabril.

C) Embora os ex-escravos fossem motivo de chacota para muitos membros da elite romana, Nero deveria promover uma reforma política, ampliando os direitos econômicos das classes pobres que se agitavam em razão da escassez de gêneros alimentícios.

D) As transformações sociais expressas pela linguagem dos referidos autores demonstram que o latim perdeu a força unificadora do Império, dando lugar às línguas locais como o português, o espanhol, o italiano e o francês.

E) Processava-se uma ruptura na sociedade romana, pois os ex-escravos, motivo de zombaria das elites, com o passar do tempo, tornaram-se numerosos, tendo ascendido até as mais elevadas categorias sociais.

03. (UNIFESP-SP–2008) *Podemos dizer que antes as coisas do Mediterrâneo eram dispersas... mas como resultado das conquistas romanas é como se a história passasse a ter uma unidade orgânica, pois, as coisas da Itália e da África passaram a ser entretecidas com as coisas da Ásia e da Grécia e o resultado disso tudo aponta para um único fim.*

POLÍBIO. *História*, I. 3.

No texto, a conquista romana de todo o Mediterrâneo é

A) criticada, por impor aos povos uma única história, a ditada pelos vencedores.

B) desqualificada, por suprimir as independências políticas regionais.

C) defendida, por estabelecer uma única cultura, a do poder imperial.

D) exaltada, por integrar as histórias particulares em uma única história geral.

E) lamentada, por sufocar a autonomia e identidade das culturas.

04. (FGV-SP–2007) *Para ganhar o favor popular, o candidato deve conhecer os eleitores por seu nome, elogiá-los e bajulá-los, ser generoso, fazer propaganda e levantar-lhes a esperança de um emprego no governo.* [...] *Talvez sua renda privada não possa atingir todo o eleitorado, mas seus amigos podem ajudá-lo a agradar a plebe.* [...] *Faça com que os eleitores falem e pensem que você os conhece bem, que se dirige a eles pelo seu nome, que sem parar e conscienciosamente procura seu voto, que você é generoso e aberto, que, mesmo antes do amanhecer, sua casa está cheia de amigos, que todas as classes são suas aliadas, que você fez promessas para todo mundo e que as cumpriu, realmente, para a maior parte das pessoas.*

CÍCERO, Marco Túlio. Notas sobre as eleições.

As práticas políticas na Antiga Roma nos fazem refletir sobre as atuais. Essas palavras de Cícero (106-43 a.C.) revelam

A) a concessão de favores, por parte dos eleitores, para cativar os candidatos.

B) a necessidade de coagir o eleitorado para conseguir seu apoio.

C) o desinteresse da população diante do poder econômico dos candidatos.

D) a existência de relações clientelistas entre eleitores e candidatos.

E) a pequena importância das relações pessoais para o sucesso nas eleições.

05. (UFJF-MG–2006) Sobre a organização político-social de Roma no final do Período Republicano (II e III a.C.), assinale a alternativa **CORRETA**.

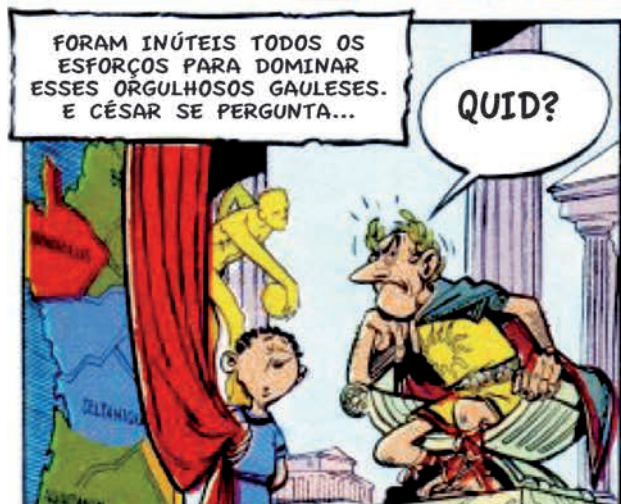
A) A atuação dos tribunos da plebe, como Tibério e Caio Graco, criou uma estrutura fundiária baseada em pequenos lotes ocupados pela população de baixa renda e levou ao fim latifúndios em Roma.

B) O direito à cidadania foi estendido a todos os habitantes que vivessem em qualquer região que tivesse sido conquistada por Roma.

C) O regime democrático atingiu seu apogeu com a maior participação, por meio de eleições, de toda a população livre concentrada nos grandes centros urbanos.

D) O poder político do Senado, no que se refere aos assuntos internos administrativos, foi transferido para a Assembleia dos plebeus, conduzindo a um longo período de paz.

E) Houve o aumento do número de prisioneiros de guerra convertidos em escravos, utilizados como mão de obra na economia romana.

06. (UFG–2006) Leia o texto a seguir.

UDERZO, A.; GOSCINNY, R. *Uma aventura de Asterix, o gaulês.* Rio de Janeiro: Record, 1968. p. 5 (Adaptação).

O texto oferece subsídios para a compreensão do processo de

A) fixação de colônias romanas nas regiões conquistadas.

B) cobrança dos tributos em escravos e em espécie para Roma.

C) expansão romana em direção ao norte, no final do período republicano.

D) estabelecimento de alianças políticas de Roma com os povos vencidos.

E) fortalecimento do poder senatorial romano em relação ao poder imperial.

07. (FUVEST-SP–2006) Vegetius, escrevendo no século IV a.C., afirmava que os romanos eram menos numerosos que os gauleses, menores em tamanho que os germanos, mais fracos que os espanhóis, não tão astutos quanto os africanos e inferiores aos gregos em inteligência criativa. Obviamente Vegetius considerava os romanos, como guerreiros, superiores a todos os demais povos. Já para os historiadores, o fato de os romanos terem conseguido estabelecer, e por muito tempo, o seu vasto império, o maior já visto até então, deveu-se, sobretudo,

A) à inferioridade cultural dos adversários.

B) ao espírito cruzadista da religião cristã.

C) às condições geográficas favoráveis do Lácio.

D) à política, sábia, de dividir para imperar.

E) à superioridade econômica da Península Itálica.

08. (FUVEST-SP–2006) Em Brasília, em julho de 2005, numa das sessões da CPI dos Correios, o relator citou o início das Catilinárias, de Cícero (63 a.C.): "Até quando, Catilina, abusarás da nossa paciência? Por quanto tempo ainda esse teu rancor nos enganará? Até que ponto a (tua) audácia desenfreada se gabará?".Transcendendo a história romana, o nome de Cícero continua presente no vocabulário político-cultural do Ocidente, estando associado a

A) democracia, oligarquia e moralismo.

B) realeza, ruralismo e sobriedade.

C) império, populismo e tolerância.

D) república, civismo e eloquência.

E) aristocracia, demagogia e ostentação.

09. (FGV-SP–2006) *Com a expansão do poder romano* [sob a República] *tornou-se enorme a diferença entre a pequena cidade nascida às margens do Tibre e a Roma todo-poderosa, agora senhora do Mediterrâneo. A economia, a política, a vida social e religiosa dos romanos passaram por profundas modificações.*

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. *Toda a História*.

Entre as modificações que se pode identificar, está

A) a prosperidade do conjunto da plebe, maior beneficiária da ampliação do mercado consumidor em função das províncias conquistadas.

B) a disseminação da pequena propriedade, com a distribuição da terra conquistada aos legionários, maiores responsáveis pela expansão.

C) a crescente influência cultural dos povos conquistados, em especial os gregos, alterando as práticas religiosas romanas.

D) o enrijecimento moral de toda a sociedade, que passou a não mais tolerar as bacanais – festas em honra ao deus Baco.

E) a criação e consolidação do colonato como base da economia romana e sua disseminação pelas margens do Mar Mediterrâneo.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2009 / Prova anulada) O fenômeno da escravidão, ou seja, da imposição do trabalho compulsório a um indivíduo ou a uma coletividade, por parte de outro indivíduo ou coletividade, é algo muito antigo e, nesses termos, acompanhou a história da Antiguidade até o séc. XIX.

Todavia, percebe-se que tanto o *status* quanto o tratamento dos escravos variou muito da Antiguidade greco-romana até o século XIX em questões ligadas à divisão do trabalho.

As variações mencionadas dizem respeito

A) ao caráter étnico da escravidão antiga, pois certas etnias eram escravizadas em virtude de preconceitos sociais.

B) à especialização do trabalho escravo na Antiguidade, pois certos ofícios de prestígio eram frequentemente realizados por escravos.

C) ao uso dos escravos para a atividade agroexportadora, tanto na Antiguidade quanto no mundo moderno, pois o caráter étnico determinou a diversidade de tratamento.

D) à absoluta desqualificação dos escravos para trabalhos mais sofisticados e à violência em seu tratamento, independentemente das questões étnicas.

E) ao aspecto étnico presente em todas as formas de escravidão, pois o escravo era, na Antiguidade greco-romana, como no mundo moderno, considerado uma raça inferior.

02. (Enem–2000)

Somos servos da lei para podermos ser livres.

CÍCERO

O que apraz ao príncipe tem força de lei.

ULPIANO

As frases anteriores são de dois cidadãos da Roma Clássica que viveram praticamente no mesmo século, quando ocorreu a transição da República (Cícero) para o Império (Ulpiano).

Tendo como base as sentenças, considere as afirmações:

I. A diferença nos significados da lei é apenas aparente, uma vez que os romanos não levavam em consideração as normas jurídicas.

II. Tanto na República como no Império, a lei era o resultado de discussões entre os representantes escolhidos pelo povo romano.

III. A lei republicana definia que os direitos de um cidadão acabavam quando começavam os direitos de outro cidadão.

IV. Existia, na época imperial, um poder acima da legislação romana.

Estão corretas apenas

A) I e II.

B) I e III.

C) II e III.

D) II e IV.

E) III e IV.

03. O contato com o Oriente alterou os costumes romanos. Nas artes, a influência grega foi profunda, a moda entre os patrícios era aprender a língua grega, originando uma literatura inspirada nos autores gregos. Na religião, aos deuses romanos aliaram-se cultos do Oriente.

Compreendendo o movimento expansionista romano durante a Antiguidade e a consolidação de um determinado modelo de desenvolvimento cultural, com suas características e particularidades, pode-se constatar que a cultura romana foi

A) imposta aos povos dominados, levando à completa subjugação da cultura oriental pela romana.

B) caracterizada pela fusão com outras culturas em um reflexo da amplitude do domínio romano sobre a Europa e o Oriente.

C) influenciada pela cultura pré-colombiana, sendo exemplo disso a expansão das línguas latinas na América.

D) marcada pelo isolamento em relação à cultura dos povos dominados, uma vez que estes eram considerados inferiores.

E) pautada pelo politeísmo adotado como religião romana após o contato com outros povos orientais por eles dominados.

04. *In dubio pro reo:* Se houver dúvida no momento da decisão, o juiz deve decidir em favor do réu.

Actori onus probandi incumbit: Compete ao autor o dever de provar suas alegações.

Dura Lex, sed Lex: A lei é dura, mas é a lei.

As expressões anteriores compõem parte do modelo jurídico vigente na Roma Antiga. A legislação apresentada permite compreender que, nos dias de hoje,

A) o Direito evoluiu consideravelmente quando comparado com o código antigo.

B) a aplicação da lei se encontra profundamente distante da realidade.

C) a injustiça tem sua raiz nos vícios das civilizações anteriores.

D) o sistema jurídico faz uso de muitos preceitos vigentes no passado.

E) o modelo de bem-estar social vai além dos princípios legais da Antiguidade.

GABARITO

Fixação

01. A
02. C
03. D
04. B
05. C

Propostos

01. C
02. E
03. D
04. D
05. E
06. C
07. D
08. D
09. C

Seção Enem

01. B
02. E
03. B
04. D

HISTÓRIA

MÓDULO 03

FRENTE A

Formação, apogeu e crise do sistema feudal

CRONOLOGIA

Tradicionalmente, a Idade Média é caracterizada como o período que se estende do século V, mais precisamente da queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C., até os séculos XV e XVI. Ainda de acordo com essa divisão, o Período Medieval pode ser separado em Alta Idade Média, dos séculos V ao IX, e Baixa Idade Média, dos séculos X ao XV. No período da Alta Idade Média, ocorreu a formação do feudalismo, e, ao longo da Baixa Idade Média, assistiu-se à consolidação e à decadência do mundo feudal.

Para alguns autores, no entanto, esse período não teria tido o seu fim antes do século XVIII. De acordo com o historiador Jacques Le Goff, a Idade Média chegou ao fim com a Revolução Industrial e com a Revolução Francesa, quando ocorreram a consolidação do capitalismo e a crise do Antigo Regime. Segundo essa visão, foi somente nesse período que os valores de origem medieval teriam chegado ao fim.

CONCEITO DE IDADE MÉDIA

O mundo medieval foi, durante muito tempo, tratado de maneira preconceituosa. O termo Idade Média, por exemplo, é fruto dessa visão, visto que esse longo período correspondia a um estágio intermediário entre a grandeza da Antiguidade Clássica e o Mundo Moderno. Essa percepção surgiu durante o início da Idade Moderna, com a crescente valorização dos ideais humanistas no contexto do Renascimento. Para o homem renascentista, que valorizava a razão, a Idade Média, marcada pela intensa religiosidade e pelo predomínio da Igreja, foi um período de obscuridade e ignorância. A partir desse momento, termos como Idade das Trevas ou a Longa Noite dos Mil Anos foram comuns para designar tal sociedade. O italiano Petrarca, ainda no século XV, utilizou o termo *Tenebrae* para se referir a esse momento da História.

De acordo com essa visão, na Idade Média, não teriam ocorrido avanços nas áreas da ciência, das artes e da Filosofia, acreditando-se que o desenvolvimento humano teria sido contido e só seria retomado a partir da Idade Moderna. A arte medieval foi considerada pelos homens renascentistas como grosseira e pobre. Rafael Sanzio, pintor do Renascimento italiano, incorporou esse preconceito utilizando a expressão "gótica" (originária do termo godos, um dos povos denominados bárbaros) para se referir à arte do período.

A partir do século XIX, no entanto, a Idade Média passou a ser revalorizada e revista. Foram os românticos – que se opunham ao Racionalismo Moderno – quem resgataram os medievais e os consideraram os formadores das nacionalidades europeias. Um dos ápices do resgate medieval ocorreu durante as invasões napoleônicas do século XIX, já que, diante da expansão francesa, as nações oprimidas exacerbaram o seu discurso nacionalista.

Os historiadores do século XX, por sua vez, passaram a perceber o Período Medieval a partir de suas especificidades. Sabe-se hoje que o desenvolvimento técnico, como na área da agricultura, foi significativo no período. Já na Filosofia, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino são exemplos da sofisticação do pensamento medieval. A arte e a arquitetura também são valorizadas e as catedrais medievais são símbolos da grandeza artística do período.

ALTA IDADE MÉDIA

O período compreendido entre a queda do Império Romano do Ocidente e uma segunda onda de invasões ocorrida nos séculos IX e X é conhecido como Alta Idade Média. Naquele momento, a ocupação dos povos germânicos nas regiões do antigo Império provocou a formação de uma série de reinos. Pode-se dizer que, entre os séculos V e X, ocorreram transformações que levaram à consolidação do mundo feudal, mundo esse marcado pela combinação de instituições de origem romana e outras oriundas dos reinos germânicos, chamados de bárbaros pelos romanos.

Nesse período, foi registrada uma retração populacional, que já existia desde a crise romana. Assim, é possível perceber que a presença dos povos germânicos não representou aumento da população; estima-se que estes constituíam apenas 5% da população na antiga área do Império. Concomitantemente a este processo, o êxodo urbano se manteve, o que não significa que a vida urbana tenha sido completamente abandonada. É importante ressaltar, ainda, que, paradoxalmente, a ruralização europeia não acarretou uma prosperidade produtiva, já que a Alta Idade Média foi marcada pela expansão da fome e das epidemias.

Os povos germânicos formaram uma série de reinos na Europa Ocidental. O antigo Império havia se fragmentado, dando origem às chamadas monarquias germânicas, como demonstrado no mapa a seguir:

Os reinos bárbaros no século VI.

O reino dos francos

Entre os vários reinos formados durante a Alta Idade Média, um deles merece atenção especial, o dos francos. A importância dos francos está vinculada à consolidação do cristianismo na Europa Ocidental e à generalização das relações de vassalagem e suserania. Esses povos, que foram aliados dos romanos até o século V, assumiram o domínio político da Gália sob a liderança de Clóvis I, da dinastia Merovíngia. A dinastia recebe esse nome, pois, nessa época, os francos ainda eram pagãos e se consideravam descendentes de uma divindade marinha nomeada Meroveu.

A conversão de Clóvis ao cristianismo foi fundamental para o controle das populações de origem romana, em sua maioria cristã, no interior do reino. O reino dos francos foi o primeiro entre aqueles de origem germânica a se converter ao cristianismo.

Após a morte de Clóvis, as disputas entre os merovíngios levaram ao enfraquecimento da dinastia e à ascensão dos carolíngios. Essa dinastia, que se iniciou com Carlos Martel, teve o seu auge com Carlos Magno. Devido à sua força, a dinastia obteve sucesso na contenção da expansão muçulmana em direção à Europa Central, principalmente quando venceu a Batalha de Poitiers em 732, ainda no reinado de Carlos Martel. Durante o período em que esteve no poder, Carlos Magno, contando com o apoio da Igreja e com um reinado de grande vigor pessoal, conseguiu manter extensos domínios unificados e conquistar novas áreas. Assim, enquanto nos demais reinos predominavam a fragmentação e a instabilidade política, o Império Carolíngio desfrutava de relativa unidade. O mapa a seguir demonstra a extensão do Império:

A expansão do Império Carolíngio acarretou o fortalecimento do cristianismo nas regiões submetidas. Em troca do apoio da Igreja, os soberanos carolíngios concederam um vasto território na região da Península Itálica à Igreja, que ganhou condições de se tornar uma potência política atuante. Além disso, reforçando o costume do pagamento do dízimo à Igreja, os carolíngios vincularam-na definitivamente à economia da época.

Nas áreas dominadas, Carlos Magno passou a conceder, ainda, terrenos àqueles chefes que o ajudaram na conquista de territórios. A nobreza franca e a Igreja recebiam faixas de terra chamadas de condados e marcas e, em troca, juravam fidelidade ao imperador. Começava-se, desse modo, a expansão da relação que daria origem à vassalagem e à suserania, através da qual alguns homens criaram uma rede hierárquica de poder.

No auge do Império Carolíngio, Carlos Magno foi aclamado imperador do Império Romano do Ocidente, título concedido pelo papa Leão III. Durante o seu reinado, ocorreu o Renascimento Carolíngio, momento de valorização da cultura de origem romana, como o latim, tendo a escola de Aix-la-Chapelle se tornado um importante centro intelectual europeu.

Após a morte de Carlos Magno, vários fatores colaboraram para a desagregação do Império Carolíngio. As disputas entre os netos do imperador provocaram a partilha do Império pelo Tratado de Verdun em 843. Nessa divisão, aparecia o primeiro esboço do futuro mapa político europeu. De acordo com Hilário Franco Júnior:

> O tratado estabeleceu dois grandes blocos territoriais, étnicos e linguísticos (dos quais surgiriam as futuras França e Alemanha) e uma longa faixa pluralista, composta de uma zona de personalidade definida (Itália do Norte), zonas multilinguistas que sofreriam o poder de atração daqueles primeiros blocos (futuras Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Suíça), zonas intermediárias, que seriam objeto de longas disputas (Alsácia, Lorena, Trieste, Tirol).
>
> FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Idade Medieval*. A Idade Média: nascimento do Ocidente. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

Além dos problemas internos, novas invasões – dos *vikings* e magiares ou húngaros – provocaram a fragmentação do Império Carolíngio. O trecho a seguir reflete a situação no Império a partir dessas invasões:

> Vedes desabar sobre vós a cólera do Senhor... Só há cidades despovoadas, mosteiros em ruínas ou incendiados, campos reduzidos ao abandono... Por toda a parte o poderoso oprime o fraco e os homens são semelhantes aos peixes do mar que indistintamente se devoram uns aos outros.
>
> DEPOIMENTO dos bispos da província de Reims em 909.

A partir desse evento, a configuração do mapa europeu se aproximava, então, da realidade feudal. A relativa centralização característica dos impérios outrora existentes daria lugar à pulverização do poder político em meio à nobreza feudal. A Europa se fechava, dando origem ao feudalismo.

FEUDALISMO

A palavra feudalismo tem sua origem em *feudum*, que em latim significa posse ou domínio. Para alguns autores, o feudalismo teve sua origem na França, nos séculos IX e X, e seu desaparecimento deu-se ao longo dos séculos XV e XVI. De acordo com o historiador Marc Bloch, o feudalismo pode ser resumido em:

> Um campesinato mantido em sujeição; uso generalizado do serviço foreiro (isto é, o feudo) em vez de salário [...]; a supremacia de uma classe de guerreiros especializados; vínculos de obediência e proteção que ligam homem a homem e, dentro da classe guerreira, assumem a forma específica denominada vassalagem; fragmentação da autoridade [...]
>
> BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

A estrutura feudal clássica predominou na Europa Ocidental, principalmente em sua porção central, e deve ser compreendida em suas diversas manifestações, sejam elas políticas, econômicas, culturais ou religiosas.

Política

Em geral, a política feudal foi caracterizada pela fragmentação do poder, afinal, as constantes guerras e invasões, bem como as relações de vassalagem e suserania, colaboraram para o enfraquecimento do poder real.

Apesar da isolada ação do Império Carolíngio, a descentralização teve sua origem no declínio do Império Romano, quando, gradativamente, o Estado foi concedendo atribuições estatais aos grandes proprietários de terra. A grande extensão do Império levou à implantação dessa situação, mantida após as migrações dos povos germânicos. A diversidade desses povos e os constantes conflitos impediram o retorno à unidade.

Desse modo, os reis que comandavam as monarquias medievais viram seus poderes serem divididos em meio à nobreza proprietária de terras. Ainda assim, a figura do rei era revestida de caráter sagrado; a permanência da cerimônia de sagração do monarca pela Igreja era prova disso. Nessa cerimônia, o monarca era ungido por um óleo, consagrado anteriormente pela autoridade religiosa, que manifestava o elo divino entre o clero e o governo monárquico. A crença, reiterada durante considerável período, na capacidade de cura dos monarcas, mediante o simples toque destes, também atesta essa visão.

As relações entre o Estado e os indivíduos foram substituídas por relações de dependência pessoal. Predominavam os laços de fidelidade entre os homens, colaborando para o enfraquecimento das relações impessoais entre Estado e cidadão. Esses vínculos têm suas origens nas tradições guerreiras dos povos germânicos. Uma delas, o *comitatus*, era um acordo entre os chefes guerreiros germânicos a respeito da fidelidade na guerra e da divisão dos despojos após as vitórias nas batalhas. Existia também o *beneficium*, concessão da posse de um lote para remunerar determinado serviço.

Essas tradições difundiram-se pelos reinos medievais e deram origem às relações de vassalagem e suserania. Como já foi dito, o reinado de Carlos Magno colaborou para a expansão dessas relações, visto que, naquele contexto, o monarca distribuía lotes de terra (condados e as marcas) entre os guerreiros que o auxiliavam nas conquistas de novos territórios. Aqueles que passavam a deter direitos sobre essas faixas de terra passavam a ser condes e marqueses, formando-se, desse modo, uma nobreza fundiária.

> Os laços feudo-vassálicos eram estabelecidos por três atos, que correspondiam às necessidades recíprocas que justificavam sua existência. O primeiro era a homenagem, o ato de um indivíduo tornar-se "homem" de outro. O segundo era a fidelidade, juramento feito sobre a Bíblia ou sobre relíquias de santos e muitas vezes selado por um beijo entre as partes. O terceiro era a investidura, pela qual o indivíduo que se tornava senhor feudal entregava ao outro, agora vassalo, um objeto (punhado de terra, folhas, ramo de árvore, etc.) simbolizador do feudo que lhe concedia.
>
> FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Idade Medieval*. A Idade Média: nascimento do Ocidente. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

Após o juramento de fidelidade, constituía-se um laço contratual que unia dois homens livres: o suserano, que contaria com a prestação de serviços militares por tempo determinado, e o vassalo, que recebia o feudo e devia lealdade ao senhor. Aquele que cedia os direitos perdia parte de seu poder político, que era transferido para o vassalo, e, em troca, recebia proteção no caso de guerras.

A expansão desses laços pessoais contribuiu para o enfraquecimento do poder do rei, que passou a ser um suserano, e reforçou os poderes locais. Em seu feudo, portanto, o senhor poderia aplicar a justiça, garantir a proteção e tratar da administração e da fiscalização. Esse contexto reforçou o caráter militar da nobreza medieval, constituída como um grupo dedicado às guerras. Assim, as guerras medievais diferiam das contemporâneas, pois eram disputadas por um grupo restrito da elite, os cavaleiros.

A fragmentação política foi característica da maior parte da Alta Idade Média e só começou a ser superada a partir do século XI, momento em que ocorreram os primeiros passos rumo à consolidação dos Estados europeus.

Economia

Até os séculos IX e X, é possível dizer que a economia europeia passou por um período de retração e estagnação. As produções agrícola, artesanal e comercial foram reduzidas, principalmente, em razão do retrocesso demográfico percebido no período. Predominava, nesse primeiro momento, a produção agrícola em propriedades que se assemelhavam às vilas de origem romana. Nessas propriedades, existiam os lotes reservados aos senhores e aqueles destinados aos camponeses.

A produção voltada para subsistência e os constantes conflitos provocaram a diminuição das transações comerciais e do uso da moeda, sem causar, no entanto, o seu desaparecimento. O mesmo pode ser dito em relação às cidades: o processo de ruralização não provocou o completo abandono da vida urbana. As relações comerciais ocorriam de maneira esporádica, por exemplo, quando determinado produto não fosse comum em uma região. Mercadores judeus tiveram importância nessas transações, trazendo seda, especiarias e sal de outras regiões.

Se os primeiros anos da Idade Média foram marcados por instabilidades sociais, a partir do século XI, observa-se o aumento demográfico na Europa Ocidental. Esse aumento ocorreu, entre outros fatores, devido ao fim das invasões e dos conflitos, bem como em razão das limitações da guerra medieval, que nem sempre fazia um grande número de vítimas e caracterizava-se pelas interrupções constantes relacionadas às obrigações entre vassalos e suseranos. O desenvolvimento das técnicas agrícolas e a expansão das áreas cultivadas também colaboraram para o aumento da produção e para o consequente crescimento populacional.

Uma das inovações apresentadas foi a utilização do sistema trienal (o que permitia que uma faixa de terra descansasse enquanto outras duas eram cultivadas, possibilitando o resgate da produtividade agrícola), da charrua (instrumento puxado por cavalos – animais de maior robustez – capaz de perfurar em maior profundidade o subsolo, preparando adequadamente o solo para ser cultivado), da força motriz animal, do adubo mineral e dos moinhos de água e de vento.

Concomitantemente ao aumento da população europeia, observou-se a expansão dos feudos, unidades básicas de subsistência e provedoras de toda a sobrevivência do mundo feudal. Além da produção agrícola, o artesanato e a manufatura eram atividades praticadas nesse período. Os artesãos produziam armas, tecidos, móveis e ferramentas destinados ao consumo restrito.

Nos feudos, predominava o poder dos senhores feudais, nobres ou membros do clero, que impunham a administração, aplicavam a justiça e garantiam a ordem. Esta independência de poderes refletia-se também na economia, já que o sistema de pesos e medidas e as moedas, ainda escassas, variavam de feudo para feudo, dificultando as relações comerciais.

As terras feudais eram divididas em mansos: o senhorial, o servil e o comunal. No manso senhorial, encontrava-se o castelo, residência fortificada dos nobres. Nessas terras, o trabalho era executado pelos servos e toda a produção era destinada aos senhores. Os mansos servis, por sua vez, eram terrenos arrendados aos servos em troca de proteção e explorados pelos próprios servos, que deviam várias obrigações ao senhor. Já o manso comunal era formado por pastos e bosques de uso comum, ou seja, sujeito à exploração tanto dos senhores quanto dos servos.

A relação de trabalho predominante nos feudos foi a servidão, que, como já visto, teve sua origem no colonato, ainda no Império Romano. No entanto, o servo estava vinculado à terra, embora, em muitos casos, esse vínculo pudesse ser rompido, e devia ao senhor uma série de obrigações, pagas em forma de trabalho. Entre as várias obrigações, podem ser destacadas as principais, como:

- corveia: trabalho não remunerado nas terras do senhor, geralmente três dias por semana, no cultivo ou em outros serviços, como a construção, a manutenção e o transporte.
- censo: uma pequena renda fixa paga em dinheiro ou em espécie.
- mão-morta: cobrança pela transferência hereditária, taxa cobrada para permitir que o filho do camponês permanecesse na terra.
- banalidades: taxas pelo uso do moinho, do forno e de outras instalações de propriedade do senhor.
- talha: parcela paga pela produção no manso servil.
- *champart* (de *campi pars*, "parte da colheita"): devida pelo camponês e proporcional ao resultado da colheita nas terras servis.
- dízimo: taxa devida à Igreja.

Apesar de realizar um trabalho compulsório e, em muitos casos, não poder abandonar a terra, o servo não pode ser considerado como escravo. Esta diferença é relevante, pois o servo não era considerado uma propriedade, por mais que, em alguns casos, tenha sido comprado ou vendido. Além disso, o servo podia trabalhar para o seu próprio sustento e deveria ser protegido pelos senhores. Por outro lado, o servo também não era um trabalhador livre, já que estava submetido pelos senhores feudais ao trabalho e ao pagamento em serviços de forma obrigatória.

EXPANSÃO DO FEUDALISMO

O crescimento demográfico, agrícola e comercial, a partir do século XI, provocou alterações no panorama europeu. Por um lado, o feudalismo atingiu seu apogeu na Europa nesse período, mas, por outro, as mesmas transformações que levaram o sistema feudal a uma estabilização colaboraram para a desarticulação do mundo feudal e para a formação dos Estados Modernos.

As cidades, à medida que se expandiam, aceleravam o processo de crise do modelo feudal, pois permitiam que uma nova camada social, os comerciantes, progredisse em termos financeiros. Esse fator atraía cada vez mais descontentes que buscavam tentar a sorte nas cidades, estimulando-os a romper com o modelo feudal ainda em curso. É fundamental, assim, o estudo da expansão urbano-comercial estimulada pelas Cruzadas, bem como o da crise do século XIV, para se compreender as transformações que levaram à consolidação de novas formas de organização política no interior da Europa.

Expansão comercial e urbana

O crescimento demográfico verificado na Europa a partir do século XI provocou a revitalização urbana e comercial. É importante lembrar que as cidades e o comércio nunca desapareceram por completo durante o Período Medieval, mas permaneceram como locais das sedes administrativas da Igreja, da realização de feiras e para onde, muitas vezes, prosseguiam grupos de romeiros.

Na medida em que o excedente agrícola era ampliado, realizavam-se trocas cada vez mais frequentes dentro dos feudos, dinamização essa que passou a se alimentar do espaço urbano, rico em mercado de consumo e com diversificada oferta de matéria-prima e mercadorias. Nesse contexto, novas técnicas de produção foram aperfeiçoadas, colaborando para que houvesse nítido avanço comercial.

Surgiram, dessa forma, os primeiros núcleos urbanos nas principais rotas comerciais. Entre 1150 e 1330, o mundo urbano medieval viveu seu apogeu. De acordo com Jacques Le Goff, historiador que se destaca como referência nas pesquisas sobre a Idade Média:

> A atividade econômica, cujo centro são as cidades, chega ao seu mais alto nível. Sob a égide de uma Igreja [...] uma nova sociedade, marcada pelo cunho urbano, manifesta-se num relativo equilíbrio entre nobreza, que participa do movimento urbano mais do que se tem afirmado, burguesia [...] e classes trabalhadoras, das quais uma parte – urbana – fornece a massa de mão de obra às cidades, e a outra – rural – alimenta a cidade e é penetrada por seu dinamismo. A cultura, a arte e a religião têm uma fisionomia eminentemente urbana.
>
> LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Em algumas das grandes cidades europeias desse período, a população chegava a 40 mil habitantes e, apesar de vinculada às atividades comerciais, dependia dos alimentos vindos do mundo rural. Não é correto, desse modo, associar o crescimento da cidade ao declínio dos feudos, visto que os feudos, inicialmente, colaboraram para sustentar a expansão urbana mediante o abastecimento agrícola.

Nesse contexto, surgiram os chamados forisburgos (do inglês, *borough* = cidade pequena e cercada de muralhas). Os grandes muros eram estratégia de defesa para resguardar mercadorias, comércio e lucros obtidos, visando à proteção e à regularização do tráfego, assim como à organização da cobrança de impostos.

No mundo urbano, os habitantes desfrutavam de maior liberdade, vendo-se desvinculados de alguns laços feudais. Era comum, em algumas regiões, que servos para lá fugissem, tornando-se livres. Caso após um dado período os senhores não conseguissem recuperá-los e levá-los de volta ao feudo, essa liberdade seria então definitiva. Com tal estratégia, arrebanhava-se mão de obra para os centros urbanos em expansão.

Por se situarem em propriedades de senhores feudais, no entanto, os citadinos ainda estavam submetidos ao pagamento de tributos e à prestação de serviços ao senhor, embora possuíssem autonomia administrativa para gerir os centros urbanos. O documento a seguir apresenta algumas das reivindicações dos citadinos:

> No ano de Nosso Senhor de 1301, quando o rei Filipe entrou em Gand, o povo saiu ao seu encontro exigindo em altos brados que o libertasse de um pesado imposto que havia em Gand e em Bruges sobre os artigos de consumo, especialmente a cerveja [...]
>
> LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Em muitos momentos, desejando se ver livres desse domínio, os habitantes das cidades organizaram movimentos comunais, que resultaram na conquista da autonomia política para a cidade, inclusive subordinando os senhores, o que fortaleceu os laços de solidariedade entre os citadinos, rompendo com a dominação feudal. Apesar desses conflitos, os habitantes das cidades e os senhores possuíam forte interdependência, já que, em alguns casos, as cidades necessitavam da proteção que só os nobres poderiam proporcionar.

Assim, como forma de reafirmar sua autonomia, os tribunais estabelecidos pelos cidadãos, que também cuidavam da administração e da infraestrutura no mundo urbano, adotaram símbolos próprios, tradição essa de origem aristocrática, como a criação de selos com traços referentes aos centros urbanos:

> As divisas dos primeiros selos inspiravam-se tanto em símbolos religiosos quanto em heráldicos, em paisagens da cidade com seus portões e muralhas, e ocasionalmente em retratos. O selo de Doullens (Somme) reproduz as cabeças dos Scabini, ou magistrados municipais, por exemplo.
>
> LOYN, Henry R. (Org.) *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Nas cidades, a atividade econômica se desenvolveu principalmente nos setores do comércio e do artesanato. Os mercadores, chamados também de burgueses, dominavam as atividades comerciais e em muitas cidades controlavam também o poder político. A revitalização do uso da moeda acompanhou a expansão comercial. Os produtos do grande comércio eram os grãos, o vinho, o sal, os couros e as peles, os tecidos, os minerais e os metais e, secundariamente, a madeira.

Mercadores de Bolonha discutem preços na venda de peles de animais (1339).

O poder dos comerciantes nas cidades aumentava gradativamente, o que os levou a se associarem. Tais associações eram denominadas guildas e tinham como objetivo defender os interesses dos mercadores, como também garantir a isenção de certos impostos e facilitar a realização das atividades comerciais de seus membros, mediante o controle de preços previamente articulados, por exemplo. Do mesmo modo que defendiam os negócios de seus associados nas cidades, as guildas os defendiam das relações comerciais empreendidas por seus associados no exterior. No mundo urbano, seu poder cresceu de tal forma que extrapolou a esfera econômica, tornando-se algumas guildas potências políticas:

> Era o caso dos poderosos mercadores importadores e exportadores pela via fluvial do Sena. Desde o século XII, em Paris, a guilda [...] é uma potência econômica e política. Em Rouen [...] rege tudo quanto concerne ao porto e ao tráfico no Sena [...] freqüentemente entra em choque com o prefeito.
>
> LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Em determinadas cidades, havia outro foco de poder, representado pelos artesãos. Reunidos nas corporações de ofício, os artesãos estabeleciam as regras para a produção artesanal, regulamentando a qualidade, a produção e o recrutamento para diversos ofícios, com base nos interesses do empregador e do artesão qualificado e estabelecido.

As corporações favoreciam os interesses dos artesãos das diferentes cidades ao dificultar a concorrência, inclusive dos produtos vindos de fora. Por isso, uma das medidas tomadas era a delimitação estrita das áreas de atuação, de modo a evitar a sobreposição de competências. Procurava-se dificultar, por exemplo, que uma oficina de conserto tivesse permissão de confeccionar peças novas.

Existiam corporações para cada um dos ofícios exercidos e a não associação poderia implicar banimento da cidade. Os laços de solidariedade entre os associados eram reforçados, já que, em alguns casos, as corporações tinham caráter assistencial. Os estatutos e a hierarquia eram rígidos e o não cumprimento das regras poderia levar a graves punições:

> Em Douai, em 1284, um peixeiro é espancado quase até a morte por seus concorrentes porque vende sua mercadoria mais barato.
>
> LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

O poder dos artesãos e das corporações de ofício se fortaleceu em um contexto de gradativa valorização do trabalho. Anteriormente visto como castigo divino e penitência, o trabalho, no mundo urbano, passava a ser visto como útil e valorizado.

A expansão da atividade comercial reanimou o comércio de longa distância. No entrecruzamento das principais rotas comerciais, as feiras medievais se fortaleceram. Nos séculos XII e XIII, as feiras eram os grandes centros de comércio europeus, sendo que algumas recebiam mercadores de todo o continente. Cada uma delas era realizada em dias específicos, tornando-se grandes eventos que, em alguns casos, chegavam a durar semanas. As atividades financeiras e bancárias ganharam espaço, viabilizando as transações financeiras nesses locais e tornando possíveis empréstimos e notas bancárias, o que facilitou as trocas realizadas entre pessoas provenientes de diferentes partes da Europa.

As feiras proporcionaram a regularidade do comércio europeu na Baixa Idade Média, visto que garantiam o encontro frequente entre os mercadores de várias regiões. Na região de Champagne, na França, as feiras recebiam mercadorias provenientes das regiões de Flandres, Gênova, Veneza e de regiões da atual Alemanha. A lã inglesa, as especiarias e os corantes mediterrâneos, as peles e os linhos alemães, os artigos espanhóis de couro eram as principais mercadorias de troca. Nessa região, a duração das feiras podia chegar a cinquenta dias, conforme explicitado no quadro a seguir:

Calendário das feiras de Champagne

Cidades	Meses
LAGNY	janeiro–fevereiro
BAR-S.-AUBE	fevereiro–março
PROVINS	maio–junho
TROYES (“feira quente”)	julho–agosto
PROVINS (feira de Santo Ayoul)	setembro–outubro
TROYES (“feira fria”)	novembro–dezembro

O calendário das feiras de Champagne demonstra a regularidade do comércio, que se estendia por todo o ano.

LORCIN, Marie-Thérèse. *La France au XIII siècle*. Paris: Nathan Université, 1975. p. 71.

Com o incremento do comércio à longa distância, surgiram agremiações entre os comerciantes de várias cidades, chamadas hansas. A mais poderosa entre essas ligas foi a hanseática, que dominava o comércio no norte da Europa. Os mercadores dessa região estabeleceram o monopólio comercial no Báltico, transportando mercadorias como peixe, madeira, cereais e peles. Da região de Flandres, eram levados tecidos e lã, que eram revendidos por toda a Europa. No sul, as cidades mediterrâneas de Gênova e Veneza passaram a controlar, progressivamente, o comércio de especiarias vindas do Oriente, em especial após as Cruzadas. O mapa a seguir demonstra a vitalidade do comércio medieval a partir do século XII.

A expansão comercial provocou transformações nas estruturas da sociedade europeia que, mesmo tendo mantido o seu caráter rural, viu surgir novas forças sociais vinculadas às cidades. Novas formas de sociabilidade surgiam no mundo urbano, produzindo efeitos nas estruturas feudais.

A Igreja, ainda detentora de grande poder, se posicionava contra essas mudanças devido à emergência de uma nova fonte de autoridade na sociedade. Além disso, a vida urbana estimulava laços de solidariedade fora da Igreja, entre os próprios membros da comuna e seus simpatizantes e agregados.

A atividade comercial sofria uma forte restrição ao ser combatida pela instituição medieval mais poderosa. Para a Igreja, as mercadorias deveriam ser vendidas pelo seu justo preço e não com a intenção do lucro. Os juros eram vistos como atividades ilícitas, já que os seus praticantes estariam lucrando sobre o tempo, pertencente a Deus.

CRUZADAS

As Cruzadas foram expedições militares e religiosas que, inicialmente, tinham dois objetivos principais: a conquista da Terra Santa, em especial da cidade sagrada de Jerusalém, e a contenção do avanço muçulmano na região do Império Bizantino. A expulsão dos muçulmanos também era vista como forma de expansão do cristianismo, e era incentivada pela Igreja como uma continuação do movimento de Reconquista ibérica, que também se deu com objetivos semelhantes. A luta pela retomada da região das mãos dos mouros é considerada uma manifestação do espírito das Cruzadas.

Outro objetivo da Igreja com as Cruzadas foi a repressão aos movimentos heréticos dos cátaros no sul da França. A perseguição às chamadas heresias demonstra que os ataques não se reservaram aos infiéis, como eram chamados os muçulmanos, mas também atingiram os cristãos europeus que se vinculavam a práticas espirituais que não fossem o catolicismo.

Além dos motivos religiosos citados, o movimento apresentava outras motivações de natureza econômica, afinal, para as cidades do Mediterrâneo, como Veneza, as Cruzadas representavam uma possibilidade de lucro nas áreas que viriam a ser conquistadas em direção ao Oriente. Além disso, as riquezas e as terras do Mediterrâneo Oriental eram cobiçadas pelos nobres da Europa Ocidental, que começavam a buscar novas fontes de riqueza devido ao crescimento demográfico.

Do ponto de vista social, as Cruzadas significavam uma possibilidade de diminuir os conflitos, cada vez mais constantes, no interior da nobreza europeia, uma vez que a belicosidade dos nobres seria canalizada para o Oriente, empreendimento esse justificado pelos objetivos religiosos. A busca pela Terra Santa era, ainda, uma possibilidade para o escoamento do excedente populacional, direcionado para a composição dessas expedições.

Ao todo, foram realizadas cinco grandes Cruzadas em direção ao Oriente e travadas inúmeras batalhas entre cristãos e muçulmanos. Se, para os cristãos, a guerra era considerada justa, para seus inimigos, os cristãos eram selvagens e bárbaros. Apesar dos ataques violentos, a conquista definitiva de Jerusalém, o principal objetivo religioso do movimento, não ocorreu. A reaproximação com o Império Bizantino foi dificultada devido aos saques constantes dos europeus ocidentais nessa região.

Apesar de fracassar quanto aos objetivos religiosos, é possível afirmar que as Cruzadas provocaram profundas alterações na Europa feudal. Do ponto de vista econômico, o contato com os árabes dinamizou as relações entre os europeus e o Oriente. As especiarias trazidas do mundo oriental pelos árabes ou vindas das rotas que passavam pelo Império Bizantino eram revendidas em toda a Europa pelos comerciantes das cidades de Gênova e Veneza. A propagação das culturas helênica, bizantina e árabe colaborou, ainda, para o desenvolvimento artístico e científico da Europa cristã.

Em contrapartida, a participação nessas guerras colaborou para o relativo enfraquecimento da nobreza feudal, visto que o envolvimento nas disputas gerava gastos e que as derrotas agravaram a situação dos nobres. Em muitos casos, os senhores, ao voltarem das expedições, se viam obrigados a conceder a liberdade aos servos que, naquele momento, eram cada vez mais atraídos para a vida nas cidades.

CRISE DO FEUDALISMO

A partir do século XIV, uma série de eventos levou à crise do mundo feudal e à organização dos Estados Modernos na Europa Ocidental. Vale ressaltar, entretanto, que esse processo não foi contínuo, possuindo variações regionais. Na França, por exemplo, os impostos de origem feudal e as distinções baseadas no nascimento só foram extintos no século XVIII, durante a Revolução Francesa. Na Península Itálica e na região central, os Estados se unificaram apenas no século XIX, quando surgiram Itália e Alemanha.

Peste, fome e guerra

O século XIV foi marcado por uma série de calamidades que colaboraram para acelerar as transformações no interior do feudalismo. Esses acontecimentos tiveram origem na própria expansão da economia feudal. O crescimento demográfico e comercial observado a partir do século XI provocou transformações no panorama da sociedade europeia, levando a novos métodos de exploração agrícola, como a irrigação, a drenagem e o sistema de rotação de culturas, que transformaram em terras férteis locais antes caracterizados por pântanos e regiões muito secas.

A destruição de áreas florestais foi típica desse período, aumentando a área cultivável em várias regiões da Europa. Esse processo de expansão das áreas produtivas, conhecido como arroteamento, acarretou enormes impactos ambientais. No início do século XIV, portanto, foi registrado um grave desequilíbrio climático responsável por um período de intensas chuvas entre os anos de 1315 e 1317.

Os efeitos dessas alterações foram percebidos na agricultura, que sofreu uma considerável retração. A consequência mais imediata desse fato foi a fome generalizada. A morte causada pela falta de alimentos provocou o início da reversão do crescimento populacional europeu. Outra decorrência da crise de produção foi o aumento da exploração sobre os camponeses, já que, naquele momento, os grandes senhores não podiam aceitar a queda de seus rendimentos. Essa população, faminta e superexplorada, não teve, desse modo, como resistir à expansão de diversas epidemias, como a Peste Negra.

A Peste Negra havia sido epidêmica na Europa medieval no século VI, tendo desaparecido no século VIII, mas retornou no século XIV e continuou endêmica no continente até o período posterior ao século XVII. A partir de 1340, a Peste se alastrou pelas regiões das atuais Itália, França, Inglaterra, Alemanha e Polônia, gerando grande destruição.

> A origem da Peste Negra teria sido na Ásia Central, transmitida por um bacilo, apenas descoberto em 1894. Teve como vetores as pulgas transportadas pelos ratos, podendo ser pneumônica ou bubônica, levando o indivíduo contaminado à morte em um período de três a seis dias. Acredita-se que a epidemia teria voltado à Europa com os navios italianos que carregavam as especiarias provenientes da Ásia. Para o homem medieval, a explicação adquiriu caráter místico, como a ideia de um castigo divino ou da disseminação por parte dos judeus. O não conhecimento das formas de contágio e a falta de higiene das cidades contribuíram para a expansão da doença.

As revoltas camponesas

O desenvolvimento comercial e a expansão da atividade urbana já vinham atraindo os camponeses europeus para a vida nas cidades durante toda a Baixa Idade Média, pois, no mundo urbano, os trabalhadores se viam livres dos laços servis.

No entanto, foi o aumento da exploração no campo – decorrente do declínio demográfico – que fez surgir uma série de movimentos camponeses na Europa. Essas revoltas tiveram papel fundamental na desagregação do feudalismo ao colocar em xeque o tradicional papel da nobreza medieval.

Na França, os motins receberam o nome de *jacqueries*, decorrente da expressão Jacques Bonhomme, que pode ser traduzida por "João Ninguém". Na Inglaterra, as revoltas de John Ball e Wat Tyler provocaram temor na nobreza. Foram comuns, durante esses movimentos, a destruição de propriedades e o assassinato de vários nobres.

Jacqueries

Jacqueries / Crônicas de Jean Froissart. Biblioteca Nacional da França. Manuscrito do Século XV

Morte de Wat Tyler

Morte de Wat Tyler / Crônicas de Jean Froissart. Biblioteca Nacional da França. Manuscrito do Século XV

A reação da aristocracia contra as revoltas foi igualmente violenta, no entanto, o tumulto nos campos deixava clara a dificuldade da nobreza fundiária em manter o controle diante das profundas transformações na sociedade europeia, abrindo espaço para o fortalecimento do poder real.

IGREJA MEDIEVAL

Para compreender a influência da Igreja no Período Medieval, é necessário um pequeno histórico do cristianismo desde a Antiguidade. O cristianismo expandiu-se a partir da região da Palestina pelas regiões em torno do Mar Mediterrâneo chegando até Roma, sede do Império Romano.

Nesse período, o cristianismo iniciou a sua penetração entre as classes populares, já que oferecia a possibilidade de salvação ao grupo social que mais sofria. Até o século IV, os cristãos eram perseguidos no Império por serem monoteístas, por contestarem o militarismo da cultura romana e por negarem o caráter divino do imperador. Com o agravamento da crise no Império, no entanto, o cristianismo passou a se expandir e a conquistar adeptos entre as classes dirigentes.

Em 313 d.C., com o Edito de Milão, Constantino concedeu liberdade de culto aos cristãos e converteu-se ao cristianismo que, naquele momento, ainda era religião de uma minoria. Com Teodósio, através do Edito de Tessalônica, o cristianismo foi considerado a religião oficial, e, dessa vez, os pagãos passaram a ser perseguidos. Prestigiados, os cristãos alcançaram altos cargos no Império, e os bispos passaram a cuidar da administração das cidades. O cristianismo tornava-se, portanto, uma religião de Estado.

Mesmo diante do colapso do Império Romano, a Igreja cristã manteve-se unida, o que favoreceu o seu fortalecimento. De acordo com Hilário Franco Júnior:

> O cristianismo, por sua vez, foi o elemento que possibilitou a articulação entre romanos e germanos, o elemento que ao fazer a síntese daquelas duas sociedades forjou a unidade espiritual, essencial para a civilização medieval.
>
> FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Idade Medieval*. A Idade Média: nascimento do Ocidente. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

Com a conversão dos reis germânicos, iniciada com Clóvis, do reino dos francos, a Igreja adquiriu caráter universal. Para isso, contou com auxílio dos monarcas que, em troca, recebiam a legitimação do seu poder. Em uma sociedade marcada pelo medo, seja da fome, seja das guerras, o cristianismo oferecia alívio em momentos de desespero, o que contribuiu para a sua expansão.

Gradativamente, a Igreja tornou-se a instituição mais poderosa do mundo medieval, tendo sido a própria educação, em grande parte, controlada pelo clero por meio do monopólio da escrita e da leitura. Para o homem medieval, a resposta para os questionamentos se encontrava no sagrado, e era a Igreja que fornecia explicações para essas questões. A visão medieval era marcada por essa religiosidade e os sacrifícios no mundo terreno seriam compensados após a morte, na vida eterna. Dessa maneira, a Igreja conseguia garantir a ordem e a estrutura social, alegando que os sofrimentos dos trabalhadores na Terra terminariam no reino dos céus.

A adoração aos santos e, principalmente, à Virgem Maria constituía um laço que unia os homens medievais. As peregrinações e os jejuns eram ações importantes na luta contra a suposta presença do demônio. A Igreja estava presente nos momentos principais da vida do homem, como o nascimento, o matrimônio e a morte. Podia julgar questões relativas ao casamento e excomungar aqueles que não cumprissem suas regras, tendo poder para excomungar até um rei.

CULTURA MEDIEVAL

Devido à sua proximidade com a Igreja, a cultura medieval foi durante muito tempo vista como inferior àquelas que lhe antecederam e sucederam. Essa visão, contudo, pode ser contestada com base em uma análise de aspectos dessa cultura.

A cultura medieval alcançou seu apogeu na construção das grandes catedrais, igrejas de cada diocese e normalmente a residência dos bispos. Algumas delas demoraram um século para serem construídas e, na sua construção, era necessário o trabalho de arquitetos e pedreiros remunerados. Dos séculos X ao XII, predominou o estilo românico, caracterizado pela horizontalidade e pelo caráter de fortificação. O material básico utilizado era a pedra e na sua estrutura eram incorporadas esculturas e murais.

A partir do século XII, o estilo gótico ganhou força. Sua característica principal era a verticalidade. A altura das torres apontando para o céu reforçava a grandeza da Igreja Católica. A luz era restrita e penetrava parcialmente pelos vitrais coloridos que retratavam símbolos sagrados.

Roby / Creative Commons

Catedral de Chartres, construída no século XII, na França.

Na Filosofia medieval, o pensamento foi influenciado pelas obras de Santo Agostinho até o século XI. A partir desse período, as obras de São Tomás de Aquino passam a dominar a Filosofia na Idade Média. Através da redescoberta das obras de Aristóteles, sua teoria pretendia promover a conciliação entre a fé e a razão. Na Escolástica, forma de pensamento que predominou na Baixa Idade Média, tentava-se promover a junção entre a Teologia e a Filosofia. As universidades medievais foram importantes centros de difusão do pensamento de Tomás de Aquino.

O surgimento das primeiras universidades estava relacionado ao desenvolvimento da vida urbana e do comércio, afinal, a necessidade do estudo de Direito e da formação de funcionários mais qualificados e preparados para as novas funções que surgiram nesse contexto colaborou para a fundação dessas instituições. Inicialmente controladas pela Igreja, as universidades se multiplicaram na Baixa Idade Média por toda a Europa. A primeira delas foi a de Bolonha, na Itália, fundada em 1088.

A despeito dos preconceitos vinculados à Idade Média, atualmente a cultura popular vem sendo alvo de inúmeros estudos por parte dos historiadores. A vida do camponês medieval era marcada por uma diversidade de manifestações culturais, como as festas. Nelas, o camponês conseguia subverter a rígida hierarquia por um breve período. A Igreja e os senhores eram ridicularizados em festas como a do “Asno” ou a dos “Tolos”. O conhecimento dessas manifestações revela um lado alegre e festivo do mundo feudal e que fugia às convenções determinadas pela Igreja. O carnaval também tem sua origem na Idade Média e representava um período de transgressão, aceito pela própria Igreja, que antecederia a quaresma, período de penitência.

A representação a seguir, do século XVI, revela esse aspecto do cotidiano do camponês europeu. Produzida por Pieter Brueghel, no contexto da Reforma Protestante, a imagem ironiza o conflito entre as práticas mundanas e religiosas, simbolizadas, respectivamente, pelo carnaval e pela quaresma.

Pieter Brueghel

O quadro, assinado por Pieter Brueghel, retrata o contraste entre a vida religiosa, representada pela quaresma, e os prazeres oriundos do carnaval.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (FGV-SP–2009)

[...] *constituíram-se na Idade Média dois poderes que se colocavam acima da autoridade dos reis e dos senhores e, por isso, eram denominados poderes universais: o papado (poder espiritual ou religioso) e o Império (poder temporal ou político). A relação entre esses dois poderes foi sempre problemática* [...]

KOSHIBA, Luiz. *História* – origens, estruturas e processos.

Pode ser apontado(a) como um exemplo dessa relação problemática

A) a promulgação do Edito de Milão, em 313, que reconheceu o poder espiritual do papa e estabeleceu o cristianismo como a religião oficial do Império Romano, condição revogada pelo imperador Décio, no fim do século IV.

B) o conflito conhecido como a Querela das Investiduras, de 1076, que opôs o papa Gregório VII ao imperador Henrique IV, do Sacro Império, e só foi superado em 1122, com a Concordata de Worms.

C) a determinação do imperador Teodósio I, a partir de 391, em proibir todas as práticas não pagãs, que gerou uma forte perseguição aos cristãos e o poder religioso voltou para a mão do imperador romano.

D) o incentivo dos reinos cristãos, principalmente do Império Carolíngio, em construir mosteiros longes das cidades, o que efetivou a separação entre o poder temporal dos reis e o poder espiritual dos monges e do clero em geral.

E) o apoio decisivo do imperador Constantino à heresia ariana, construída pelos bispos do Oriente, no Concílio de Niceia (325), que defendia a concepção de que o poder temporal caberia apenas ao soberano romano, mas com o beneplácito do papa.

02. (UNIFESP-SP–2009)

Por trás do ressurgimento da indústria e do comércio, que se verificou entre os séculos XI e XIII, achava-se um fato de importância econômica mais fundamental: a imensa ampliação das terras aráveis por toda a Europa e a aplicação à terra de métodos mais adequados de cultivo, inclusive a aplicação sistemática de esterco urbano às plantações vizinhas.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História*.
São Paulo: Martins Fontes, 1982.

O texto trata da expansão agrícola na Europa Ocidental e Central entre os séculos XI e XIII. Entre as razões desse aumento de produtividade, podemos citar

A) o crescimento populacional, com decorrente aumento do mercado consumidor de alimentos.

B) a oportunidade de fornecer alimentos para os participantes das Cruzadas e para as áreas por eles conquistadas.

C) o fim das guerras e o estabelecimento de novos padrões de relacionamento entre servos e senhores de terras.

D) a formação de associações de profissionais, com decorrente aperfeiçoamento da mão de obra rural.

E) o aprimoramento das técnicas de cultivo e uma relação mais intensa entre cidade e campo.

03. (Unimontes-MG–2009) Acerca da chamada Peste Negra (1347-1350), é **INCORRETO** afirmar que

A) facilitou, em virtude da sua natureza catastrófica, a proliferação de heresias contrárias à Igreja Católica.

B) contribuiu para a concentração fundiária, na medida em que ceifou parte da aristocracia.

C) fez decrescer a mão de obra disponível, tornando mais conflituosas as relações entre trabalhadores e senhores feudais.

D) a epidemia, cuja expansão foi facilitada pelas precárias condições de higiene, vitimou cerca de um terço da população europeia.

04. (USC-SP–2009) Nas sociedades do Antigo Regime, os grupos sociais estavam divididos em três estamentos: clero, nobreza e servos. Associe os três estamentos, listados na coluna A, às características que os identificam, elencadas na coluna B.

COLUNA A

1. Clero
2. Nobreza
3. Servos

COLUNA B

( ) Eram os portadores da tradição cristã e deviam zelar pela manutenção de seus princípios no seio da comunidade.

( ) Formavam a maioria da população e eram encarregados dos trabalhos necessários à subsistência da sociedade.

( ) Possuíam a direção militar da sociedade, empunhando suas armas contra os inimigos da fé cristã e os agressores externos.

( ) Por pertencerem ao único grupo social que tinha acesso ao estudo, seus membros exerciam forte controle na sociedade e parte deles ocupava cargos administrativos importantes nos reinos medievais.

Assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** os parênteses, de cima para baixo.

A) 2, 1, 2, 3

B) 2, 2, 1, 3

C) 1, 3, 2, 1

D) 1, 2, 3, 2

E) 3, 3, 2, 1

05. (UFJF-MG–2009) Sobre o contexto de consolidação do poder da Igreja na Idade Média, leia as afirmativas seguintes e, em seguida, marque a alternativa **CORRETA**.

I. O cristianismo e todas as suas instituições podem ser considerados elementos unificadores do mundo europeu após a crise do Império Romano e as invasões bárbaras. Nessa longa trajetória, a Igreja de Roma assume o seu papel de liderança religiosa, através do combate às heresias.

II. Desde os primeiros tempos do Período Medieval, a união entre as Igrejas Ocidental e Bizantina representava o símbolo da unidade da cristandade. Os papas procuravam favorecer o Império Bizantino e consolidar a Igreja Ortodoxa, visando a aumentar a influência da Igreja Romana no universo cristão ocidental.

III. Havia grupos considerados heréticos, como os valdenses e os cátaros, que criticavam a hierarquia católica e não reconheciam a autoridade papal. Havia também outros movimentos que foram incorporados pela Igreja Católica e que levaram à formação de ordens religiosas, como franciscanos e dominicanos.

A) Todas estão corretas.
B) Todas estão incorretas.
C) Apenas a I e a II estão corretas.
D) Apenas a I e a III estão corretas.
E) Apenas a II e a III estão corretas.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFSC–2009) Leia o texto a seguir com atenção.

O roubo usurário é um pecado contra a justiça. [...] *Tomás de Aquino diz:* [...] *Receber uma usura pelo dinheiro emprestado é em si injusto: pois se vende o que não existe, instaurando com isso manifestamente uma desigualdade contrária à justiça.*

LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida:* economia e religião na Idade Média. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 27.

Com base no texto apresentado e nos seus conhecimentos, assinale a(s) proposição(ões) **CORRETA(S)** referente(s) à Idade Média.

01. A usura, considerada roubo e pecado durante a Idade Média, era uma prática permitida pela Igreja aos banqueiros, aos estrangeiros e aos agiotas.

02. Receber usura pelo dinheiro emprestado, além de ser prática injusta, era também considerada pecaminosa.

04. Durante a Idade Média, a Igreja e os clérigos influenciavam a vida religiosa e econômica dos cristãos da sociedade feudal.

08. Os padres e bispos que atuaram durante o Período Medieval envolviam-se nas questões econômicas para manter o monopólio da Igreja sobre os empréstimos que envolviam usura.

16. São Tomás de Aquino considerava a usura um roubo e uma injustiça, porém, necessária e legítima quando praticada com moderação.

32. Durante a Idade Média, a proibição da usura, considerada roubo e pecado contra a justiça, provocou a falência de um número considerável de servos e banqueiros.

64. Os teólogos cristãos medievais e os clérigos recomendavam aos fiéis que, nas suas relações econômicas, agissem de acordo com os princípios cristãos.

Soma ( )

02. (PUC-SP)

Que Deus te dê coragem e ousadia,
Força, vigor e grande bravura
E grande vitória sobre os infiéis.

Apud DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 13.

Os três versos são do século XII e reproduzem a fala de um rei na sagração de um cavaleiro. Eles sugerem

A) o caráter religioso predominante nas relações de servidão, que uniam os nobres medievais e asseguravam a mão de obra nos feudos.
B) a ausência de centralização política na Alta Idade Média, quando todos podiam, por decisão real, ser sagrados nobres e cavaleiros.
C) o reconhecimento do poder de Deus como supremo e a crença de que a coragem dependia apenas da ação e da capacidade humanas.
D) a hierarquia nas relações de vassalagem e o significado político e religioso, para os nobres, das ações militares contra os muçulmanos.
E) o juramento que todos os nobres deviam fazer diante do rei e do papa e a exigência de valentia e força para participação nos torneios.

03. (FGV-SP–2009)

Caro, o pão faltava nas mesas dos pobres. Na Inglaterra, após mais de cem anos de estabilidade, seu valor quintuplicou em 1315. Na França, aumentou 25 vezes em 1313 e multiplicou-se por 21 em 1316. A carestia disseminou-se por toda a Europa e perdurou por décadas.

[...]

Faltava comida não por ausência de braços ou de terras.

[...]

Afinal, se os camponeses – esteio do crescimento demográfico verificado desde o ano 1000 – não conseguiam produzir mais, era porque já haviam cultivado toda a terra a que tinham acesso legal.

Já os senhores não faziam pura e simplesmente porque não queriam. Moeda sonante não era exatamente a base de seu poder e glória.

FLORENTINO, Manolo. Os sem-marmita.
Folha de S. Paulo, 07 set. 2008.

O texto traz alguns elementos da chamada crise do século XIV, sobre a qual é **CORRETO** afirmar que

A) resultou da discrepância entre o aumento da produtividade nos domínios senhoriais desde o século XI e o recuo da produção urbana de manufaturas.

B) foi decorrência direta da Peste Negra, que assolou o norte da Europa durante todo o século XIV, e fez que os salários fossem fixados em níveis muito baixos.

C) resultou do recrudescimento das obrigações feudais, que gerou a concentração da produção de trigo e cevada nas mãos de poucos senhores feudais da França.

D) foi deflagrada, após as inúmeras revoltas operárias, no campo e na cidade, que quebraram com a longa estabilidade do mundo feudal europeu.

E) teve ligação com as estruturas feudais que impediam que a produção crescesse no mesmo ritmo do crescimento da população em certas regiões da Europa.

04. (UFG-GO) *O que, com efeito, ganha a adesão dos espíritos da Idade Média é o extraordinário, o sobrenatural ou, pelo menos, o invulgar. A própria ciência toma para seu objeto o excepcional, os prodígios.*

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval.*
Lisboa: Estampa, 1995, v. 2. p. 91 (Adaptação).

A citação destaca uma característica da cultura medieval, que pode ser identificada pela

A) explicação da natureza mediante a descoberta de leis gerais.

B) incorporação dos acontecimentos considerados milagrosos ao cotidiano.

C) negação dos prodígios com base na experiência empírica.

D) separação entre os princípios da autoridade e da investigação científica.

E) rejeição dos símbolos como forma de apreensão do oculto.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–1999)

Considere os textos a seguir.

[...] de modo particular, quero encorajar os crentes empenhados no campo da Filosofia para que iluminem os diversos âmbitos da atividade humana, graças ao exercício de uma razão que se torna mais segura e perspicaz com o apoio que recebe da fé.

PAULO II, Papa João. Carta Encíclica *Fides et Ratio*
aos bispos da Igreja Católica sobre as relações
entre fé e razão, 1998.

As verdades da razão natural não contradizem as verdades da fé cristã.

AQUINO, São Tomás de. Pensador Medieval.

Refletindo sobre os textos, pode-se concluir que

A) a Encíclica Papal está em contradição com o pensamento de São Tomás de Aquino, refletindo a diferença de épocas.

B) a Encíclica Papal procura complementar São Tomás de Aquino, pois este colocava a razão natural acima da fé.

C) a Igreja Medieval valorizava a razão mais do que a Encíclica de João Paulo II.

D) o pensamento teológico teve sua importância na Idade Média, mas, em nossos dias, não tem relação com o pensamento filosófico.

E) tanto a Encíclica Papal como a frase de São Tomás de Aquino procuram conciliar os pensamentos sobre fé e razão.

02. (Enem–2006) *Os cruzados avançavam em silêncio, encontrando por todas as partes ossadas humanas, trapos e bandeiras. No meio desse quadro sinistro, não puderam ver, sem estremecer de dor, o acampamento onde Gauthier havia deixado as mulheres e as crianças. Lá, os cristãos tinham sido surpreendidos pelos muçulmanos, mesmo no momento em que os sacerdotes celebravam o sacrifício da Missa. As mulheres, as crianças, os velhos, todos os que a fraqueza ou a doença conservava sob as tendas, perseguidos até os altares, tinham sido levados para a escravidão ou imolados por um inimigo cruel. A multidão dos cristãos, massacrada naquele lugar, tinha ficado sem sepultura.*

MICHAUD, J. F. *História das cruzadas.* São Paulo: Editora das Américas, 1956 (Adaptação).

Foi, de fato, na sexta-feira 22 do tempo de Chaaban, do ano de 492 da Hegira, que os franj se apossaram da Cidade Santa, após um sítio de 40 dias. Os exilados ainda tremem cada vez que falam nisso, seu olhar se esfria como se eles ainda tivessem diante dos olhos aqueles guerreiros louros, protegidos de armaduras, que espelham pelas ruas o sabre cortante, desembainhado, degolando homens, mulheres e crianças, pilhando as casas, saqueando as mesquitas.*

**franj* = cruzados.

MAALOUF, Amin. *As Cruzadas vistas pelos árabes.* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Adaptação).

Avalie as seguintes afirmações a respeito dos textos anteriores, que tratam das Cruzadas.

I. Os textos referem-se ao mesmo assunto — as Cruzadas, ocorridas no Período Medieval —, mas apresentam visões distintas sobre a realidade dos conflitos religiosos desse período histórico.

II. Ambos os textos narram partes de conflitos ocorridos entre cristãos e muçulmanos durante a Idade Média e revelam como a violência contra mulheres e crianças era prática comum entre adversários.

III. Ambos narram conflitos ocorridos durante as Cruzadas medievais e revelam como as disputas dessa época, apesar de ter havido alguns confrontos militares, foram resolvidas com base na ideia do respeito e da tolerância cultural e religiosa.

É correto apenas o que se afirma em

A) I.
B) II.
C) III.
D) I e II.
E) II e III.

03. (Enem–2009) A Idade Média é um extenso período da História do Ocidente cuja memória é construída e reconstruída segundo as circunstâncias das épocas posteriores. Assim, desde o Renascimento, esse período vem sendo alvo de diversas interpretações que dizem mais sobre o contexto histórico em que são produzidas do que propriamente sobre o medievo.

Um exemplo acerca do que está exposto no texto anterior é

A) a associação que Hitler estabeleceu entre o III *Reich* e o Sacro Império Romano Germânico.
B) o retorno dos valores cristãos medievais, presentes nos documentos do Concílio Vaticano II.
C) a luta dos negros sul-africanos contra o *Apartheid* inspirada por valores dos primeiros cristãos.
D) o fortalecimento político de Napoleão Bonaparte, que se justificava na amplitude de poderes que tivera Carlos Magno.
E) a tradição heroica da cavalaria medieval, que foi afetada negativamente pelas produções cinematográficas de Hollywood.

04. A Universidade medieval compreendia o ensino secundário e o superior. O conhecimento da língua latina era uma exigência para o ingresso nessa instituição. Expressando o apreço pela Antiguidade Clássica, muitas obras gregas eram objetos de estudo dos alunos e professores. Tendo-se em vista o cenário histórico da Baixa Idade Média, no qual surgem as universidades medievais, é possível concluir que estiveram vinculadas

A) à implantação do ensino laico, desvinculado da influência da Igreja Católica.
B) à popularização do ensino, podendo qualquer um ingressar na vida acadêmica.
C) ao rompimento com a cultura clássica e com o pensamento aristotélico.
D) à influência do poder da Igreja que detinha o controle do conhecimento.
E) ao poder do rei, responsável pela implantação dessas instituições em toda a Europa.

GABARITO

Fixação

01. B 02. E 03. B 04. C 05. D

Propostos

01. Soma = 70 02. D 03. E 04. B

Seção Enem

01. E 02. D 03. A 04. D

HISTÓRIA

Organização dos Estados Nacionais

MÓDULO 04

FRENTE A

O processo de formação dos Estados Modernos deve ser considerado paralelamente às transformações ocorridas na Baixa Idade Média, período cujas contradições levaram ao declínio dos particularismos feudais em detrimento do fortalecimento da autoridade real. As alterações pelas quais a nobreza passava possibilitaram a formação de uma conjuntura favorável à centralização político-administrativa sob a forma de um Estado unificado.

Tal contexto se deu na medida em que a nobreza viu-se diante da crise do mundo feudal, com severas dificuldades de controlar as rebeliões camponesas, manter suas rendas e reafirmar seu poder político. Tornou-se viável, assim, que a figura do monarca fosse reabilitada e, junto dela, as funções de convocação de um único Exército – capaz de reprimir com sucesso as insurreições por todos os lados –, de uniformização dos impostos – permitindo novamente o controle financeiro –, entre outros aspectos.

Não se pode afirmar, no entanto, que a nobreza perdeu sua influência sobre a política europeia, visto que o caráter aristocrático e estamental dessa sociedade permaneceu inalterado. Além disso, a nobreza permaneceu lado a lado com o poder vigente, tecendo o suporte político que permitia ao monarca realizar a gestão do governo. Isso se deu na medida em que, para auxiliar a governança monárquica, necessitou-se de um corpo burocrático que ajudasse na articulação política e econômica. Para tanto, convocou-se a nobreza, que permaneceu, assim, influenciando os destinos políticos europeus.

O Estado Moderno, desse modo, foi um novo arranjo político, que garantiu a manutenção da estrutura social aristocrática e estamental forjada ao longo da ameaça ao poder nobre. O historiador Perry Anderson, que se debruçou sobre tais questões, afirma que:

> Durante toda a primeira fase da época moderna, a classe dominante – econômica e politicamente – era, portanto, a mesma da própria época medieval: a aristocracia feudal.
>
> ANDERSON, Perry. O Estado Absolutista no Ocidente. In: *Linhagens do Estado Absolutista.* Porto: Edições Afrontamento, 1984.

Diante das pressões provocadas pela crise do século XIV, o Estado Moderno, ainda de acordo com Anderson, seria a "carapaça política de uma nobreza atemorizada". A nobreza, nesse contexto, viu-se obrigada a abrir mão de seu poder militar, transferindo-o para o Estado, afinal, somente com o monopólio da força, o Estado poderia garantir a submissão das classes que se levantavam contra o poder dos nobres.

As transformações econômicas operadas ao longo da desagregação do poderio feudal nobre também conduziram à centralização do poder. O desenvolvimento do comércio e da urbanização alteraram as estruturas econômicas do feudalismo, levando à crise desse modo de produção. A oferta de trabalho nas cidades, por exemplo, colaborou para a desestruturação da servidão, pois estimulava a fuga de servos dos feudos, rompendo os elos necessários à manutenção das relações de suserania e vassalagem, que, por sua vez, permitiam às engrenagens feudais continuarem funcionando.

A crise do século XIV afetou de forma menos contundente os grandes comerciantes, que passaram a atrair a mão de obra camponesa que emigrava dos feudos em razão da superexploração. Por possuírem reservas em dinheiro, esses comerciantes foram capazes, ainda, de conceder empréstimos aos nobres em dificuldade financeira, rompendo com o controle do poder dos senhores feudais.

A burguesia, por sua vez, se interessava em colocar um fim aos particularismos regionais que dificultavam as transações comerciais. Era necessário demolir as barreiras ainda presentes nos feudos, como impostos pagos para trafegar nesses locais, para expandir o comércio de mercadorias. Além disso, a fragmentação feudal impunha uma diversidade de sistemas de pesos, medidas e moedas que emperrava o lucro mercantil. A centralização, nesse caso, garantiria a unidade em todos esses aspectos, inclusive a taxação sobre produtos estrangeiros visando à proteção dos mercados nacionais. A unificação dos mercados por meio desse processo mostrava-se, assim, fundamental para os interesses dos mercadores.

Tal cenário nos leva a concluir que o monarca estava perante uma situação cuja tendência era a de absorção do poder, visto que tanto a nobreza quanto a nascente burguesia tinham interesses na centralização monárquica.

CARACTERÍSTICAS DOS ESTADOS MODERNOS

Os Estados Modernos se caracterizavam pela centralização do poder nas mãos dos monarcas europeus e pela redução dos poderes locais, situação que se manifestou nas mais diversas esferas da vida pública. A formação de uma burocracia estatal, ou seja, de um corpo de funcionários que compunha as engrenagens do Estado, foi fundamental para a garantia da fiscalização e para a cobrança de impostos. O fim das barreiras tarifárias entre os feudos e o estabelecimento de um sistema tributário nacional possibilitaram a manutenção da estrutura dos Estados. Os Exércitos nacionais garantiam a ordem interna e a soberania. A nobreza, desse modo, perdia o poderio bélico e este passava a ser exercido pelos mercenários, em muitos casos estrangeiros, que compunham as forças militares estatais.

A aplicação da justiça também passou a ser atribuição dos Estados, e não privilégio dos senhores feudais, como antes, visando promover de modo mais eficaz a regulamentação das transações comerciais e a pacificação dos conflitos sociais do período. A centralização se completaria, enfim, com a imposição de uma língua nacional e com o estabelecimento de uma religião oficial, o que garantiria a unidade. É importante lembrar, no entanto, que o crescente poder dos reis impôs limites ao domínio universal da Igreja, que se manifestava desde a Idade Média.

Portugal

Portugal foi o primeiro Estado centralizado da Europa. Seu processo de formação esteve intimamente relacionado ao movimento de Reconquista, travada contra os muçulmanos, considerados inimigos pela cristandade.

> A expansão islâmica atingiu a Península Ibérica no século VIII. Os mouros, como eram conhecidos os povos islâmicos, permaneceram na região até o século XV e só não atingiram o norte da Península Ibérica, no reino das Astúrias, a partir de onde se organizou a resistência cristã. Em 1492, os mouros foram expulsos de Granada, na atual Espanha, completando o movimento de um movimento denominado Reconquista, considerado, naquele período, uma Cruzada. Destacaram-se, nesse processo, linhagens nobres como as de Leão, Aragão e Castela.

Ao nobre francês Henrique de Borgonha, que havia lutado contra os muçulmanos, foi doado por Afonso VI, no século XI, o condado Portucalense, que se estendia desde o norte da Península Ibérica até o Rio Tejo. O condado, desse modo, passou a ser governado pela dinastia Borgonha, composta de vassalos dos reis de Leão. Os Borgonha, todavia, promoveram a crescente autonomia da região, especialmente durante o reinado de Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha, que coincidiu com a retomada da região de Algarves, ao sul da Península Ibérica.

Os reis de Borgonha promoveram a centralização por meio das seguintes medidas:

- concessões das cartas de franquia que libertavam as cidades do domínio dos senhores feudais;
- expansão dos domínios territoriais portugueses;
- instituição da Lei das Sesmarias, que determinava a perda da posse pelos nobres, caso eles não tornassem suas terras produtivas;
- estímulo à libertação dos servos e transformação destes em trabalhadores assalariados.

Os portugueses foram beneficiados, ainda, pela guerra entre França e Inglaterra, durante o século XIV. Posto que o conflito instalado interrompeu as rotas comerciais que cortavam a Europa Central, a solução foi a criação de rotas marítimas que permitissem o comércio entre o norte europeu e as cidades italianas passando por Portugal. Essas rotas colaboraram para o desenvolvimento das cidades do litoral lusitano, o que fortaleceu a classe mercantil portuguesa.

As atividades comerciais sofreram expansão durante esse período, com destaque para a pesca e para a navegação de cabotagem, isto é, entre os portos do país, pelo litoral ou por vias fluviais.

A morte de D. Fernando I, último rei da dinastia Borgonha, deu início a uma crise sucessória. O fato de a herdeira do trono ser casada com o rei João, de Castela, poderia levar Portugal a se unir a esse reino e dominá-lo, o que era desejo de uma parte da tradicional nobreza portuguesa, comandada pela viúva do rei, Dona Leonor Teles.

Opunha-se a essa possibilidade uma facção formada pela burguesia, pela pequena nobreza e pela população urbana (a arraia-miúda), que defendia a ascensão ao trono de D. João I, irmão ilegítimo de D. Fernando. Contando com o apoio financeiro dos comerciantes, o Exército liderado por D. João I, chefe da ordem militar de Avis, derrotou as forças inimigas na Batalha de Aljubarrota, em 1385. Posteriormente tais ações políticas foram denominadas Revolução de Avis.

D. João de Avis ascendeu, então, ao trono e completou a centralização do Estado português, aproximando-o da burguesia lusa. Tal situação possibilitou que Portugal reunisse esforços para a Expansão Marítima, que teve como primeira conquista a tomada de Ceuta, no norte da África, em 1415.

Processo de Reconquista da Península Ibérica – 1150

Espanha

A luta pela expulsão dos muçulmanos da região da Península Ibérica foi fundamental para a formação dos reinos que deram origem ao Estado espanhol. À medida que os territórios ocupados pelos mouros eram conquistados, surgiam progressivamente os reinos de Leão, Navarra, Castela e Aragão. Esse longo processo finalizou-se com a união dos Reis Católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela.

Francisco Pradilla Ortiz

No quadro assinado por Francisco Pradilla, Boabdil, último rei mouro de Granada, entrega a cidade a Fernando e Isabel, os Reis Católicos.

Foi fundamental, nesse contexto, a presença da religião católica. A atuação da Inquisição, controlada pelos monarcas desde 1478, foi responsável por garantir a unificação religiosa mediante a perseguição aos judeus e aos mouros, o que reforçou a unidade interna em construção.

Após o fim da Reconquista e da expulsão dos judeus e dos mouros em 1492, os inquisidores perseguiram e puniram também os judeus e muçulmanos conversos, acusados de ainda praticarem suas antigas religiões. Nos autos de fé, os acusados de heresia recebiam em praça pública a punição pelo suposto pecado cometido. A expulsão desses grupos também permitiu o enriquecimento da Coroa, que confiscava os bens dos chamados hereges.

Pedro Berruguete

São Domingos presidindo a um auto de fé.

Além da unificação religiosa, foi fundamental a unidade linguística – através da propagação do castelhano –, política e administrativa. A partir do fortalecimento de Castela, foi criado um corpo de funcionários responsável pela centralização e pela fiscalização. Muitos desses funcionários faziam parte da pequena nobreza, que apoiava o processo de centralização personificado pelo rei, em troca de privilégios, pensões e cargos políticos.

A unificação do Estado espanhol não garantiu, no entanto, a unidade irrestrita, visto que havia diferenças culturais e políticas entre os diversos reinos que o constituíam. Em meio à busca por uma nacionalidade em comum, estavam presentes as culturas basca, catalã, judaica e muçulmana, o que imprimiu um viés de diversidade ao processo de unificação. A descentralização administrativa pode ser percebida durante essa fragmentação, que se deflagrou durante a exploração da América, uma vez que a arrecadação das riquezas coloniais foi controlada pelo reino de Castela.

Inglaterra

Os anglo-saxões, tribos de origem germânica ocidental, se instalaram na parte oriental da Grã-Bretanha no século V e vieram a exercer domínio sobre a Inglaterra e também sobre partes da Baixa Escócia no decorrer dos séculos seguintes, regiões que, no século VII, se converteram ao cristianismo.

Em 1066, os normandos, originários do norte da França, conquistaram a Inglaterra. Liderados por Guilherme, o Conquistador, esse povo de origem *viking* derrotou os anglo-saxões e, no século XI, a Inglaterra assistiu ao reforço das estruturas feudais.

No século XII, com a ascensão da dinastia de Plantageneta, inicia-se o reforço do poder central com o rei Henrique II. O estabelecimento da justiça real e da *Common Law*, o conjunto de leis aplicado em todo território, marcou as tentativas de unidade desse período. Henrique II foi então sucedido por Ricardo I, conhecido como Coração de Leão. Em seu reinado, participou da terceira Cruzada e entrou em conflito com a França, quando veio a morrer. A constante ausência de Ricardo voltou a enfraquecer o poder central, situação que foi mantida durante o reinado de seu sucessor, o rei João Sem Terra.

Irmão de seu antecessor, o rei João envolveu-se em conflitos com a França e com o papa, provocando a insatisfação de setores da sociedade inglesa. Parte da nobreza inglesa, os barões, e do clero formou uma assembleia, obrigando o rei a assinar um documento, conhecido como a Magna Carta. De acordo com esse documento, assinado em 1215, ficavam vedadas ao rei a alteração de leis ou a criação de impostos sem prévia aprovação de um conselho composto da nobreza e do clero.

O grande Conselho daria origem, em 1258, ao Parlamento. Alguns princípios jurídicos também eram garantidos, como aqueles que "estabeleceram que ações contra homens livres somente devem ser instauradas pelo julgamento de pares e / ou da Lei da Terra, e que a justiça não será negada, vendida ou protelada." (*Dicionário da Idade Média*, H.R Loyn).

Devido a essa peculiaridade, o poder dos reis ingleses teve como contraparte a presença do Parlamento da Inglaterra. A existência desse órgão, no entanto, não evitou posteriores momentos de concentração do poder nas mãos do rei.

No século XIV, Inglaterra e França iniciaram um longo conflito, a Guerra dos Cem Anos, que se estendeu entre 1337 e 1453 e se constituiu em uma série de batalhas entre ingleses e franceses. As origens do conflito estavam relacionadas às disputas dinásticas e atingiram em grande parte o território da França. Entre as causas da Guerra, incluíam-se questões como a pirataria no Canal da Mancha, disputas territoriais, rivalidades comerciais na região de Flandres e reivindicações dinásticas envolvendo as dinastias Capetíngia (reinante na França) e Plantageneta.

As áreas em verde demonstram os territórios sob suserania inglesa no território francês no período anterior à Guerra.

A longevidade da Guerra prejudicou as particularidades da nobreza e reforçou a centralização nos dois reinos. Além disso, é possível dizer que:

> Houve, por certo, uma consolidação da consciência nacional em ambos os lados do Canal. O francês tinha deixado de ser a língua palaciana oficial da Inglaterra por volta de 1380, e houve um belo florescimento da língua inglesa nas últimas décadas do século XIV, sobretudo nas obras de Chaucer. Materialmente, a Inglaterra sofreu menos do que a França, que foi devastada por sublevações camponesas a Jacquérie
>
> LOYN, Henry R. (Org.) *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Com o fim da Guerra dos Cem Anos e da dinastia dos Plantagenetas, estava em curso uma crise econômica e o nítido declínio da nobreza inglesa. A Inglaterra mergulhou então em um novo conflito: a Guerra das Duas Rosas, disputa interna pelo controle do trono inglês, quando se enfrentaram a dinastia de York (rosa branca) e a de Lancaster (rosa vermelha).

Em 1485, aproveitando-se das disputas internas, Henrique Tudor destronou Ricardo III, da casa dos York, e assumiu o trono, sendo reconhecido pelo Parlamento como Henrique VII. Ao longo da dinastia Tudor, completou-se a centralização monárquica na Inglaterra.

França

O reino dos Capetíngios possuía posição estratégica, estando situado entre importantes vias comerciais, como os rios Sena e Loire, o que colaborou para enriquecê-lo por meio da cobrança de impostos. Essa arrecadação, a formação de uma burocracia e de um exército propiciaram o aumento do poder dessa família no território francês, o que, por sua vez, possibilitou a centralização a partir dessa casa dinástica. Assim, foi com a dinastia Capetíngia, originada com Hugo Capeto no século X, que se iniciou o processo de centralização do poder monárquico na França.

Durante o reinado de Felipe Augusto, no começo do século XIII, a centralização foi acelerada devido aos seguintes fatores:

- necessidade de um poderoso Exército para o enfrentamento dos conflitos com os ingleses;
- cobrança de impostos por fiscais nomeados pelos reis, os bailios ou senecais;
- centralização da Justiça.

Os reis que sucederam Felipe Augusto deram continuidade ao processo de concentração dos poderes. Durante o reinado de Luís IX – canonizado após sua morte como São Luís – no século XIII, a unificação monetária promovida garantiu o aumento das transações comerciais no interior do reino. Cerca de duas décadas depois, foi a vez de Felipe IV, o Belo, que, apesar de seguir com o processo de centralização, se chocou com o poder da Igreja.

Enquanto esteve no poder, Felipe IV anexou as regiões de Navarra e Champagne e recuperou parte da região da Aquitânia, antiga possessão inglesa. Intensificou ainda a tentativa de racionalizar a administração, criando um tribunal de contas e decretando novos impostos. O rei também diminuiu o poder da nobreza ao reprimir a Ordem dos Templários, criada durante as Cruzadas. Um dos motivos para a repressão era a enorme dívida financeira que seu reino acumulou em relação a essa ordem.

O choque com a Igreja, já motivado pela questão dos templários, se agravou no momento em que o rei ameaçou cobrar impostos sobre os bens eclesiásticos do clero francês e impedir a saída da França de recursos destinados à Santa Sé. A tensão foi tanta, que levou o monarca a convocar pela primeira vez os Estados Gerais. A reunião, ocorrida em 1302, contou com a participação de nobres, clero e burguesia, que manifestaram o seu apoio ao poder real. Vale ressaltar, no entanto, que, após essa primeira convocação, os Estados Gerais só se reuniram esporadicamente ou em momentos de crise da monarquia.

Com a morte do papa Bonifácio VIII, que chegou a ameaçar o monarca de excomunhão, Felipe IV impôs o nome do cardeal francês Clemente V, desde que este se comprometesse a dissolver a Ordem dos Templários, o que apenas poderia ser feito por um papa. Mediante um novo acordo com Clemente V, transferiu-se a sede do papado para Avignon, na França. O episódio, conhecido como Cativeiro de Avignon, durou cerca de 70 anos. Nesse período, a cristandade viveu o Cisma Ocidental, ou seja, a existência de dois papas, o romano e o francês. Assistiu-se, assim, no reinado de Felipe IV, a ações que consolidaram a centralização monárquica francesa.

Apesar dos esforços unificadores, é importante ressaltar que a Guerra dos Cem Anos interrompeu temporariamente o processo de centralização, afinal, necessitando do apoio da nobreza para a manutenção do longo conflito, o poder da monarquia se enfraqueceu. As derrotas iniciais, a fome e a Peste geraram insatisfação para a burguesia, o que colaborou para o aumento das tensões no campo e para a eclosão das *jacqueries*, revoltas servis surgidas no contexto de superexploração, após a retração demográfica ocasionada pela Peste Negra.

No século XV, as vitórias obtidas pela França na Guerra dos Cem Anos fortaleceram a consciência nacional, momento em que se destacou a figura de Joana d’arc, grande mito da história francesa. A luta só terminou com a expulsão dos ingleses em 1453, pela dinastia dos Valois, que havia ascendido ao poder em 1328 com Carlos IV. Após a guerra, o Estado francês estava materialmente desgastado, mas o enfraquecimento da nobreza e o fortalecimento do Exército permitiram o reforço do poder monárquico.

Wikimedia Commons

Jules-Eugène Lenepveu

Jules-Eugène Lenepveu

Joana d’Arc nasceu em 1412, no vilarejo de Domrémy, França, e pertencia a uma família de camponeses. Aos 13 anos, a jovem passou a acreditar que ouvia vozes de São Miguel, Santa Catarina e Santa Margarida. Acreditava que deveria coroar o príncipe herdeiro do trono, Carlos VII, na catedral de Reims e salvar a França dos ingleses. Acredita-se que Joana d’arc tenha participado de inúmeras batalhas garantindo a vitória francesa. A heroína foi capturada pelos ingleses e condenada à morte na fogueira pela Igreja.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (Umesp–2009) A formação de Portugal e Espanha, como monarquias centralizadas, está relacionada

A) às Grandes Navegações ocorridas a partir do século XV, quando Portugal e Espanha, para financiar os empreendimentos marítimos, passaram a cobrar impostos nacionais.

B) à Peste Negra que atingiu a Europa a partir do século XIV, que obrigou à centralização política em função dos esforços necessários para combater a epidemia.

C) à industrialização tardia desses países, que só se tornaram reinos unificados a partir do século XIX.

D) à Guerra de Reconquista, conflito travado a partir do século XI pelos reinos cristãos da Península Ibérica pela recuperação da região conquistada pelos árabes muçulmanos.

E) à Guerra dos Cem Anos ocorrida no século XIII, que exigiu esforços de organização militar que levaram à unificação política.

02. (UERJ–2007)

A ilustração anterior está estampada na folha de rosto da obra *Leviatã*, de Hobbes, publicada em 1651, na Inglaterra. A figura do Leviatã é proveniente de mitologias antigas, sendo empregada para personificar o Estado absolutista europeu.

DESCREVA a conjuntura política da Inglaterra em meados do século XVII e **APONTE** duas características da teoria de Estado formulada por Hobbes.

03. (UFTM-MG–2007) Leia os trechos.

O processo de transformações [...] *ocorridas na Europa ocidental, a partir do século XI, culminou no século XVI com uma grande revolução espiritual. Essa revolução, que eclodiu sob a forma de movimentos de contestação à autoridade e ao poder da Igreja de Roma, tomou o nome genérico de Reforma Protestante.*

O processo histórico que levou à centralização monárquica na Europa ocidental deu origem [...] *às monarquias nacionais.* [...] *Em sua dinâmica* [...] *o rei continuou a acumular poderes cada vez mais amplos e de maior alcance. Desse processo surgiu, no curso do século XVI, em vários lugares da Europa, um novo tipo de formação política: o Estado absolutista.*

PAZZINATO, Alceu; SENISE, Maria Helena. *História Moderna e Contemporânea*.

Durante o século XVI, a grande revolução espiritual relacionou-se à nova formação política, pois essa revolução

A) dividiu a Europa em dois grandes blocos, o católico, sob a hegemonia da França, e o protestante, sob a da Holanda, países onde se implantou o absolutismo de direito divino.

B) garantiu a transferência das rendas arrecadadas pela Igreja Católica para os Estados monárquicos, o que assegurou o enriquecimento, por exemplo, do Império alemão.

C) não só retardou a consolidação do absolutismo, como na França, devido às guerras de religião, mas também fortaleceu os reis, como no caso da criação da Igreja anglicana na Inglaterra.

D) permitiu aos monarcas a escolha da religião de seus súditos, favorecendo, por exemplo, a afirmação das monarquias absolutistas ibéricas, que aderiram ao protestantismo.

E) estimulou conflitos entre países com religiões diferentes, o que gerou a Guerra dos Trinta Anos e, consequentemente, contribuiu para consolidar o absolutismo no Sacro Império.

04. (UEL-PR–2007) A formação do Estado espanhol – constituído da aliança entre a monarquia, a nobreza fundiária e a Igreja Católica – implicou uma estrutura fundiária patrimonial com uma sociedade hierárquica e nobiliárquica.

Sobre o tema, é **CORRETO** afirmar que

A) a fragilidade da burguesia das cidades comerciais espanholas foi superada com a formação do Estado.

B) o Estado Nacional espanhol, ao se constituir, deixou de lado os valores aristocráticos.

C) o setor religioso não teve importância na formação do Estado Nacional espanhol.

D) a monarquia espanhola católica foi o resultado de uma aliança marcada pelo predomínio de valores aristocráticos.

E) a nobreza fundiária estava desinteressada na constituição da monarquia espanhola.

05. (Mackenzie-SP–2007) A respeito do nascimento e da consolidação dos Estados Nacionais ibéricos, no limiar da Idade Moderna, são feitas as seguintes afirmações:

I. As lutas de Reconquista do território da península aos muçulmanos, que a haviam ocupado desde o século VIII, constituem um dos principais elementos do processo de formação desses Estados Nacionais.

II. A ascensão de D. João, mestre de Avis, ao trono português, em 1385, encontrou apoio nos grupos de comerciantes portugueses, numa época de florescimento das atividades comerciais no reino.

III. O ano de 1492, além de selar definitivamente a centralização política da futura Espanha após a vitória militar sobre o rei mouro de Granada, marca a descoberta da América por Colombo, que viajara a serviço dos Reis Católicos.

Assinale

A) se apenas I é correta.

B) se apenas I e II são corretas.

C) se apenas II e III são corretas.

D) se apenas I e III são corretas.

E) se I, II e III são corretas.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (Unimontes-MG–2007) Para a formação dos Estados absolutistas europeus, na transição entre a Idade Média e Moderna, **NÃO** contribuiu

A) o auxílio econômico da camada mercantil, interessada em obter proteção para suas rotas comerciais e se ver livre das extorsões dos senhores feudais.

B) o apoio dos camponeses, superexplorados pelos nobres que poderiam proporcionar a defesa dessa camada menos favorecida socialmente.

C) a retomada do Direito romano, que ofereceu suporte jurídico tanto para as atividades das camadas mercantis como para a centralização política.

D) a capacidade de certos grupos da nobreza de alcançarem vitória em guerras civis, ainda que dizimando grande parcela dessa camada social.

02. (UEM-PR–2006) A respeito do Estado Nacional centralizado que emerge na Europa entre final da Idade Média e início dos tempos modernos, assinale o que for **INCORRETO**.

A) Pode-se dizer que o Estado Moderno é uma organização política em cujo interior coexistem instituições e costumes herdados do feudalismo com instituições e costumes da sociedade burguesa em formação.

B) Esse Estado representou um grande obstáculo ao desenvolvimento da burguesia comercial-manufatureira, visto que impediu a formação do mercado interno (nacional) para os produtos manufaturados.

C) Na Alemanha e na Itália, o Estado Nacional centralizado foi organizado somente no século XIX.

D) Maquiavel foi um grande pensador renascentista que defendeu o fortalecimento do poder monárquico.

E) Na Inglaterra, o Estado centralizado desempenhou papel importante no desenvolvimento do capitalismo, ao criar leis rigorosas para combater a vadiagem dos camponeses expulsos da terra e obrigá-los ao trabalho assalariado na manufatura ou na agricultura.

03. (Unimontes–MG–2006) No processo de unificação nacional português, após a morte de Dom Fernando I, no século XIV, ocorreu a união de alguns setores sociais em torno de Dom João, mestre da Ordem de Avis, configurando a chamada Revolução de Avis.

Essa união pode ser associada à(ao)

A) desejo da alta e da pequena nobrezas latifundiárias portuguesas de formar a União Ibérica, aumentando o número de camponeses e servos disponíveis para produzirem dentro do regime feudal.

B) apreensão da pequena nobreza, grupos mercantis e artesãos portugueses, em relação à possibilidade de perda da autonomia nacional e da anulação social e política lusa, face ao reino de Castela.

C) preocupação das camadas populares rurais em garantir o acesso a terras, de modo a permitir a manutenção e ampliação da economia de *plantation*, fundamental para a economia lusa.

D) necessidade de assegurar, pela conquista e domínio da região de Castela, um fornecimento constante de mercadorias e metais preciosos, com vistas a aumentar o poder político português.

04. (PUC Minas) O processo de formação dos Estados Nacionais na Idade Moderna encontra-se associado

A) à superação da estrutura estamental da sociedade.

B) ao aumento da influência política e ideológica da Igreja.

C) à centralização de poderes nas mãos do monarca.

D) ao desenvolvimento das instituições democráticas.

05. (UEPB) Os Estados Nacionais, típicos da modernidade histórica, culminaram com a definição do absolutismo. Dentre as alternativas relacionadas a seguir, aponte o país que **MELHOR** caracterizou a expressão do poder absoluto e a fase histórica que o antecedeu: o feudalismo.

A) França

B) Inglaterra

C) Espanha

D) Portugal

E) Itália

06. (UFPR–2010) *Sob o ponto de vista político, todos os reis medievais ibéricos se consideravam herdeiros legítimos e descendentes dos antigos monarcas visigodos. Por isso, consideravam sua qualquer terra ganha aos "infiéis". Assim surgiu a palavra Reconquista. A guerra permanente tinha-se por justa, até que fosse alcançado o objetivo último. Mais do que um conflito religioso, a Reconquista surgia a todos, na Europa cristã, como uma questão de herança.*

MARQUES, Oliveira. *Breve história de Portugal.* Lisboa: Presença, 2001. p. 72-73 (Adaptação).

Sobre o fenômeno da Reconquista, é **CORRETO** afirmar:

A) Favoreceu o nascimento dos reinos ibéricos independentes.

B) Promoveu a conversão em massa das populações muçulmanas para o cristianismo.

C) Deslocou integralmente o interesse e a ação dos cruzados para a Península Ibérica.

D) Fomentou a migração imediata dos muçulmanos para o norte da África.

E) Encerrou a coexistência entre cristãos e muçulmanos no medievo ibérico.

07. (UFT–2008) A organização dos Estados Nacionais, entre os séculos XV e XVIII, foi desencadeada por diversos acontecimentos importantes, que fizeram parte do contexto histórico europeu na transição do sistema feudal para uma sociedade de ordem burguesa.

Com base nessa informação é **INCORRETO** afirmar que

A) a organização dos Estados Nacionais na Europa se deu de forma homogênea e com o apoio dos camponeses.

B) a organização dos Estados Nacionais na Europa não se deu de forma homogênea.

C) os Estados Nacionais foram consolidados com o objetivo de proporcionar a estabilidade política e administrativa necessárias ao desenvolvimento das ideias burguesas de expansão e crescimento comercial.

D) a centralização do poder nas mãos do monarca foi essencial à concretização dos ideais da burguesia.

08. (UFC–2008) Leia, a seguir, trechos da canção "Quinto Império" e responda às questões que seguem.

Parte 1

[...]

Meu sangue é trilha,

dos mouros, dos lusitanos.

Dunas, pedras, oceanos

rastreiam meu caminhar.

E sendo eu

que a Netuno dei meu leme,

com a voz que nunca treme

fiquei a me perguntar:

'o que será

que além daquelas águas

agitadas, turvas, calmas,

eu irei lá encontrar?'

Parte 2

[...]

Eu decifrei astros e constelações,

conduzi embarcações,

destinei-me a navegar.

Atravessei

a Tormenta, a Esperança,

até onde o sonho alcança

minha Fé pude cravar.

Rasguei as lendas

do Oceano Tenebroso,

para El Rey, o Glorioso,

não há mais trevas no mar.

NÓBREGA, Antonio; FREIRE, Wilson. "Quinto Império". In: NÓBREGA, Antonio. *Madeira que cupim não rói.* São Paulo: Brincante, 1997. faixa 04.

A) Qual a relação dos mouros com a formação do Estado português?

B) Os versos a seguir, transcritos da segunda parte da canção "Quinto Império", sugerem algumas consequências das navegações portuguesas. **CITE**, para cada transcrição, a consequência por ela sugerida.

b.I. Atravessei / a Tormenta, a Esperança,

b.II. até onde o sonho alcança / minha Fé pude cravar.

b.III. Rasguei as lendas / do Oceano Tenebroso,

b.IV. para El Rey, o Glorioso, / não há mais trevas no mar.

09. (UNESP-SP–2008) *A singular história portuguesa, sulcada interiormente com a marcha da supremacia do rei, fixou o leito e a moldura das relações políticas, das relações entre o rei e os súditos. Ao príncipe, afirma-o prematuramente um documento de 1098, incumbe reinar (regnare), ao tempo que os senhores, sem a auréola feudal, apenas exercem o dominare, assenhoreando a terra sem governá-la.*

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder.*

A partir do texto, **EXPLIQUE** os fatores que marcam a singularidade da história política portuguesa.

10. (UFBA–2010) A formação das monarquias nacionais na Europa, entre os séculos XV e XVIII, resultou da superação de antigas práticas feudais e do estabelecimento de novos princípios. A partir dessa afirmação, **IDENTIFIQUE** uma dentre as práticas superadas e um novo princípio estabelecido para a formação das referidas monarquias.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2006) *O que chamamos de Corte principesca era, essencialmente, o palácio do príncipe. Os músicos eram tão indispensáveis nesses grandes palácios quanto os pasteleiros, os cozinheiros e os criados. Eles eram o que se chamava, um tanto pejorativamente, de "criados de libre". A maior parte dos músicos ficava satisfeita quando tinha garantida a subsistência, como acontecia com as outras pessoas de classe média na Corte; entre os que não se satisfaziam, estava o pai de Mozart. Mas ele também se curvou às circunstâncias a que não podia escapar.*

ELIAS, Norbert. *Mozart:* sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1995. p. 18 (Adaptação).

Considerando-se que a sociedade do Antigo Regime dividia-se tradicionalmente em estamentos: nobreza, clero e 3.° Estado, é correto afirmar que o autor do texto, ao fazer referência à "classe média", descreve a sociedade utilizando a noção posterior de classe social, a fim de

A) aproximar da nobreza cortesã a condição de classe dos músicos, que pertenciam ao 3.° Estado.

B) destacar a consciência de classe que possuíam os músicos, ao contrário dos demais trabalhadores manuais.

C) indicar que os músicos se encontravam na mesma situação que os demais membros do 3.° Estado.

D) distinguir, dentro do 3.° Estado, as condições em que viviam os "criados de libre" e os camponeses.

E) comprovar a existência, no interior da Corte, de uma luta de classes entre os trabalhadores manuais.

GABARITO

Fixação

01. D
02. A Inglaterra foi marcada, em meados do século XVII, por uma série de conflitos que opuseram o rei, defensor do absolutismo de feições continentais, a setores do Parlamento, que visavam a limitar os poderes reais e afirmar a supremacia parlamentar em alguns âmbitos, como o fiscal. Esses conflitos foram denominados de Revoluções Inglesas.

    Duas entre as características:
    - ideia do pacto social;
    - o direito de legislar do soberano;
    - fundamentação racional da política;
    - a renúncia de direitos do indivíduo para o soberano.
03. C
04. D
05. E

Propostos

01. B
02. B
03. B
04. C
05. A
06. A
07. A
08. A) Os mouros, como na época eram conhecidos os muçulmanos, invadiram e dominaram a Península Ibérica no século VIII. No século X, os cristãos refugiados na região das Astúrias iniciaram uma longa guerra visando à expulsão dos mouros, que ficou conhecida como a Reconquista. O avanço da Reconquista, nos séculos XI e XII, fez surgir, na Península Ibérica, vários pequenos reinos cristãos, entre eles o Condado Portucalense, entregue a D. Henrique de Borgonha (considerado o fundador da dinastia portuguesa) como prêmio por sua participação na guerra, que se estendeu ainda por um longo período. Esse condado originou, no século XII, o reino independente de Portugal.

    B) A segunda parte da canção "Quinto Império" conta como, no século XV, os portugueses realizaram uma série de grandes navegações, por meio das quais exploraram a costa da África, da Ásia, e chegaram à América, apontando quatro consequências dessas navegações. Os versos "Atravessei / a Tormenta, a Esperança" sugerem a descoberta de um caminho marítimo para as Índias. Os versos "até onde o sonho alcança / minha Fé pude cravar" sugerem a divulgação da fé católica nas colônias portuguesas. Por sua vez, os versos "Rasguei as lendas / do Oceano Tenebroso" sugerem a derrubada de vários mitos e lendas sobre os perigos da navegação oceânica, como a existência de monstros marinhos e abismos sem fim. Por fim, os versos "para El Rey, o Glorioso, / não há mais trevas no mar" sugerem o estabelecimento da primazia da Coroa portuguesa sobre importantes rotas marítimas no início da Idade Moderna.
09. A singularidade da história portuguesa a que o texto se refere está na precoce centralização política nas mãos dos reis. Desde a ocupação muçulmana na Península Ibérica, as monarquias da região foram marcadas por um forte caráter militar. Nessa época da chamada Reconquista, as constantes lutas para expulsar os muçulmanos não favoreceram as forças de descentralização ("os senhores, sem a auréola feudal"). O constante conflito favorecia a centralização do poder na figura do monarca e a nobreza ibérica nunca se sentiu forte para desafiar um poder real que foi se sedimentando ao longo do processo de Reconquista, na luta contra um inimigo em comum. Portanto, ao príncipe "incumbe reinar". Pela história portuguesa, os poderes do Estado nunca deixaram de estar centrados na figura do rei.
10. Século XV ao XVIII.

Práticas superadas:
- economia agrícola e autossuficiente;
- autonomia de feudos e cidades;
- hierarquia social estamental;
- poder pessoal do senhor feudal;
- cultura teológica – subordinação à universalidade da Igreja Católica.

Princípios estabelecidos:
- ênfase na cultura racional e científica;
- centralização do poder na pessoa do rei;
- fortalecimento das relações comerciais;
- desenvolvimento dos centros urbanos – fortalecimento da burguesia;
- adoção de língua, moeda e legislação nacionais;
- soberania do Estado no território nacional; exército permanente;
- flexibilização da sociedade estamental com a ascensão da burguesia comercial.

Seção Enem

01. C

HISTÓRIA

Absolutismo

MÓDULO 05

FRENTE A

A progressiva centralização, observada desde o Período Medieval, atingiu o seu auge entre os séculos XVI e XVIII com a hipertrofia das atribuições do poder dos monarcas. Em Estados como França, Portugal, Espanha e Inglaterra, os reis agiram na tentativa de fortalecer seu poder, impondo-se diante das demais camadas sociais. O modo como se organizava o poder monárquico europeu durante esse período é denominado absolutismo.

Não se pode pensar, no entanto, que o poder desses soberanos europeus fosse exercido de maneira arbitrária. As ações dos reis em muitos casos se chocavam com os interesses de diversos grupos sociais e a eficácia administrativa estava vinculada ao atendimento de determinadas expectativas no interior da sociedade.

No caso da França, por exemplo, a centralização nas mãos dos Bourbon só pôde se consolidar após reformas que reduziram a resistência de grupos como a nobreza. Em Portugal, a concessão das mercês permitia que o rei exercesse com maior efetividade o seu poder no interior do Império, enquanto a noção da defesa do "bem comum" impunha limites à atuação do monarca. Ainda no caso português, a preferência pela utilização do termo "Coroa" no lugar de "Rei" demonstra que a última decisão, tomada pelo rei, era fruto do trabalho da burocracia portuguesa.

Ao longo desse processo, várias teorias surgiram na tentativa de justificar a concentração de poder por parte dos monarcas, como a teoria do direito divino dos reis, que afirmava ser o poder temporal monárquico de origem divina. Alguns pensadores, como Maquiavel e Thomas Hobbes, forneceram justificativas laicas para o estabelecimento do poder político absoluto.

SOCIEDADE DO ANTIGO REGIME

À organização da sociedade europeia, em especial da francesa, que se desenvolveu frente à nova concepção política, foi dado o nome de Antigo Regime. A sociedade do Antigo Regime era marcada por rígida hierarquia e pela presença de privilégios de nascimento. A nobreza e o clero, que repudiavam o trabalho braçal, estavam isentos do pagamento de impostos e possuíam regalias, como o recebimento de pensões e a ocupação de altos cargos públicos.

Os demais segmentos sociais eram responsáveis pelo sustento do Estado e dos grupos privilegiados. A antiga nobreza medieval, de caráter militar, transformara-se em uma nobreza palaciana ou cortesã, que passou a ocupar cargos políticos e, em muitos casos, a viver de forma parasitária, sustentada pelo Estado. A concessão desses privilégios foi fundamental para que o rei conseguisse ampliar seus poderes sobre a nobreza e o clero.

ABSOLUTISMO NA FRANÇA

Foi provavelmente na França que a monarquia absolutista atingiu o seu auge. Durante a dinastia dos Bourbon, o poder político se concentrou nas mãos dos reis até atingir seu ponto máximo no reinado de Luís XIV (1643-1715), que foi proclamado o Rei Sol. No entanto, alguns obstáculos dificultaram o processo de concentração do poder político ao longo da história do absolutismo francês.

Os Bourbon ascenderam ao poder em um período conturbado da história francesa, quando as disputas religiosas dividiam o reino. A expansão do calvinismo provocava conflitos entre católicos e protestantes, opondo a nobreza católica, Partido Papista, aos nobres e burgueses protestantes, do Partido Huguenote. As guerras de religião, desse modo, dificultaram a consolidação do absolutismo na França.

Nesse contexto, foi planejado o casamento entre Margarida de Valois, a católica rainha Margot, e Henrique de Bourbon, protestante. O casamento de Margot e Henrique foi acertado por suas mães, Catarina de Médici e Jeanne d'Albret. O objetivo era não só consolidar a paz entre católicos e protestantes, mas também estabelecer uma aliança entre os Valois e os Bourbon. Os Valois estavam no trono da França há dois séculos, já os Bourbon nunca haviam chegado ao poder.

A rainha-mãe, Catarina de Médici – que, na prática, governava –, visava, ainda, com o casamento, à consolidação do poder de sua família e à contenção do poder de outra importante família, a dos Guise. A política de Catarina consistia em aliar-se ora a um, ora a outro dos partidos em luta, evitando que um deles tivesse força suficiente para derrubá-la.

Após o casamento de sua filha, a rainha, ao perceber o aumento do poder dos protestantes, tramou, junto ao duque de Guise, o assassinato do almirante Coligny, principal chefe huguenote. A situação saiu de controle e o que se observou foi o massacre dos protestantes comandado pela população francesa, de maioria católica, episódio conhecido como a Noite de São Bartolomeu, em 1572, quando cerca de trinta mil protestantes foram assassinados.

François Dubois

O pintor protestante François Dubois retratou os massacres contra os protestantes na França. Do lado direito, é possível perceber o almirante Coligny sendo duplamente representado. Primeiramente sendo lançado da torre e já embaixo, sendo esquartejado. A rainha Catarina é representada de preto no fundo e do lado esquerdo, observando os corpos dos protestantes no chão e à frente de um grupo de católicos que tentam impedir os protestantes de sair do castelo.

A situação só foi pacificada com a ascensão de Henrique de Bourbon ao trono francês. Ao assumir o trono como Henrique IV, o rei, de origem protestante, manteve o catolicismo como religião oficial, mas garantiu relativa tolerância aos huguenotes. Através do Edito de Nantes, ainda que de maneira limitada, direitos religiosos, civis e políticos foram garantidos aos protestantes. Abria-se, assim, espaço para o fortalecimento do poder dos reis franceses, após o fim dos problemas internos. A tolerância estabelecida só foi interrompida no reinado de Luís XIV, que, através da edição do Edito de Fontainebleau, revogava o Edito de Nantes, ordenando a destruição de igrejas huguenotes e o fechamento de escolas protestantes.

Ao refletirmos sobre o jogo político-administrativo monárquico, percebemos que o absolutismo francês definiu-se ao longo da dinastia dos Bourbons, mas sua construção paulatina deparou-se com a disputa de diversas famílias nobres ligadas ao poder vigente. Isso comprova o quão duradoura ainda era a influência política dos nobres sobre a monarquia em curso, que, com a Reforma, diluiu-se em meio ao conflito entre protestantes e católicos. A promulgação do Edito de Nantes, na medida em que pacificava a oposição entre os nobres, impulsionava o absolutismo até que ele chegasse ao seu ápice no solo francês.

Retomando o reinado de Henrique IV, é válido ressaltar que ele se caracterizou pela centralização administrativa e pelo incentivo ao comércio e à agricultura. O Estado arrecadou recursos através da concessão de títulos de nobreza aos grandes comerciantes enriquecidos, que passaram a formar a nobreza de toga. Ainda assim, seu reinado terminou de forma trágica, com o seu assassinato.

Luís XIII, seu sucessor, por ainda ser criança, não poderia assumir o trono, que ficou sob controle do cardeal Richelieu. Nesse período, ocorreu o fortalecimento do Exército francês e da centralização administrativa, com a criação de um corpo de funcionários, os intendentes. A França também se envolveu em um conflito internacional, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

A centralização completa, entretanto, ocorreu apenas no reinado seguinte, quando Luís XIV assumiu o poder. Ainda assim, o Rei Sol (como ficou conhecido) enfrentou a resistência de alguns grupos sociais contrários à concentração de poder, como foi o caso das frondas, rebeliões iniciadas ainda no período em que o rei era menor. Aproveitando-se do descontentamento generalizado, setores da nobreza e da burguesia lideraram campo e cidade contra o absolutismo monárquico. As revoltas, todavia, acabaram por fracassar.

A centralização promovida por Luís XIV se realizou por meio do aprimoramento da máquina burocrática, aumentando o controle dos sistemas de cobrança de impostos e gerando maior arrecadação para o Estado. Com essa riqueza acumulada, o ministro de Estado, Colbert, pôde disputar com ingleses e holandeses as áreas do Caribe e do Atlântico Norte.

No plano social, foram reduzidos os controles feudais sobre os campos e as cidades, auxiliando na eliminação das barreiras que impediam a circulação das mercadorias pelas várias regiões da França, favorecendo os burgueses.

As reformas jurídicas também estabeleceram um novo modo de relacionamento entre o Estado e a sociedade, pois a criação dos tribunais ligados ao rei fizeram com que os camponeses pudessem apelar ao monarca diante da opressão dos poderes locais.

Colaborando para engrandecer o absolutismo real, estava a construção da imagem poderosa do rei, erigida a partir da força da propaganda, dos escritores, historiadores, escultores e pintores convocados para sua glorificação. De acordo com o historiador Peter Burke, as obras de arte que retratavam o rei não deveriam "fornecer uma cópia reconhecível dos traços do rei ou uma descrição sóbria de suas ações. Ao contrário, a finalidade era celebrar Luís, glorificá-lo, em outras palavras, persuadir os espectadores, ouvintes e leitores de sua grandeza" (*A Fabricação do Rei*, Peter Burke).

Hyacinthe Rigaud

Luís XIV, o Rei Sol.

Wikimedia Commons

Luís XIV e seus herdeiros em 1710

Wikimedia Commons

Luís XIV em glória após o Tratado de Nijmegen

Elaborada tal qual um grande teatro, um teatro do Estado, a atuação do rei se transforma em performance; os seus trajes viram fantasia. Na verdade, esculpida de maneira cuidadosa, a figura do rei corresponde aos quesitos estéticos necessários à construção da "coisa pública". Saltos altos para garantir um olhar acima dos demais, perucas logo ao levantar, vestes magníficas mesmo nos locais da intimidade; enfim, trata-se de projetar a imagem de um homem público, caracterizado pela ausência de espaços privados de convivência. Tal qual um evento multimídia, o rei estará presente em todos os lugares, será cantado em verso e prosa, retratado nos afrescos e alegorias, recriado como um Deus nas estátuas e tapeçarias.

SCHWARCZ, Lilia Moritz.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012000000100010&script=sci_arttext>
Acesso em: 26 out. 2010.

ABSOLUTISMO NA INGLATERRA

Para alguns historiadores, como o inglês Christopher Hill, a monarquia na Inglaterra teria se desenvolvido de maneira particular. A razão para tal fato estaria na existência da Magna Carta (1215) e da instituição que esse documento originou: o Parlamento inglês. Apesar de pouco poder entre os séculos XIII e XVI, quando raramente fora evocado, o documento representava certa restrição ao poderio dos monarcas ingleses.

A ascensão dos Tudor, após sucessivos conflitos – como as Guerras dos Cem anos e das Duas Rosas –, intensificou o processo de unificação inglesa. Foi com Henrique VIII, no século XVI, que a resistência à centralização foi vencida e o poder real se consolidou. Para isso, o rei Tudor reprimiu violentamente a oposição e eliminou a influência da Igreja Católica com a criação da Igreja Anglicana (1534). A Reforma Protestante na Inglaterra, além de estabelecer o rei como chefe supremo da nova Igreja, permitiu o enriquecimento do Estado por meio do confisco de terras e bens do clero católico. Uma vez mais, percebe-se a confluência entre o delineamento do Estado nacional, estabilidade interna (eliminação da oposição social, política e religiosa) e externa (envolvimento em conflitos bélicos) para o pleno desenvolvimento do absolutismo.

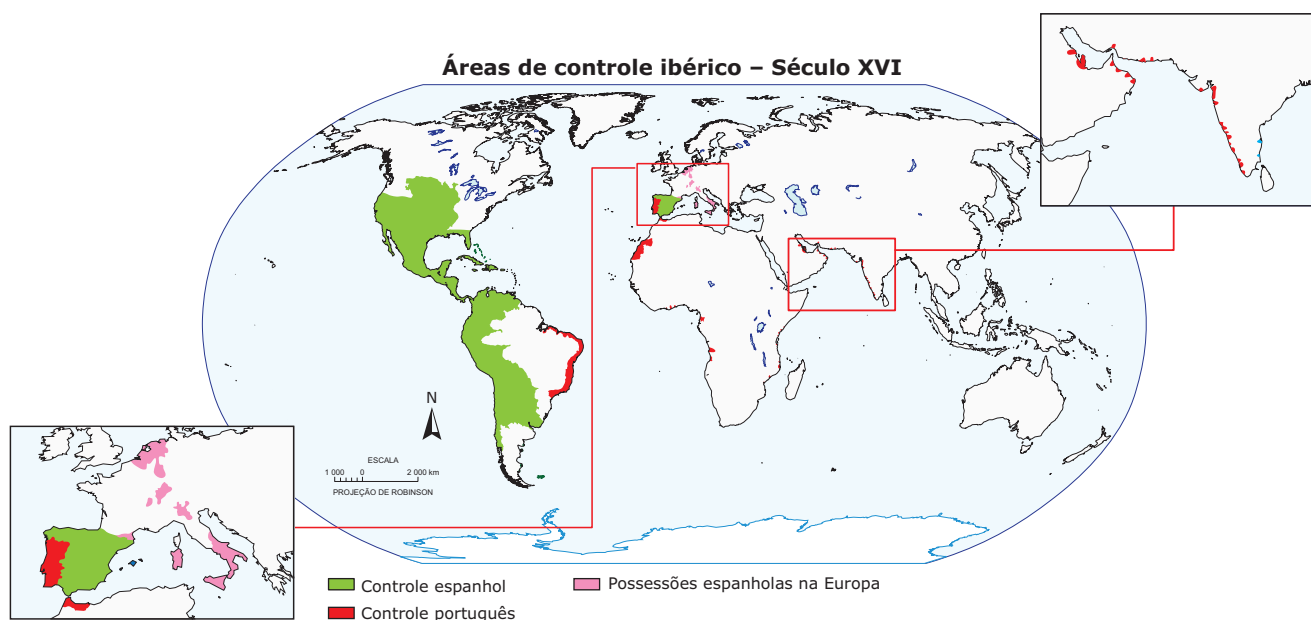
Após a morte de Henrique VIII, a Inglaterra passou por um período de instabilidade. Seu sucessor, Eduardo VI, teve um curto reinado, morrendo aos quinze anos, ascendendo ao trono então a rainha Maria. A monarca, casada com o rei católico Felipe II da Espanha, restaurou o catolicismo no país, instaurando, por conta disso, a perseguição a anglicanos e a calvinistas, o que lhe rendeu o título de *Bloody Mary* (Maria, a Sanguinária). Após a sua morte, subiu ao trono sua meia-irmã, a rainha Elizabeth I.

O reinado de Elizabeth foi caracterizado por uma agressiva política mercantilista. Os esforços se concentraram na criação de companhias de comércio, no apoio à pirataria e ao desenvolvimento da Marinha inglesa. Além da força comercial, a Marinha de guerra se fortaleceu, culminando na vitória sobre a Invencível Armada Espanhola em 1588.

O quadro de 1590, assinado por George Gower, apresenta elementos que caracterizaram o reinado de Elizabeth. As joias representam a realeza e o poder da rainha. As pérolas simbolizam a pureza e castidade de Elizabeth I, que ficou conhecida como "a virgem". A mão sobre o globo retrata o momento em que o poder inglês se expande pelos outros continentes. Atrás da monarca, é possível ver duas imagens, representando, à direita, a tentativa de ataque da Marinha espanhola e, à esquerda, a derrota da Invencível Armada.

No plano religioso, a rainha anulou as medidas de sua antecessora e fortaleceu a Igreja Anglicana. Após sua morte, sem que Elizabeth tenha deixado herdeiros, a dinastia Tudor chegava ao fim. Completa-se, assim, um período de aprofundamento da estrutura estatal inglesa, não apenas no que se refere à política, que ganhou formato absolutista, mas também no que se refere às bases econômicas. Isso foi possível pelo fato de que um governo absolutista é um governo interventor, com condições necessárias para dirigir a economia segundo os interesses dominantes. Somados tais aspectos, estava tecido o arcabouço necessário para tornar a nação inglesa progressivamente uma potência.

ABSOLUTISMO NA ESPANHA

A consolidação do poder nas mãos dos reis espanhóis só foi possível após o movimento de Reconquista, processo pelo qual foram expulsos os mouros da Península Ibérica. Nesse contexto, a atuação da Inquisição, sob controle dos reis espanhóis, foi fundamental para o fortalecimento do poder monárquico. A perseguição aos judeus também fez parte desse processo, mostrando a íntima ligação entre a monarquia espanhola e a religião católica. No século XVI, a riqueza em metais preciosos proveniente das possessões americanas fez da Espanha o maior império do continente, dominando regiões na América, na Ásia e na própria Europa durante os reinados de Carlos V e Felipe II.

ABSOLUTISMO EM PORTUGAL

Para alguns historiadores, o absolutismo português teria atingido o seu auge durante o reinado de D. João V, no século XVIII. Rei de Portugal entre 1707 e 1750, seu poder pôde ser percebido no incentivo às artes e em construções como o Convento de Mafra e o Aqueduto das Águas Livres, em Lisboa. Parte da riqueza portuguesa nesse período era originária da região das Minas.

Husond / Creative Commons

O palácio de Queluz, conhecido como o "Versalhes português", construído a partir de 1747, demonstra a força do absolutismo português no século XVIII, assim como a influência do modelo francês.

Assim como na Espanha, a relação com a Igreja Católica foi fundamental para a consolidação do poder dos reis portugueses. A instituição do Padroado, que permitia ao Estado intervir na instituição católica, admitia que a Coroa portuguesa interferisse diretamente nos cargos eclesiásticos em seu reino. A atuação do Tribunal da Inquisição também fortaleceu os monarcas ao defender a unidade religiosa em Portugal, permitindo a garantia dos interesses dos mesmos.

TEÓRICOS DO ABSOLUTISMO

Acompanhando o fortalecimento do poder dos reis europeus, surgiram teorias que tentaram justificar tal situação, explicitando os elos teóricos que permitiam compreender a relevância de tal realidade. Tais teóricos argumentavam a favor de um poder forte e centralizado nas diversas regiões do continente.

Nicolau Maquiavel

O florentino Nicolau Maquiavel viveu entre 1469 e 1527 e observou a fragmentação e a instabilidade da região da Península Itálica no período. A formação da Itália unificada só viria a ocorrer no século XIX e, durante a vida de Maquiavel, tal região foi marcada por diversos conflitos. Na parte central, os Estados da Igreja entravam em constantes disputas com as demais regiões. No norte, enquanto Gênova e Veneza eram importantes repúblicas autônomas, outras localidades estavam submetidas ao Sacro Império Germânico, também uma região de poder fragmentado. De acordo com Maquiavel:

> A tirania impera em pequenos principados, governados despoticamente por casas reinantes sem tradição dinástica ou de direitos contestáveis. A ilegitimidade do poder gera situações de crise e instabilidade permanente, onde somente o cálculo político, a astúcia e a ação rápida e fulminante contra os adversários são capazes de manter o príncipe.
>
> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*.
> São Paulo: Nova Cultural, 1999.

As ameaças francesa e espanhola também pressionavam os pequenos Estados italianos, que muitas vezes eram dominados pelos *condottieri*, mercenários pagos para protegê-los. É diante dessa situação que Maquiavel escreve sua obra mais célebre, *O Príncipe*. O livro, escrito em poucas semanas, eternizou-o como pensador mas rendeu-lhe má fama, fazendo com que do seu nome surgisse o termo maquiavélico. Essa imagem foi tão forte que, na Inglaterra, um dos sinônimos para o termo diabo era *Old Nick*, o velho Nicolau.

A obra se concentra nas maneiras que o governante possui de alcançar o poder e em como manter esse poder conquistado. Para que atinja os seus objetivos, o príncipe deve levar em conta algumas questões cruciais. Em primeiro lugar, deve ser um grande chefe militar, o que garantiria a conquista do poder e a posterior estabilidade, evitando que seu reino seja ameaçado. A partir da tomada do poder, o chefe político precisa ser astuto, já que deve passar da violência, com a qual conquistou o poder, para uma relação em que os governados consintam em se submeter ao seu domínio.

Visando à manutenção de seu poder, o príncipe deve compreender que a ação política não deve levar em consideração "as coisas como elas devem ser" e sim "como elas são". O conhecimento da História, da atuação de outros grandes políticos e da realidade em que se vive é fundamental

para o planejamento das atitudes do príncipe. Esse tipo de ação, racional e planejada, está vinculado à *virtú*, que pode ser definida como esse conjunto de capacidades do governante. A atuação virtuosa possibilitaria ao príncipe estar preparado para o imprevisível, o acaso, a chamada fortuna.

Não se deve confundir a *virtú* ou ação virtuosa, no entanto, com os valores cristãos. A ruptura com a cultura cristã medieval conferiu a Maquiavel um papel fundamental na fundação da política moderna. Para ele, a ação política não deve estar vinculada aos valores morais e religiosos. O bom governo, durante o Período Medieval, estava vinculado às atitudes de um príncipe cristão. Já para Maquiavel, o governante deveria pensar mais em seus êxitos do que nos valores morais ou naquilo que é considerado como certo pela religião. De acordo com o autor:

> O príncipe não precisa ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, bastando que aparente possuir tais qualidades. [...] Um príncipe não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo freqüentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião [...] O príncipe não deve se desviar do bem, se possível, mas deve estar pronto a fazer o mal, se necessário.
>
> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo:Nova Cultural, 1999.

Maquiavel afirma, portanto, que, em certas ocasiões, a prática daquilo que é considerado mau é necessário, por mais que essa postura nem sempre seja necessária.

O Príncipe, escrito para uma importante figura política de Florença, Lourenço de Médici, foi visto por muitos monarcas europeus como um manual para a sua ação, quase sempre violenta. A obra de Maquiavel foi associada a atitudes consideradas tirânicas como as de Henrique VIII, que teria forjado a sua separação com Catarina de Aragão, dando início ao conflito que levou à ruptura com a Igreja Católica. O massacre dos protestantes na Noite de São Bartolomeu também teria sido planejado por Catarina de Médici – filha de Lourenço, o Magnífico –, influenciada pela leitura da obra. Entretanto, novas leituras da obra de Maquiavel apontam para outras possíveis interpretações. De acordo com o filósofo brasileiro Renato Janine Ribeiro:

> *O Príncipe* foi lido, bem cedo, como um livro de conselhos aos governantes, para quem os fins justificariam os meios (essa frase, aliás, não é de Maquiavel). Ele defenderia o despotismo e a amoralidade dos príncipes. Há aqui, porém, um problema. Maquiavel escreveu *O Príncipe* de um jato só, enquanto se dedicou vários anos a outro projeto – os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, um longo comentário ao historiador de Roma Antiga. Ora, os *Discursos* são uma obra republicana. E, se Maquiavel foi torturado a mando dos Médici, que acabavam de retomar Florença, isso se deveu a ter sido ele um dos líderes da República florentina. O Maquiavel mais extenso é republicano.
>
> RETIRADO de artigo publicado na revista *Cult*, em dezembro de 2004.

De acordo com essas novas leituras, baseadas em obras como *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, Maquiavel se posicionaria de forma favorável à República. Nessa obra, o autor trata de temas como a igualdade, liberdade e participação política a partir da leitura de textos da Antiguidade. Nessa perspectiva, o pensamento de Maquiavel se afasta do maquiavelismo das visões tradicionais a respeito de suas ideias. O trecho a seguir, sobre a República em Roma, ilustra o que foi dito:

> Responderei, contudo, que cada Estado deve ter costumes próprios, por meio dos quais os populares possam satisfazer sua ambição [...] O desejo que sentem os povos de ser livres raramente prejudica a liberdade [...] Sejamos, portanto, avaros de críticas ao governo romano: atentemos para o fato de que tudo o que de melhor produziu esta república provém de uma boa causa. Se os tribunos devem sua origem à desordem, esta desordem merece encômios, pois o povo, desta forma, assegurou participação no governo. E os tribunos foram os guardiões das liberdades romanas.
>
> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. 3 ed. Brasília: Editora da UNB, 1994.

Thomas Hobbes

> Existiu na Inglaterra um grande medo de 1588: a nação protestante aguardando a invasão espanhola, as povoações ribeirinhas espreitando o desembarque da armada que se temia invencível. Não faltaram alarmes falsos: especialmente na finisterra inglesa, a Cornualha; num desses pânicos, nasceu Thomas Hobbes, de parto prematuro — 'minha mãe pariu gêmeos, eu e o medo', como recordará, autobiógrafo, daí a noventa anos.
>
> RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo:* Hobbes escrevendo contra seu tempo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

O trecho anterior permite a compreensão da história inglesa no período em que viveu Thomas Hobbes (1588-1679). Além da situação descrita, que se prolongou ao longo do século XVII, os ingleses também vivenciaram o conturbado processo da Revolução Inglesa. Foi nesse contexto que o autor inglês produziu sua obra mais importante, *Leviatã*, em que argumenta a respeito da necessidade de se estabelecer um poder forte para que a ordem e a paz sejam garantidas.

Sua teoria se baseia na noção de contrato, que posteriormente também seria utilizada por pensadores como John Locke e Jean-Jacques Rousseau. De acordo com essa concepção, ao firmarem um contrato, os homens aceitam sair de um estado pré-social, em que vivem isoladamente, o estado de natureza. Se, para Locke, essa teoria foi utilizada como justificativa para o Estado Liberal e, para Rousseau, como justificativa para uma organização democrática, para Thomas Hobbes, a teoria do contrato serviu para justificar um poder forte e centralizado.

Segundo Hobbes, no estado de natureza, que não é situado em nenhum momento histórico específico, existiria o conflito constante. Nesse estágio, quando não há nenhum poder superior que controle os indivíduos, a busca pela satisfação dos desejos os leva a lutarem entre si. A vida é insegura e reina o medo entre os homens, principalmente o medo da morte violenta. No trecho a seguir, Hobbes descreve essa situação:

> Portanto tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção. Numa tal situação, não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; consequentemente não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta.
>
> HOBBES, Thomas. *O Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado Eclesiástico e Civil.* São Paulo: Nova Cultura, 1998.

O que se observa no estado de natureza é a guerra de todos contra todos e a possibilidade de aniquilamento mútuo. Para Hobbes, nesse caso, o homem seria o lobo do homem.

Para sair dessa situação e evitar uma morte violenta, os homens devem fazer um pacto, o contrato social através do qual aceitem perder parte do poder e da liberdade dos quais desfrutam no estado de natureza para uma entidade maior. Dessa forma, o Estado e o soberano surgem como essa força constituída para garantir a ordem e impedir a destruição. O *Leviatã*, monstro de origem bíblica, simboliza essa forma de organização.

A imagem do Leviatã sintetiza a teoria de Thomas Hobbes. Nela, o rei, coroado, aparece como figura superior aos demais. Em uma das mãos carrega a espada, simbolizando o poder militar, e, na outra, o cetro, que representa a justiça. O corpo do rei é composto de corpos de vários indivíduos, representando a associação das vontades individuais transferidas ao soberano no momento em que o contrato social é estabelecido.

Para Hobbes, apenas o Estado forte e o poder centralizado poderiam garantir a vida em sociedade. Ao abrir mão de parte de sua liberdade, transferindo-a a um poder maior, os homens afastavam o medo e a possibilidade da morte violenta. Segundo Hobbes:

> O fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a conseqüência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis de natureza[...]
>
> HOBBES, T. Das causas, geração e definição de um Estado. In: *Leviatã*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 103.

Direito divino dos reis

As teorias do direito divino dos reis, que tiveram sua origem no Período Medieval, atingiram o seu apogeu no século XVII nos países católicos da Europa. Para esses teóricos, a necessidade de concentração do poder dos reis era explicada a partir da religião: a soberania dos reis não podia ser contestada, já que havia sido concedida diretamente por Deus. O rei era considerado um representante de Deus na Terra e, por conta disso, se opor ao seu poder seria não só um crime, mas um pecado. Desse modo, os caminhos necessários à edificação do absolutismo real são delimitados de forma a serem pouco questionados, já que uma autoridade ainda maior, isto é, Deus, atestava a legitimidade real em um contexto histórico no qual a esfera religiosa ainda tinha vital importância no cotidiano do europeu.

A crença na divindade dos monarcas permanecia junto à cultura do homem moderno. Desde a Idade Média, era comum a crença de que, caso os reis tocassem os doentes, conseguiriam curá-los. O ritual se manteve na Idade Moderna, dando origem à expressão: o rei toca, Deus cura.

A partir dessa concepção sobre o poder real, surgiu a percepção dos dois corpos do rei: o primeiro deles, mortal, assemelha-se aos demais e está sujeito aos mesmos vícios e defeitos comuns aos súditos; o segundo, sagrado, representa o corpo divino do rei, que o diferencia dos demais e que não morre.

Dedicaram-se à teoria do direito divino principalmente os franceses, sendo que o próprio Luís XIV escreveu sobre o poder sagrado da figura real, associando o Estado à pessoa do rei.

Jean Bodin

Em sua obra *Seis livros sobre a República*, Jean Bodin (1530-1596) defende a necessidade da concentração de todo o poder nas mãos do rei, poder esse que não poderia ser contestado. Bodin negava a necessidade de existência do Poder Legislativo e defendia a total submissão dos súditos. Suas teorias ganharam muita força durante o período em que a França passava por conflitos intensos, em razão das disputas religiosas. A monarquia, que era vista como a melhor forma de garantir a ordem pública e a soberania dos reis, não estando sujeita às leis, poderia criar, revogar e modificar a legislação. De acordo com Bodin:

> Não há necessidade de insistir muito para mostrar que a monarquia é a melhor, visto que [...] tem somente um chefe; e todas as leis da natureza nos guiam para a monarquia; seja observando esse pequeno mundo que é nosso corpo, no qual existe para todos os membros um só chefe do qual dependem a vontade, o movimento e o sentimento; seja observando esse grande mundo, que tem um soberano Deus; seja observando o céu, que tem um só Sol.
>
> BODIN, Jean. *Los seis libros de la Republica.* Madrid: Tecnos, 1992.

Jacques Bossuet

O bispo Jacques Bossuet (1627-1704) educou o filho de Luís XIV. Em seu livro, *A política extraída das sagradas escrituras*, pretendia ensinar ao Delfim, futuro rei da França, os princípios do absolutismo. Para o autor, a monarquia seria a melhor forma de organização política, já que garante a estabilidade por sua tradição. A origem do Estado advém de um decreto divino, da mesma forma que o poder do monarca. Os súditos devem se submeter aos governantes, que, por sua vez, devem atuar com poder incontestável. O único capaz de retirar o poder dos reis seria Deus, aquele que o havia concedido. Para Bossuet:

> Todo o poder vem de Deus. Os governantes, pois, agem como ministros de Deus e seus representantes na terra. Consequentemente, o trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus [...] Os reis são deuses e participam de alguma maneira da independência divina. O rei vê de mais longe e de mais alto; deve acreditar-se que ele vê melhor.
>
> BOSSUET, Jacques, *A política extraída das sagradas escrituras*.

ETIQUETA NO ANTIGO REGIME

Entre os séculos XV e XVIII, a etiqueta consistia em um conjunto de regras e costumes que regiam o comportamento e o cotidiano da sociedade. Roupas, formas de tratamento, uso da linguagem, distribuição no espaço e tipos de comida eram definidos pelas normas da etiqueta.

O apogeu dessas práticas se deu na Corte francesa de Luís XIV, no entanto, a etiqueta se fez presente nos hábitos de

outros reinos. Por meio dessas regras, esperava-se que as hierarquias fossem mantidas, em especial aquelas que se relacionavam aos nobres, que procuravam sobreviver após a perda do poderio feudal, sustentando-se como articuladoras do jogo político junto ao monarca.

Em Portugal, os modos de tratamento variavam de acordo com o grupo social a que o indivíduo pertencia. Existiam regras determinando quem poderia ser tratado com vós, vossa mercê e vossa majestade, esse último reservado aos reis. As cores das roupas também podiam simbolizar a posição do homem nessa sociedade, como na Inglaterra, onde uma lei reservou a cor púrpura como exclusiva da família real.

As boas maneiras determinavam os hábitos durante as refeições e o comportamento em locais públicos e privados, como pode ser percebido no trecho a seguir de um manual de 1671:

> Se todos estão se servindo do mesmo prato, evite pôr nele a mão antes que o tenham feito as pessoas da mais alta categoria, e trate de tirar o alimento apenas da parte do prato que está à sua frente. Ainda menos deve pegar as melhores porções, mesmo que aconteça você ser o último a se servir. Cabe observar ainda que você sempre deve limpar a colher quando, depois de usá-la, quiser tirar alguma coisa de outro prato, havendo pessoas tão delicadas que não querem tomar a sopa na qual mergulhou a colher depois de a ter levado à boca. E, ainda mais, se estás à mesa de pessoas refinadas, não é suficiente enxugar a colher depois de a ter levado à boca. Não deves usá-la mais, e sim pedir outra. Além disso, em muitos lugares, colheres são trazidas com o prato, e estas servem apenas para tirar a sopa e o molho. Você não deve tomar a sopa na sopeira, mas colocá-la no seu prato fundo. Se ela estiver quente demais, é indelicado soprar cada colherada. Deve esperar até que esfrie. Se tiver a infelicidade de queimar a boca, deve suportar isto pacientemente, se puder, sem demonstrar, mas se a queimadura for insuportável, como às vezes acontece, deve, antes que os outros notem, pegar seu prato imediatamente com uma mão e levá-lo à boca e rapidamente passá-lo ao lacaio atrás de sua cadeira.
>
> COUTIN, Antoine de. Novo tratado de civilidade. In: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador.* Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

Na França, os rituais da família real eram acompanhados pela nobreza em Versalhes. Assistir ao rei acordar e fazer suas refeições eram hábitos comuns que auxiliavam na construção da imagem do mesmo. Os rituais de exaltação do monarca ajudaram a ampliar o culto à figura do rei, visto como um sujeito superior aos seus súditos. A observância desses modos poderia representar para a nobreza alguns benefícios e a obtenção de favores. Segundo Norbert Elias:

> Todos dependiam, em maior ou menor grau, da pessoa do rei. Portanto, a menor alteração da atitude do rei para com qualquer deles tinha muita importância porque tornava visível uma alteração do seu mérito aos olhos do rei e da sua posição face à sociedade de Corte. Mas esta relação de dependência determinava também, por um encadeamento de elos secundários, o comportamento dos cortesãos uns com os outros.
>
> ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFRGS-RS–2007) O sistema monárquico absolutista, que atingiu seu apogeu sob o reinado de Luís XIV, apresenta-se como o modelo de gestão política característico do período histórico moderno.

Sobre esse sistema, é **CORRETO** afirmar que ele

A) não era arbitrário, pois o monarca não podia transgredir certas leis e costumes fundamentais do reino.

B) foi responsável pelo desenvolvimento do conceito de cidadania, ao afirmar as liberdades individuais em contraposição ao sistema político medieval.

C) apresentava, entre seus princípios teóricos, a noção de que a potência soberana do Estado emana do povo.

D) foi enaltecido pelos iluministas, notadamente pelo filósofo Montesquieu, admirador da tripartição do poder político adotada pelo absolutismo.

E) não foi bem sucedido como forma de governo, pois desprezava a racionalização burocrática da máquina estatal.

02. (UFMA–2006) Assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** o absolutismo inglês nos séculos XVI e XVII.

A) Foi o sistema de governo que aumentou o poder do rei, à semelhança de outras nações europeias, e que levou à formação do parlamentarismo como instrumento político para reafirmar os interesses da nobreza agrária protestante contra a burguesia comercial católica.

B) Foi o sistema de governo que contribuiu para o avanço inglês no comércio e na indústria, reforçado pela chamada Invencível Armada, a frota de navios que consolidou a sua hegemonia nos mares, garantindo a implantação do mercantilismo e da expansão colonial.

C) Foi o regime caracterizado pela descentralização política, através do crescente papel do Parlamento e do enfraquecimento do papel do monarca por uma Constituição, ao mesmo tempo em que os interesses de burgueses, nobres, comerciantes e camponeses foram politicamente harmonizados.

D) Foi o regime marcado pela ascensão da dinastia Tudor, responsável direta pela extinção do Parlamento, o que gerou intensos conflitos internos e externos, com o enfraquecimento do comércio internacional e com a perda das colônias na América.

E) Foi o regime que favoreceu a consolidação do mercantilismo, através da aliança entre a burguesia mercantil e a nobreza, destruindo progressivamente os vestígios do feudalismo no campo e rompendo com a Igreja Católica, gerando intensos conflitos políticos e religiosos.

03. (UESC-BA–2006) *Na Idade Moderna, os intelectuais criaram uma ideologia política típica do período, legitimando o absolutismo. Alguns, como Maquiavel, defendiam a teoria de que a política, representada pelo soberano, deveria atender ao "interesse nacional". Outros, como Hobbes, partiam da concepção de um "contrato entre governados e Estado.*

VICENTINO, p. 205.

Considerando-se a análise do texto e os conhecimentos sobre absolutismo, pode-se afirmar que a ideologia política defendida por

01. Maquiavel adotou os princípios morais contidos na escolástica para justificar a sua tese.

02. Maquiavel atrelava política e conduta ética como indissociáveis para garantir o poder e a força do príncipe no comando da nação.

03. Hobbes estabelecia que o contrato entre Estado e governados se faria somente com a determinação do Santo Padre.

04. Hobbes, através do contrato entre governados e o Estado, considerava lícito ao rei governar despoticamente.

05. Maquiavel e Hobbes, ao preconizarem um Estado soberano destruído, exigia que os bens dos súditos fossem confiscados e anexados aos domínios da monarquia.

Soma (   )

04. (UFJF-MG) O absolutismo real surgiu na Europa em meio à transição da sociedade feudal para a ordem capitalista, a partir do século XV.
Sobre o absolutismo, pode-se afirmar que

A) acarretou a perda completa do poder da nobreza, agora destituída dos privilégios que detinha, diante de outros grupos.

B) em sua versão francesa, revelou-se mais permeável à representação política, dada a grande importância do Parlamento, especialmente sob Luís XIV.

C) o estabelecimento de impostos regulares, para financiar o Exército e a administração reais, colaborou para a efetivação desse absolutismo.

D) enfraqueceu-se a autoridade da Igreja com a afirmação do poder real, tal como se verifica em Portugal e Espanha, onde se promoveu uma rígida separação entre Igreja e Estado, na administração civil.

E) a burguesia tornou-se a classe politicamente dirigente, instituindo-se, desta forma, uma ordem econômica baseada no livre mercado.

05. (Mackenzie-SP) Considere as afirmativas a seguir:

I) O absolutismo caracterizou-se como um tipo de regime político que, durante a transição do feudalismo para o capitalismo, preocupava-se com o desenvolvimento econômico, principalmente comercial.

II) A nobreza feudal opôs-se ao regime absolutista, por considerá-lo prejudicial aos seus interesses. Ficou, por isso, restrita à posse das terras e dos títulos nobiliárquicos.

III) Os monarcas absolutistas apoiavam seu poder supremo em direitos consagrados, por meio de uma Constituição reconhecida pelo papa.

Assinale

A) se somente I estiver correta.

B) se somente III estiver correta.

C) se somente I e II estiverem corretas.

D) se somente II e III estiverem corretas.

E) se todas estiverem corretas.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFPA) [...] *doentes atingidos por estranhos males, todos inchados, todos cobertos de úlceras, lamentáveis de ver, desesperançados da medicina, ele [o Rei] cura-os pendurando em seus pescoços uma peça de ouro, com preces santas, e diz-se que transmitirá essa graça curativa aos reis seus sucessores.*

SHAKESPEARE, William. *Macbeth*.

Essa passagem da peça *Macbeth* é reveladora

A) da capacidade artística do autor de transcender a realidade de seu tempo.

B) da crença anglo-francesa, de origem medieval, no poder de cura dos reis.

C) do direito divino dos reis, que se manifestava em seus dons sobrenaturais.

D) da mentalidade renascentista, voltada ao misticismo e ao maravilhoso.

E) do poder do absolutismo, que obrigou a Igreja a aceitar o caráter sagrado dos reis.

02. (UFSCar-SP) *À cristianização compulsiva se seguiu, tempos depois, a partir da dinastia dos Bourbons, a castelhanização compulsiva. O centralismo castelhano, negador da pluralidade nacional e cultural da Espanha, chegou ao paroxismo sob a ditadura de Franco.*

GALEANO, Eduardo. *A descoberta da América (que ainda não houve)*.

Tendo em vista o texto, considere as quatro afirmações seguintes:

I) O autor refere-se ao período da imposição do cristianismo na Espanha e em suas colônias, com os tribunais da Inquisição, nos séculos XV e XVI.

II) O autor refere-se à unificação espanhola comandada por castelhanos, a partir da aliança entre Isabel de Castela e Fernando de Aragão.

III) O autor refere-se às lutas por independência por parte de catalãos, andaluzes, bascos e galegos.

IV) O autor refere-se ao centralismo do Estado ditatorial de Franco no final do século XIX.

Estão **CORRETAS** as afirmações

A) I e II, apenas.

B) I, II e III, apenas.

C) I, III e IV, apenas.

D) II, III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

03. (UFC–2007) *A etiqueta foi, nos séculos do seu apogeu (do XV ao XVIII), minucioso cerimonial regendo a vida em sociedade,* [...] *tudo isso esteve determinado pela lei e pelo costume*.

RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime:* do sangue à doce vida. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 7.

Em relação à importância da etiqueta para as relações sociais no Estado Moderno, assinale a alternativa **CORRETA**.

A) A etiqueta, na sociedade de Corte, configurou-se como instrumento de dominação social dos banqueiros e de incentivo à descentralização política e econômica do Estado Moderno.

B) A sociedade de Corte identificou-se com a formação do Estado Moderno, cujo processo de constituição deu-se contra a fragmentação política e econômica praticada pelos senhores feudais.

C) A constituição do Estado Moderno propiciou à realeza a oportunidade de eliminar as práticas mercantilistas e de impor o retorno à economia desmonetarizada.

D) A sociedade de Corte, dominada pela burguesia, notabilizou-se por desprezar as boas maneiras, o uso da linguagem, o luxo e a moda como formas de distinção social.

E) A etiqueta, além de recorrer ao uso de costumes provenientes das civilizações Inca e Asteca, propiciou a difusão de valores estéticos oriundos das mitologias egípcia e grega.

04. (FGV-SP) Sobre a formação do absolutismo na França, é **INCORRETO** afirmar que

A) seus antecedentes situam-se, também, nos reinados de Filipe Augusto, Luís IX e Filipe IV, entre os séculos XII e XIV.

B) fez-se necessária nesse processo a centralização dos Exércitos, dos impostos, da justiça e das questões eclesiásticas.

C) a abolição da soberania dos nobres feudais não teve um importante papel nesse contexto.

D) a Guerra dos Cem Anos foi fundamental nesse processo.

E) durante esse processo a aliança com a burguesia fez-se necessária para conter e controlar a resistência de nobres feudais.

05. (UFJF-MG) O mundo moderno caracterizou-se pela formação dos Estados Nacionais europeus, pela descoberta e colonização da América, bem como pelo Renascimento Cultural e Científico. Acerca das relações desse contexto com as teorias políticas que dele emergiram, marque a alternativa **ERRADA**.

A) Diante das dificuldades de unificação do Estado italiano, Maquiavel propôs uma teoria que defendia a construção de um principado com poderes absolutos.

B) Como o Estado francês já se encontrava unificado e fortalecido, coube a Montesquieu edificar a teoria dos três poderes, que reafirmava as bases do absolutismo.

C) No contexto do absolutismo inglês, coube a Thomas Hobbes, com sua principal obra, *Leviatã*, reafirmar a soberania ilimitada do governante.

D) Este também foi o contexto de criação da obra de Thomas Morus, *A utopia*, que propunha uma organização política alternativa, baseada na formação de comunidades livres.

06. (UFJF-MG) O processo de centralização do poder real e da unificação territorial, associado ao crescente controle do Estado sobre a economia, conduziu a maior parte dos países europeus à constituição de monarquias nacionais absolutistas. Esse processo teve, contudo, importantes variações regionais.

Enumere a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, em seguida, marque a alternativa **CORRETA**.

(1) Portugal

(2) Espanha

(3) França

(4) Inglaterra

(5) Alemanha

( ) O processo de centralização do poder real e de unificação territorial foi dificultado devido à força da nobreza feudal luterana.

( ) A unidade política foi fraca devido à persistência de diversidades regionais e pluralidade cultural e religiosa, que pode ser exemplificada pela guerra de Reconquista.

( ) Foi o primeiro país europeu a se unificar territorial e politicamente, em grande parte devido ao apoio da nobreza e da burguesia ao rei.

( ) O processo de centralização real e de unificação territorial foi reforçado pela vitória na Guerra dos Cem Anos, que desenvolveu o sentimento nacional, identificando a figura do rei com a grandeza do país.

( ) No processo de unificação territorial, nobreza e burguesia colocaram restrições ao poder do rei, através da criação de um parlamento.

A) 5, 2, 1, 3, 4

B) 4, 2, 1, 5, 3

C) 4, 2, 1, 3, 5

D) 3, 1, 2, 5, 4

E) 5, 1, 2, 3, 4

07. (UFOP-MG) O período do governo de Luís XIV foi marcante para a história francesa e europeia.

Com relação a esse período, é **CORRETO** afirmar que

A) correspondeu à época da Noite de São Bartolomeu, evento que ficou registrado na história como um símbolo da violência gerada por conflitos religiosos.

B) no seu governo foi marcante a presença do ministro Richelieu, o mais influente conselheiro do rei.

C) foi um período de grande centralização do Estado na França com o desenvolvimento de uma política externa belicista e de uma articulada política mercantilista.

D) foi favorável à liberdade religiosa, já que Luís XIV desenvolveu uma política de defesa à prática do protestantismo na França.

E) caracterizou-se pela vigência das ideias iluministas, já que Luís XIV desenvolveu uma política de livre circulação de ideias, sendo conhecido como um "déspota esclarecido".

08. (UNESP-SP) *A monarquia absoluta foi uma forma de monarquia feudal diferente da monarquia dos Estados medievais que a precedeu; mas a classe dominante permaneceu a mesma, tal como uma república, uma monarquia constitucional e uma ditadura fascista podem ser todas [elas] formas de dominação burguesa.*

HILL, Christopher. "Um Comentário". *apud* ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista.*

O texto apoia a seguinte afirmação:

A) Os Estados medievais precederam a monarquia.

B) A expressão "monarquia feudal" não é aplicável aos Estados medievais.

C) Os Estados medievais podem ser considerados Estados de transição.

D) O absolutismo foi uma forma de dominação feudal.

E) O absolutismo foi politicamente neutro do ponto de vista social.

09. (UFMG–2007) Observe esta imagem:

FRONTISPÍCIO da 1ª edição da obra de Hobbes, *Leviatã* (1651).

Thomas Hobbes (1588-1679) ficou conhecido como um dos teóricos do absolutismo. Nessa ilustração da sua obra, sintetiza-se a formação do Estado absolutista.

1. **CITE** três características do Estado absolutista.
2. **EXPLIQUE** a representação de poder expressa nessa imagem.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2001)

I. *Para o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), o estado de natureza é um estado de guerra universal e perpétua. Contraposto ao estado de natureza, entendido como estado de guerra, o estado de paz é a sociedade civilizada.*

Entre outras tendências que dialogam com as ideias de Hobbes, destaca-se a definida pelo texto a seguir.

II. *Nem todas as guerras são injustas, e, correlativamente, nem toda paz é justa, razão pela qual a guerra nem sempre é um desvalor, e a paz nem sempre um valor.*

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 30.

Comparando as ideias de Hobbes (texto I) com a tendência citada no texto II, pode-se afirmar que,

A) em ambos, a guerra é entendida como inevitável e injusta.
B) para Hobbes, a paz é inerente à civilização e, segundo o texto II, ela não é um valor absoluto.
C) de acordo com Hobbes, a guerra é um valor absoluto e, segundo o texto II, a paz é sempre melhor que a guerra.
D) em ambos, a guerra ou a paz são boas quando o fim é justo.
E) para Hobbes, a paz liga-se à natureza e, de acordo com o texto II, à civilização.

02. (Enem–2009) *O que se entende por Corte do antigo regime é, em primeiro lugar, a casa de habitação dos reis de França, de suas famílias, de todas as pessoas que, de perto ou de longe, dela fazem parte. As despesas da Corte, da imensa casa dos reis, são consignadas no registro das despesas do reino da França sob a rubrica significativa de Casas.*

REIS, N. Elias. *A sociedade de Corte.* Lisboa: Estampa, 1987.

Algumas casas de habitação dos reis tiveram grande efetividade política e terminaram por se transformar em patrimônio artístico e cultural, cujo exemplo é

A) o palácio de Versalhes.
B) o Museu Britânico.
C) a catedral de Colônia.
D) a Casa Branca.
E) a pirâmide do faraó Quéops.

03. As teorias políticas foram sempre fundamentais para justificar e legitimar uma determinada concepção de sociedade e de Estado. Neste sentido, ganha destaque o pensamento de Hobbes, teórico do século XVII cuja obra fundamentou o Estado absolutista, e Rousseau, teórico iluminista que sistematizou o conceito de Estado democrático. Apesar de ideologicamente divergentes, suas doutrinas compartilham essencialmente de duas ideias originais: a teoria do "direito natural" e do "contrato".

Enquanto, para Hobbes, o homem no estado de natureza vivia em guerra permanente um com o outro, para Rousseau, a criação da propriedade privada dá origem a uma desigualdade que aboliu os estados de felicidade e igualdade originais, nos quais os humanos existiam sob a forma do bom selvagem. Daí para ambos a necessidade de um contrato social pelo qual os indivíduos concordam em transferir a um terceiro – o soberano – o poder para criar e aplicar as leis, tornando-se autoridade política. Sendo que, para Hobbes, o pacto institui o leviatã, o Estado. Enquanto, para Rousseau, o pacto cria a vontade geral, o corpo moral coletivo ou o Estado.

Nesse sentido, as concepções de estado de natureza e de contrato, como presentes no pensamento de Hobbes e de Rousseau,

A) desnudaram a verdadeira condição humana, mostrando a necessidade de se suprimir os direitos individuais.
B) determinaram que compartilhassem a ideia de sociedade e defendessem a mesma forma de Estado e soberania.
C) justificaram a anulação política dos indivíduos pelo Estado onipotente e protetor, reconduzindo-os à condição natural.
D) mostraram-se, na contemporaneidade, essencialmente ultrapassadas em seus princípios, conjecturas e conclusões.
E) significaram, na modernidade, momentos de laicização do pensamento político ao interpretar a realidade social.

04.

O calibre

Herbert Viana

Eu vivo sem saber até quando ainda estou vivo
Sem saber o calibre do perigo
Eu não sei d'aonde vem o tiro
Por que caminhos você vai e volta?
Aonde você nunca vai?
Em que esquinas você nunca para?
A que horas você nunca sai?
Há quanto tempo você sente medo?
Quantos amigos você já perdeu?
Entrincheirado, vivendo em segredo
E ainda diz que não é problema seu
E a vida já não é mais vida
No caos ninguém é cidadão
As promessas foram esquecidas
Não há estado, não há mais nação
Perdido em números de guerra
Rezando por dias de paz
Não vê que a sua vida aqui se encerra
Com uma nota curta nos jornais

A letra da música analisa criticamente a violência urbana no Brasil contemporâneo. Mas a observação atenta nos permite fazer uma relação dessa letra com as ideias de um filósofo da modernidade. A ideia de Estado que se relaciona adequadamente com a letra é

A) "O Estado deve existir para conservar os direitos naturais e inalienáveis do homem, a saber: a vida, a liberdade, a propriedade." (Locke)

B) "O Estado Civil é necessário para ordenar o caos permanente em que estão imersos os homens em seu Estado de Natureza, individualista, medroso, mau." (Thomas Hobbes)

C) "O bom governante, no controle do Estado, deve adequar-se às intempéries dos homens, da sociedade." (Maquiavel)

D) "A bondade, com a qual todo homem nasce, é ameaçada na luta pela propriedade, cabendo ao Estado manter a ordem pela vontade geral da maioria." (Rousseau)

E) "O Estado não é capaz de se apresentar em ordem se seus súditos não veem em seus chefes a proximidade deles com Deus." (Bossuet)

GABARITO

Fixação

01. A

02. E

03. Soma = 04

04. C

05. A

Propostos

01. E

02. B

03. B

04. C

05. B

06. A

07. C

08. D

09. 1.
- Intervenção estatal na economia.
- Legitimação do poder monárquico pela Igreja.
- Hereditariedade do poder.

    2. A imagem faz alusão ao soberano, aquele que detém poder máximo, acima de qualquer outra esfera de poder na sociedade.

Seção Enem

01. B

02. A

03. E

04. B

HISTÓRIA

Expansão Marítima

MÓDULO 01 FRENTE B

A Expansão Marítima assinala o primeiro grande estágio de integração entre os continentes. A ideia de globalização, vigente nos dias atuais, apresenta seus primeiros sinais quando os povos europeus, desejosos de riqueza e sedentos de novas experiências, acabam por navegar "por mares nunca dantes navegados", alcançando terras distantes nos dois hemisférios do globo.

As Grandes Navegações do século XV permitiram a compreensão mais ampla do nosso planeta, tanto na esfera geográfica como na cultural, mudando os rumos de povos e nações, que passaram a se integrar progressivamente, como até então jamais havia ocorrido. Mesmo que a concepção eurocêntrica tenha prevalecido nas novas relações que surgiram entre os povos, a existência do "outro" instigou reflexões e trocas que mudaram traços culturais e econômicos de todos os agentes envolvidos.

Livro das Armadas. Academia das Ciências de Lisboa.

Representações da esquadra portuguesa

CONTEXTO EUROPEU

As Grandes Navegações podem ser compreendidas como uma resposta europeia aos anseios de uma sociedade em transformação no final da Idade Média. A centralização política e o fortalecimento dos Estados Nacionais intensificaram a necessidade de expansão econômica, colaborando para solidificar os novos referenciais políticos.

Se as fronteiras terrestres começavam a se consolidar após sucessivas guerras, a busca de novas regiões representava uma reafirmação da força política dos monarcas absolutistas, já que as terras distantes poderiam fornecer, além da expansão territorial, a riqueza necessária para a manutenção da força governamental.

A ideia metalista, intensificada com a dinamização econômica do comércio, fomentava o sonho da existência de reservas de ouro e prata no Além-Mar, estimulando, a médio prazo, a ocupação do continente americano. A força do Estado somou-se aos anseios de setores mercantis, sedentos de novas regiões fornecedoras de especiarias e mercados, visando à ampliação das trocas comerciais.

Os comerciantes passaram, com o decorrer do tempo, a perceber a necessidade de se alcançar a longínqua região da Ásia por meio de rotas alternativas, tendo em vista os impedimentos impostos por povos diversos, intermediários do comércio das especiarias.

Nesse sentido, destaca-se a drástica retração comercial vivenciada pelas cidades italianas após a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453. Se, por um lado, o novo fechamento do Mediterrâneo enfraqueceu o comércio italiano, por outro, estimulou ainda mais o desenvolvimento da atividade naval no Atlântico, em busca de uma rota marítima alternativa para a Ásia.

Os agentes políticos e econômicos ainda se somaram aos impulsos culturais de uma Europa renascentista e, portanto, mais propícia à inovação e à busca de novos parâmetros, temas comumente referenciados pelos estudiosos do período. A curiosidade pelo novo se mostrava aguçada em meio às mudanças culturais promovidas pela Renascença.

O comércio europeu, que já se expandia desde o início da Baixa Idade Média (séc. XI), ampliou sua dimensão, contribuindo inicialmente para esse processo o fenômeno das Cruzadas. O espírito religioso cruzadista teve importante papel no seio das Grandes Navegações, já que a busca por novas regiões representava a ampliação da massa de fiéis, contribuindo assim para o avanço religioso planejado pelos grupos católicos.

Junto a cada tripulação que partia rumo ao desconhecido, estava um representante da Santa Sé, responsável pela dinâmica religiosa dos marinheiros e pela conversão dos povos que fossem conquistados.

Compreendiam-se, assim, as Grandes Navegações como uma extensão do projeto da **Reconquista**, já que a ampliação territorial assinalava a força da fé católica e a reafirmação do poder político dos Estados ibéricos.

Denomina-se Reconquista a expulsão dos árabes da Península Ibérica entre os séculos VIII e XV. A luta contra os mouros marcou o surgimento dos Estados de Portugal e Espanha, além de assinalar a expansão católica por meio da conversão dos povos islâmicos que dominaram a região durante grande parte da Idade Média.

A pulverização dos objetivos da Expansão Marítima em vários grupos sociais estimulou intensamente o avanço dos navios para o Além-Mar. Se o papel do Estado foi força determinante para o financiamento das principais viagens, o interesse dos outros agentes consolidou o projeto, transformando o desejo de expansão em uma realidade europeia.

A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO

Apesar dos profundos avanços do homem moderno em diversos setores do conhecimento, o pensamento mítico e religioso ainda era muito presente no século XV. As narrativas fantásticas, oriundas das obras de viajantes anteriores, fomentaram os navegantes europeus a repetir aventuras semelhantes. Destacam-se, nesse sentido, os feitos do viajante Marco Polo, legados a inúmeras gerações.

Segundo os registros medievais, o jovem Marco Polo partiu em viagem para a Ásia em 1272 acompanhado de seu pai, Niccolo, e do seu tio, Maffeo. Durante décadas, conheceu povos e culturas distantes, viajando em regiões como Índia e Pérsia. Seu destino final foi a corte do rei mongol Kublai Khan, responsável por governar o maior dos impérios existentes em sua época. Os detalhes presentes na narrativa do viajante incentivaram navegadores, como Cristóvão Colombo, a reproduzir tais feitos.

A história de Marco Polo também colaborou para a construção do mito acerca do reino de Preste João, rei cristão e detentor de riquezas jamais vistas. Apesar de o viajante Marco Polo narrar a morte do monarca por rivalidades com Gengis Khan, o mito reaparece em solo africano, como esperança da cristandade em deter o avanço islâmico junto à luta de Reconquista. O embaixador português na Etiópia, em meados do século XVI, chegou a fazer a seguinte narrativa do reino imaginário:

> Se abriram as cortinas e subitamente vimos o Preste João, ricamente adornado sobre uma plataforma de seis degraus. Tinha em sua cabeça uma grande coroa de ouro e prata. Uma de suas mãos apoiava uma cruz de prata [...] À sua direita, um pajem apoiava uma cruz de prata bordada em forma de pétalas [...] O Preste João usava um belo vestido de seda com bordados de ouro e prata e uma camisa de seda com mangas largas. Era uma bela vestimenta, semelhante a uma batina de um bispo, e ia de seus joelhos até o chão [...] Sua postura e seus modos são inteiramente dignos do poderoso personagem que é.
>
> ALVES, Francisco, embaixador português enviado à Etiópia, século XVI, *apud* MOLLAT, Michel. *Los Exploradores del siglo XIII al XVII:* primeras miradas sobre nuevos mundos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

A necessidade de confirmar as narrativas míticas e a busca por riqueza e projeção social motivaram os navegantes europeus a enfrentarem toda a sorte de adversidades como fome, doenças, naufrágios e ataques. Persistiam também temores imaginários, como monstros e abismos, vistos até então como grandes responsáveis pelo desaparecimento de muitas embarcações.

EXPANSIONISMO PORTUGUÊS

Os grandes feitos da Expansão Marítima europeia tiveram início no pequeno reino de Portugal, cuja origem remonta às lutas ibéricas contra os árabes no século XI. Os esforços de Leão nas batalhas da Reconquista contaram com o apoio do francês Henrique de Borgonha, presenteado, após sucessivas vitórias, com o Condado Portucalense no ano de 1093. No século seguinte, em 1139, o herdeiro do território, Afonso Henrique, optou pela emancipação frente ao domínio de Castela, fundando o reino português. A definição geográfica do novo reino só se realizou em 1249, quando os lusos conquistaram a região de Algarves, localizada ao sul da Península Ibérica.

Apesar de definidas as suas fronteiras, as estruturas políticas de Portugal ainda estariam distantes de um complexo sistema político típico de um Estado Nacional. O poder local exercido pela nobreza e as constantes incursões espanholas pela retomada das terras portuguesas permaneceram como graves dificuldades para o nascente reino. A ruptura desse cenário só aconteceu com a Revolução de Avis, em 1383.

Essa revolução ocorreu após os acordos políticos envolvendo as nobrezas dos reinos de Castela e Portugal, que selaram uma unificação através do casamento entre a princesa portuguesa Beatriz e o rei João de Castela. Porém, o temor da classe mercantil lusitana, que receava um redirecionamento econômico tipicamente feudal após essa unificação, estimulou o apoio desse setor social à ascensão de um novo monarca: D. João de Avis.

Filho bastardo do rei português D. Pedro I, D. João conseguiu, após se apropriar do trono, impedir a união entre os reinos, contando, para tal feito, com o apoio da população simples de Portugal, a chamada arraia miúda. A baixa nobreza portuguesa também apoiou a ascensão do novo monarca, buscando privilégios, terras e títulos.

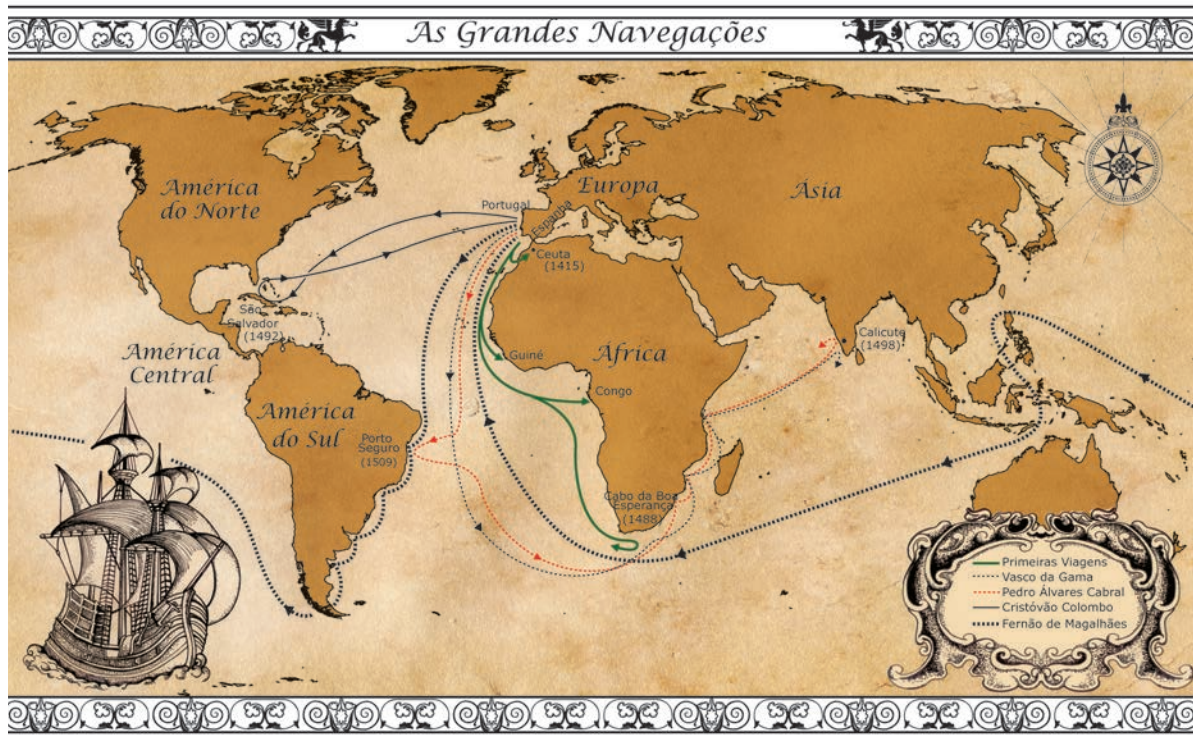
A Revolução de Avis foi fundamental para o processo expansionista português, tendo em vista a ligação da nova dinastia com a atividade naval de cabotagem (navegação costeira), além da disposição da monarquia em estimular as Grandes Navegações por parte do príncipe D. Henrique, o Navegador.

Filho de D. João de Avis e considerado o arquiteto dos primeiros feitos marítimos de Portugal, D. Henrique foi fundamental para a transformação da cidade de Sagres em um centro náutico por excelência, apesar de a historiografia contemporânea contestar a existência de uma escola de navegação na região. A conquista de Ceuta em 1415, primeiro entreposto africano dominado pelos lusos, foi também planejada pelo jovem filho de D. João.

Os fatores políticos não foram os únicos que contribuíram para o papel pioneiro de Portugal nas Grandes Navegações. Podemos incluir:

- A localização geográfica, com toda a costa oeste do reino voltada em direção ao Atlântico, facilitando o deslocamento das embarcações.
- A ausência de extensos conflitos no processo de formação do Estado português.
- Conhecimento náutico obtido por longos séculos de navegação costeira e por meio do contato com a avançada cultura árabe.
- Apoio da burguesia lisboeta, que buscava ampliar seus ganhos comerciais com os feitos da Expansão Marítima.
- Lucros obtidos com as atividades comerciais na região costeira da África, garantindo a longevidade do processo expansionista.

Etapas da expansão portuguesa

Editoria de Arte

O marco inicial do expansionismo luso ocorreu em 1415 por meio da conquista de Ceuta, cidade localizada no atual território do Marrocos. Considerada um grande centro econômico incrustado no norte da África, Ceuta atraiu os portugueses pela oportunidade de um rápido enriquecimento com os saques da riqueza existente, além do controle das atividades mercantis da região.

A fácil conquista da cidade foi um importante impulso para novos empreendimentos da empresa mercantil. Em 1419, os portugueses conquistaram a Ilha da Madeira. Gil Eanes ultrapassava, em 1434, o Cabo Bojador, obtendo os primeiros contatos com os mercados de ouro da Costa da Guiné.

O desenvolvimento tecnológico no início do período moderno foi fundamental para o sucesso da expansão marítima.

Na medida em que navegavam na direção sul da África, os lusos fundavam as feitorias, entrepostos comerciais que serviam para o abastecimento de novas embarcações e contribuíam para as trocas mercantis com os povos africanos na região costeira. Esse cenário permitiu o início do tráfico de escravos, fundamental fonte de recursos financeiros para manter a empresa expansionista ao longo do século XV, período em que os portugueses ainda estavam distantes das especiarias asiáticas. A construção da fortaleza de São Jorge da Mina, em 1482, centro de tráfico de escravos, consolidou esse projeto.

O périplo africano, ou seja, o contorno do continente pelos navegantes lusos, se fortaleceu com a viagem de Bartolomeu Dias em 1488. Responsável por ultrapassar o Cabo das Tormentas, limite sul da África, o navegante português reafirmou a ideia de alcançar a Ásia através da navegação em torno do continente explorado.

O motim dos marinheiros após a realização do grande feito, por conta do desejo de retornarem ao reino, impediu o alcance da região das Índias pelos portugueses naquele momento, mas fortaleceu o ideal expansionista, confirmado na troca do nome do Cabo das Tormentas para Cabo da Boa Esperança pelo rei João II.

O coroamento das navegações lusas ocorreu em 1498, com o navegante Vasco da Gama, responsável por alcançar as longínquas regiões de Calicute (atual Índia) e garantir as primeiras especiarias asiáticas através da nova rota. O feito inibiu ainda mais o fragilizado comércio do Mediterrâneo, já que houve elevação dos preços das especiarias após a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453.

A expansão lusa se completou em 1500 com a chegada de Pedro Álvares Cabral ao litoral brasileiro, parte da viagem que levaria de volta os portugueses à região das Índias após o lucrativo empreendimento de Vasco da Gama.

EXPANSIONISMO ESPANHOL

Representação de Cristóvão Colombo. Seu pioneirismo propiciou à Espanha a formação de um vasto império colonial.

O projeto expansionista não se limitava aos esforços dos portugueses no século XV. A falta de empenho das outras Coroas europeias se justificava pelas demandas internas e externas que buscavam promover a consolidação dos Estados.

Enquanto a França e a Inglaterra se digladiavam na Guerra dos Cem Anos, a Espanha se via nos últimos estágios da Guerra de Reconquista. Porém, após o fim desse conflito, em 1492, os Reis Católicos, Isabel e Fernando, se propuseram a dar início ao expansionismo marítimo espanhol, patrocinando o navegante genovês Cristóvão Colombo. O projeto partia de um conceito inovador: a possibilidade de se alcançar as regiões asiáticas através da navegação rumo a oeste, confirmando o princípio da esfericidade da Terra.

Partindo de Palos de La Frontera (Huelva, Espanha), Colombo conduziu três embarcações – Santa Maria, Pinta e Nina –, alcançando o continente americano, na ilha das Bahamas, após três meses de viagem. O navegante genovês não compreendeu a grandeza do novo feito, permanecendo convencido de que alcançara a região da Ásia.

Após retornar ao solo europeu, a Coroa espanhola iniciou um intenso empenho de garantir o controle das novas regiões. A concessão dos territórios a oeste da linha imaginária da Bula *Intercoetera*, localizada a 100 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde, pelo papa espanhol Alexandre VI, atendeu plenamente às pretensões espanholas.

Porém, a resistência lusitana foi fundamental para a mudança da linha para 370 léguas de Cabo Verde por meio do **Tratado de Tordesilhas** de 1494. Era o início da partilha do mundo pelas potências europeias. A linha de Tordesilhas seria considerada referência para a ocupação do continente americano até o século XVIII, apesar das explícitas contestações realizadas pelos países excluídos da partilha.

Nesse sentido, destaca-se a exigência do testamento de Adão pelo monarca francês Francisco I, quando, de modo bem-humorado, solicitou às Coroas ibéricas o documento que confirmasse que o primeiro homem que habitou a Terra havia cedido todo o globo para as Coroas de Portugal e Espanha. Essa lúdica contestação veio acompanhada, durante toda a Idade Moderna, de inúmeras incursões de ingleses, franceses e holandeses nas regiões da América.

A Expansão Marítima marcou, desse modo, ao realizar um encontro entre diferentes povos, o início de uma nova era da humanidade. A base europeia do movimento expansionista foi responsável pela irradiação das bases culturais do continente europeu para territórios distantes, notadamente a região da América. A integração econômica também foi fundamental para garantir a hegemonia europeia em detrimento das novas áreas conquistadas, pois a orientação comercial partia do princípio do exclusivo metropolitano. A destruição das nações pré-colombianas, por sua vez, marcou o lado mais soturno desse expansionismo, no que se refere à indiferença dos europeus frente às complexas civilizações encontradas, ao lado da massificação da mão de obra escrava africana.

O Tratado de Tordesilhas

As potências ibéricas, pioneiras na expansão marítima, procuram se antecipar às disputas europeias e realizar a sua própria partilha do globo.

LEITURA COMPLEMENTAR

Expansões tardias: Inglaterra, França e Holanda

A Inglaterra foi retardatária na constituição de um império colonial em virtude das guerras civis e da agitação religiosa, que atrasaram o processo de consolidação de seu absolutismo.

Até a morte da rainha Elizabeth (1603), a Inglaterra não possuía colônias. Nem por isso deixava de lucrar com o comércio colonial. Devido ao desenvolvimento de suas manufaturas, principalmente de lã, a Inglaterra exportava para os países ibéricos e, por intermédio deles, para a América Ibérica, obtendo, assim, o ouro e a prata de que precisava para desenvolver o seu comércio.

No decorrer do século XVII, a Inglaterra estabeleceu postos avançados nos territórios asiáticos, africanos e americanos. A colonização da costa atlântica da América do Norte e a aquisição da Jamaica (1655) e de outras ilhas espanholas no Caribe permitiram a constituição de um mercado de escravos e de manufaturas, além de fontes produtoras de matérias-primas para a indústria manufatureira inglesa.

A França atrasou-se na Expansão Marítima devido à tardia centralização do poder, dificultada pelas guerras religiosas entre católicos e protestantes calvinistas.

O rei francês Francisco I, quando da assinatura do Tratado de Tordesilhas, disse que não iria aceitá-lo por "desconhecer a cláusula do Testamento de Adão que havia dividido o mundo entre Portugal e Espanha." [...]

A Holanda libertou-se da Espanha em 1581, passando a chamar-se República das Províncias Unidas. Era uma república de comerciantes, banqueiros e armadores. Os holandeses se dedicavam à criação de gado leiteiro, à fabricação de derivados como manteiga e queijo e à pesca de arenque no Mar do Norte. No século XVII, a maior parte da riqueza nacional baseava-se no comércio marítimo dentro e fora da Europa. A Holanda era então a principal potência naval do mundo.

CÁCERES, Florival. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFMG) Leia o texto.

E aproximava-se o tempo da chegada das notícias de Portugal sobre a vinda das suas caravelas, e esperava-se essa notícia com muito medo e apreensão; e por causa disso não havia transações, nem de um ducado [...] *a feira alemã de Veneza não há muitos negócios. E isto porque os Alemães não querem comprar pelos altos preços correntes, e os mercadores venezianos não querem baixar os preços* [...] *E na verdade são as trocas tão poucas como se não poderia prever.*

DIÁRIO *dum mercador veneziano*, 1508.

O quadro descrito nesse texto pode ser relacionado à

A) comercialização das drogas do sertão e produtos tropicais da colônia do Brasil.

B) distribuição, na Europa, da produção açucareira do Nordeste brasileiro.

C) importação, pelos portugueses, das especiarias das Índias Orientais.

D) participação dos portugueses no tráfico de escravos da Guiné e de Moçambique.

02. (UNESP-SP–2010) A propósito da Expansão Marítimo-comercial europeia dos séculos XV e XVI, pode-se afirmar que

A) a Igreja Católica foi contrária à Expansão e não participou da colonização das novas terras.

B) os altos custos das navegações empobreceram a burguesia mercantil dos países ibéricos.

C) a centralização política fortaleceu-se com o descobrimento das novas terras.

D) os europeus pretendiam absorver os princípios religiosos dos povos americanos.

E) os descobrimentos intensificaram o comércio de especiarias no Mar Mediterrâneo.

03. (PUC Minas–2008) A História e a Literatura têm trazido contribuições importantes para compreensão do desenvolvimento das civilizações. Leia o poema "Mar Português", de Fernando Pessoa, e assinale a afirmativa CORRETA de acordo com o texto.

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!
Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

A) Refere-se à Expansão Marítima portuguesa durante os séculos XV e XVI, ampliando a esfera política e geográfica do mundo conhecido.

B) Explica o mito fundador da colonização do Novo Mundo a partir da imposição da Coroa portuguesa e de seus aliados espanhóis.

C) Trata-se de uma interpretação idealista da Expansão Marítima portuguesa, criada a partir das ideias mercantilistas inglesas e francesas do século XIX.

D) Critica o modelo histórico que explica o processo de colonização portuguesa em função da mudança do eixo Atlântico para o Mediterrâneo.

04. (UFMG) *Sabe-se que Cristóvão Colombo não descobre a América, pois imagina estar chegando à Ásia, à ilha de Cipango [o Japão], perto da costa da China e da corte do Grão-Cã. O que procurava? As "Ilhas Douradas", Tarsis e Ofir, de onde saíam as fabulosas riquezas que o rei Salomão explorara* [...] *Aliás, o almirante era um homem obstinado. Convencido de ter chegado ao continente asiático quando desembarcou em Cuba, ele obrigou seus partidários a partilharem de sua ideia fixa.*

GRUZINSKI, Serge. *A passagem do século. 1480-1520:* as origens da globalização. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 21.

Considerando-se as informações desse texto, é **CORRETO** afirmar que

A) a obstinação de Colombo o levou a atingir as remotas regiões do Japão e da China, onde estariam as riquezas que – dizia-se – haviam sido exploradas pelo rei Salomão e pelo Grande Cã.

B) a busca das maravilhas relatadas em livros de viagens, desde os tempos medievais, se constituiu em um dos fatores que incentivaram as Grandes Navegações no início dos tempos modernos.

C) o desembarque de Colombo em Cuba, na sua segunda viagem, acabou por convencê-lo e a sua frota de que eles haviam chegado a uma terra ainda por descobrir – possivelmente as famosas "Ilhas Douradas".

D) a descoberta da América foi feita por Américo Vespúcio, uma vez que Colombo, de acordo com novos estudos, atingiu, na sua primeira viagem, o continente asiático, onde foram fundadas feitorias.

05. (UFRGS-RS–2007) Durante a Baixa Idade Média, ocorreu em Portugal a denominada Revolução de Avis (1383-1385), que resultou em uma mudança dinástica, cuja principal consequência foi

A) o enfraquecimento do poder monárquico diante das pressões localistas que ainda sobreviviam nas pequenas circunscrições territoriais do reino.

B) o surgimento de uma burguesia industrial cosmopolita e afinada com a mentalidade capitalista que se instaura na Europa.

C) o início das Grandes Navegações marítimas, que resultaram no descobrimento da América e no reconhecimento da Oceania pelos lusitanos.

D) o início do processo de expansão ultramarina, que levaria às conquistas no Oriente, além da ocupação e do desenvolvimento econômico da América Portuguesa.

E) o surgimento de uma aristocracia completamente independente do Estado, que tinha como projeto político mais relevante a expansão do ideal cruzadista.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFPI–2008) Sobre a Expansão Marítima europeia nos séculos XV e XVI, podemos afirmar que

A) teve, na Batalha de Poitiers, marco inicial da Reconquista da Península Ibérica pelos europeus, o ponto de partida.

B) teve, na procura por mercados consumidores para os produtos manufaturados europeus, a principal motivação inicial.

C) foi iniciada por navegantes de origem holandesa, que, desde o século XIII, trafegavam pelo Mar Mediterrâneo e por rotas atlânticas nas costas africanas.

D) a constituição dos Estados de tipo moderno, aliada às necessidades de procura por metais preciosos, e de rotas alternativas para o intercâmbio comercial entre o Oriente e o Ocidente foram fatores centrais para desencadear a Expansão Marítima.

E) teve, no acelerado crescimento demográfico dos séculos XIII, XIV e XV, um fator motivador, pois a procura por novos territórios, para diminuir as pressões por terras cultiváveis na Europa, era urgente.

02. (FUVEST-SP–2008) *Os cosmógrafos e navegadores de Portugal e Espanha procuram situar estas costas e ilhas da maneira mais conveniente aos seus propósitos. Os espanhóis situam-nas mais para o Oriente, de forma a parecer que pertencem ao imperador (Carlos V); os portugueses, por sua vez, situam-nas mais para o Ocidente, pois deste modo entrariam em sua jurisdição*.

CARTA de Robert Thorne, comerciante inglês, ao rei Henrique VIII, em 1527.

O texto remete diretamente

A) à competição entre os países europeus retardatários na corrida pelos descobrimentos.

B) aos esforços dos cartógrafos para mapear com precisão as novas descobertas.

C) ao duplo papel da Marinha da Inglaterra, ao mesmo tempo mercantil e corsária.

D) às disputas entre países europeus, decorrentes do Tratado de Tordesilhas.

E) à aliança das duas Coroas ibéricas na exploração marítima.

03. (UFPR–2008) Observe a imagem do mapa de Waldseemüller e leia o texto a seguir.

Este mapa é de fundamental significação na história da cartografia. Sintetizou a revolução dos vinte anos precedentes na geografia e ampliou a imagem contemporânea do mundo, proporcionando uma visão essencialmente nova do mesmo. [...] *Seu histórico é conhecido indubitavelmente a partir do tratado geográfico* 'Cosmographiae Introductio' *que acompanhou sua publicação em 1507.* [...] *Este mapa tem uma importância histórica única. Nele, o Novo Mundo recebe o nome de América pela primeira vez. Colombo aparentemente nunca abandonou sua convicção de que as ilhas das Índias Ocidentais que descobriu eram próximas à costa leste da Ásia. Vespúcio, entretanto, descobriu a verdade, ou seja, que era um novo mundo. Waldseemüller aceitou esta visão e propôs – para honrar Vespúcio – conceder seu nome à nova terra.*

WHITFIELD, Peter. *The image of the world:* 20 Centuries of World Maps. San Francisco: Pomegranate Artbooks & British Library, 1994. p. 48-49.

Com base no mapa, no texto e nos conhecimentos sobre a epopeia dos descobrimentos na época moderna, é **CORRETO** afirmar:

A) O mapa de Waldseemüller foi elaborado para reforçar a concepção bastante difundida durante a Idade Média de que a Terra era plana, contribuindo assim para afirmar a tese da impossibilidade de atingir o Oriente navegando para o Ocidente.

B) O uso da expressão "descoberta da América", para designar o ocorrido em 1492, revela uma construção *a posteriori* da historiografia, que assim estabelece uma representação simbólica da presença europeia no continente pela primeira vez na Era Moderna.

C) Afirmar que Vespúcio foi o responsável pela "descoberta do Novo Mundo" significa evidenciar um traço da mentalidade greco-romana da Antiguidade, que prescrevia a experimentação científica como método para obter o conhecimento da verdade das coisas.

D) A verificação empírica da verdade dos "descobrimentos" possibilitou, ao longo do século XVI, uma nova epistemologia para as ciências humanas, que passou a fundar-se no testemunho direto dos acontecimentos como critério para o estabelecimento dos fatos.

E) Pelo relato sobre os "descobrimentos", explicitado no texto, fica evidente que havia, no período da publicação do mapa de Waldseemüller, uma nítida separação entre a perspectiva de análise geográfico-cartográfica e a abordagem histórica dos eventos da Expansão Marítima.

04. (UFPI–2007) Sobre a Expansão Marítima e Comercial europeia (séculos XV e XVI), assinale a alternativa correta.

A) A Espanha, em parceria com a França, dominou as rotas comerciais entre a América do Norte e a Europa.

B) A Holanda, já no século XVI, impôs seu domínio marítimo e comercial, frente à Inglaterra, na América do Sul.

C) A França, devido ao uso de expedições militares, controlou o comércio de especiarias no litoral da América Portuguesa.

D) Portugal, ao assinar o Tratado de Tordesilhas com a Espanha, buscava garantir a exploração das terras localizadas no Atlântico Sul.

E) A Inglaterra, a partir da chegada de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo, firmou-se como a nação hegemônica, nas rotas comerciais entre a América Central e a Europa.

05. (UEL-PR–2007) Sobre a Expansão Marítima ibérica da época dos descobrimentos, é correto afirmar que

A) ocorreu de maneira pacífica, com a colonização e povoamento das Américas.

B) fundamentou a expansão do capitalismo mercantil, acompanhado pelas missões.

C) acabou com o comércio mediterrânico, concentrando-se tão somente no Atlântico.

D) fortaleceu as cidades-estado italianas, tradicionais no comércio mercantil.

E) concedeu cidadania aos súditos que emigrassem para as colônias de Além-Mar.

06. (PUC Minas) Em meio a grave conflito diplomático, em 1494, foi assinado o famoso Tratado de Tordesilhas para "dividir o mundo descoberto ou por descobrir" entre Portugal e Espanha. A partilha do mundo ultramarino, assegurada com esse acordo, garantia à Coroa portuguesa

A) a conquista de Ceuta no norte da África, ponto comercial importante, visando ao abastecimento de produtos para o mercado português.

B) a posse do Atlântico afro-brasileiro, dando continuidade à expansão lusa incentivada pelo rei D. João II, concretizada no reinado de D. Manuel.

C) o controle sobre todo o continente sul-americano, onde os portugueses esperavam encontrar os metais preciosos, antes dos espanhóis.

D) o desbravamento da região amazônica através de expedições, já que os portugueses acreditavam encontrar ali o tão sonhado Eldorado.

07. (UFRGS / Adaptado) Nos primórdios da modernidade, os conquistadores, missionários e comerciantes europeus ocidentais trouxeram ao conhecimento do Velho Mundo a existência de vastos territórios inexplorados, inaugurando uma nova era de abertura e unificação de mercados. Entre outras razões dessa expansão geográfica, é **CORRETO** citar

A) o aumento excessivo da população, que começou a se constituir ininterruptamente a partir do século XIV e provocou a busca de novas terras de colonização e exploração.

B) o crescimento da economia nos séculos XIV e XV, que levou os europeus a procurarem novos mercados.

C) a expansão dos turcos otomanos, com a tomada de Constantinopla, o que dificultou, de forma considerável, a passagem terrestre da Europa para o Oriente.

D) o teocentrismo e a escolástica, que estimulavam os homens em sua curiosidade por novas culturas e novas religiões.

E) a pretensão dos europeus de exercer o controle comercial e militar no Mediterrâneo.

08. (PUC Rio–2007) Na época moderna, as narrativas de cronistas, viajantes, missionários e naturalistas, representaram o Novo Mundo ora como paraíso ora como inferno.

Qual das afirmativas a seguir **NÃO** se encontra corretamente identificada com essa ideia?

A) No imaginário europeu sobre o Novo Mundo, havia constantes referências à beleza e grandiosidade da natureza, o que possibilitava lhe conferir quase sempre positividade e singularidade.

B) O Novo Mundo era visto como o lugar para a concretização dos antigos mitos do paraíso terrestre e do Eldorado, através dos quais a natureza exuberante garantia a promessa de riqueza.

C) Os homens que habitavam o Novo Mundo eram quase sempre vistos como bárbaros, selvagens, inferiores e portadores de uma humanidade inviável.

D) A visão do Novo Mundo foi filtrada pelos relatos de viagens fantásticas, de terras longínquas e de homens monstruosos que habitavam os confins do mundo conhecido até então no ocidente medieval.

E) Na percepção e representação do Novo Mundo, os relatos orais dos primeiros descobridores ocuparam um lugar central por associá-lo exclusivamente ao inferno.

09. (PUC Minas) Sobre o expansionismo ultramarino europeu, entre os séculos XV-XVII, é correto afirmar, **EXCETO**

A) A tomada de Constantinopla pelos turcos e a segunda conquista de Ceuta pelos portugueses são os marcos iniciais da expansão.

B) Os descobrimentos e a colonização das terras do Novo Mundo constituíram-se um desdobramento da expansão comercial.

C) O afluxo de metais preciosos das áreas coloniais, principalmente ouro e prata, contribuiu para a superação da crise econômica europeia.

D) O deslocamento do eixo econômico do Mediterrâneo para o Atlântico contribuiu para a ampliação das fronteiras geográficas.

E) A consolidação dos Estados Nacionais e a absolutização dos regimes europeus têm relação também com os efeitos das viagens ultramarinas.

10. (UFG–2008) Leia o texto.

Colombo fala dos homens que vê unicamente porque estes, afinal, também fazem parte da paisagem. Suas menções aos habitantes das ilhas aparecem sempre no meio de anotações sobre a natureza, em algum lugar entre os pássaros e as árvores.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 33.

A passagem anterior ressalta que a atitude de Colombo decorre de seu olhar em relação ao outro. Essa posição, expressa nas crônicas da Conquista, pode ser traduzida pela

A) interpretação positiva do outro, associando-a à preservação da natureza.

B) identificação com o outro, possibilitando uma atitude de reconhecimento e inclusão.

C) universalização dos valores ocidentais, hierarquizando as formas de relação com o outro.

D) compreensão do universo de significações do outro, permitindo suas manifestações religiosas.

E) desnaturalização da cultura do outro, valorizando seu código linguístico.

11. (UEL-PR–2007) Leia o texto a seguir.

Ora se há coisa que se deve temer, depois de ofender a Deus, não quero dizer que não seja a morte. Não quero entrar em disputa com Sócrates e os acadêmicos; a morte não é má em si, a morte não deve ser temida. Digo que essa espécie de morte por naufrágio, ou então nada mais, é de ser temida. Pois, como diz a sentença de Homero, coisa triste, aborrecida e desnaturada é morrer no mar.

RABELAIS, F. Gargântua e Pantagruel. 2. vol. Tradução de David Jardim Jr. BH/RJ, Vila Rica, 1991. Livro IV. Cap. XXI (Adaptação).

Com base no texto, é correto afirmar que

A) a morte natural ou em terra era a coisa mais triste e aborrecida que a morte no mar.

B) a morte por naufrágio não era vista como uma morte desnaturada.

C) os navegadores seguiam a sentença de Homero, ou seja, feliz daquele que encontra a sepultura nas águas marítimas.

D) o encontro com a morte no mar suscitava muito pavor.

E) a “boa morte” era aquela que ocorria no mar.

12. (UFRRJ) Leia o texto adiante sobre a Expansão Comercial e Marítima portuguesa e, com base nele, responda às questões a seguir.

Em 1498, o português Vasco da Gama consegue chegar a Calicute, nas Índias, contornando o Cabo da Boa Esperança. Em seguida, as frotas portuguesas procuraram estabelecer um maior controle do Oceano Índico. À medida que as rotas de navegação se consolidam, Portugal centraliza o comércio das especiarias alterando o papel a ser desempenhado pelas cidades de Gênova e Veneza.

THEODORO, J. *Descobrimentos e Renascimento*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 20.

A) **MENCIONE** duas razões que explicam o pioneirismo português nas navegações e descobrimentos dos séculos XV e XVI.

B) **ESTABELEÇA** uma relação entre práticas mercantilistas e a assim chamada Expansão Comercial e Marítima.

13. (UERJ) As Grandes Navegações dos séculos XV e XVI possibilitaram a exploração do Oceano Atlântico, conhecido, à época, como Mar Tenebroso. Como resultado, um novo movimento penetrava nesse mundo de universos separados, dando início a um processo que foi considerado por alguns historiadores uma primeira globalização e no qual coube aos portugueses e espanhóis um papel de vanguarda.

A) **APRESENTE** o motivo que levou historiadores a considerarem as Grandes Navegações uma primeira globalização.

B) **APONTE** dois fatores que contribuíram para o pioneirismo de Portugal e Espanha nas Grandes Navegações.

14. (UERJ) *Ao chegar a Calicute, em 1498, o navegador português Vasco da Gama aguardou que embarcações locais se aproximassem das naus e mandou um membro da tripulação para terra, o degredado João Nunes. Este encontrou no porto dois comerciantes tunisinos, que sabiam falar castelhano e genovês, travando o seguinte diálogo, registrado por um português anônimo:*

– Ao diabo que te dou; quem te trouxe cá?

E perguntaram-lhe o que vínhamos buscar tão longe.

E ele respondeu:

– Vimos buscar cristãos e especiaria.

VILLIERS, John. Vasco da Gama, o Preste João das Índias e os cristãos de São Tomé. In: Oceanos: Vasco da Gama. Lisboa, 1998 (Adaptação).

A) **JUSTIFIQUE** por que “buscar especiaria” foi uma importante motivação econômica da Expansão Marítima portuguesa.

B) **IDENTIFIQUE** duas ações voltadas para a expansão da fé cristã, que tenham sido empreendidas pelos portugueses nos seus domínios coloniais.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2007) *A identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e(ou) negras e amarelas. Ela resulta de um longo processo histórico que começa com o descobrimento, no século XV, do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses, descobrimento esse que abriu o caminho às relações mercantilistas com a África, ao tráfico negreiro, à escravidão e, enfim, à colonização do continente africano e de seus povos.*

Munanga, K. Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil. In: *Diversidade na educação*: reflexões e experiências. Brasília: SEMTEC/MEC, 2003. p. 37.

Com relação ao assunto tratado no texto, é correto afirmar que

A) a colonização da África pelos europeus foi simultânea ao descobrimento desse continente.
B) a existência de lucrativo comércio na África levou os portugueses a desenvolverem esse continente.
C) o surgimento do tráfico negreiro foi posterior ao início da escravidão no Brasil.
D) a exploração da África decorreu do movimento de expansão europeia do início da Idade Moderna.
E) a colonização da África antecedeu as relações comerciais entre esse continente e a Europa.

02. **Texto 1**

Produção de pimenta na ilha de Java.

Imagem extraída do Livro das Maravilhas, de Marco Polo.

Texto 2

[...] fizera-se fazer um belíssimo jardim, com todos os frutos e árvores que soubera encontrar e, ao redor daqueles, diversos e vários palácios e casas, adornados com trabalhos em ouro, pinturas, e equipados com tecidos de seda.

POLO, Marco. Livro das maravilhas. Porto Alegre: L&PM, 1996.

Os textos anteriores ressaltam as aventuras e visões do famoso Marco Polo, que, segundo a tradição, partiu em viagem para a Ásia em 1272 acompanhado de seu pai Niccolo, e seu tio, Maffeo. Durante décadas, esse viajante conheceria e registraria os povos e as culturas distantes, viajando para várias regiões, como Índia e Pérsia. No século XV, as narrativas de Marco Polo foram retomadas e se tornaram fundamentais, pois

A) suas histórias foram reproduzidas pelos pintores da Renascença que tinham o intuito de ressaltar a cultura oriental.
B) os fatos ocorridos em outras regiões do mundo reafirmaram o temor das heresias pela Igreja, favorecendo a ação da Inquisição.
C) os detalhes presentes na narrativa do viajante incentivaram navegadores, como Cristóvão Colombo, a reproduzir os grandes feitos medievais.
D) as notícias de outras partes do mundo reafirmavam a ideia de um planeta globalizado e cada vez mais integrado.
E) as informações contidas nesses documentos deturpavam a ideia teocêntrica defendida pela Igreja Católica.

GABARITO

Fixação

01. C 02. C 03. A 04. B 05. D

Propostos

01. D	04. D	07. C	10. C
02. D	05. B	08. E	11. D
03. B	06. B	09. A	

12. A) O pioneirismo português nas Grandes Navegações pode ser explicado pela consolidação do Estado Nacional com a Revolução de Avis (1383-1385), que promoveu a aliança entre o rei e a burguesiamercantil, condição que assegurava o gerenciamento da empreitada por parte do Estado e os recursos financeiros junto aos burgueses; pode ser explicado também pela experiência dos portugueses nas atividades mercantis e na navegação oceânica, favorecida pela localização geográfica junto ao Atlântico.

B) As conquistas decorrentes da Expansão Marítima e Comercial proporcionaram a possibilidade de aumento dos lucros para a burguesia mercantil e o aumento da arrecadação pelo Estado, adequando-se, assim, à política econômica mercantilista.

13. A) O estabelecimento hierarquizado de intercâmbios econômicos e culturais da Europa com povos isolados da África, da Ásia e da América.

B) Dois entre os fatores:

- Guerras de Reconquista
- Vocação marítima da Península Ibérica
- Posição geográfica da Península Ibérica
- Vanguardismo ibérico no campo náutico
- Afluxo de capitais para a Península Ibérica
- Proximidade em relação à Península Itálica
- Processo de centralização das Coroas portuguesa e espanhola

14. A) "Buscar especiaria" foi uma importante motivação econômica da Expansão Marítima portuguesa porque havia grande interesse nesses produtos, originários do Oriente, pela Europa, em função das suas propriedades de conservação dos alimentos e, portanto, fontes de vultosos lucros.

B) Duas entre as ações de cristianização a seguir:

- Ação dos jesuítas
- Construção de igrejas
- Catequese das populações indígenas
- Trabalho missionário de várias ordens religiosas
- Monopolização do ensino por clérigos católicos

Seção Enem

01. D 02. C

HISTÓRIA

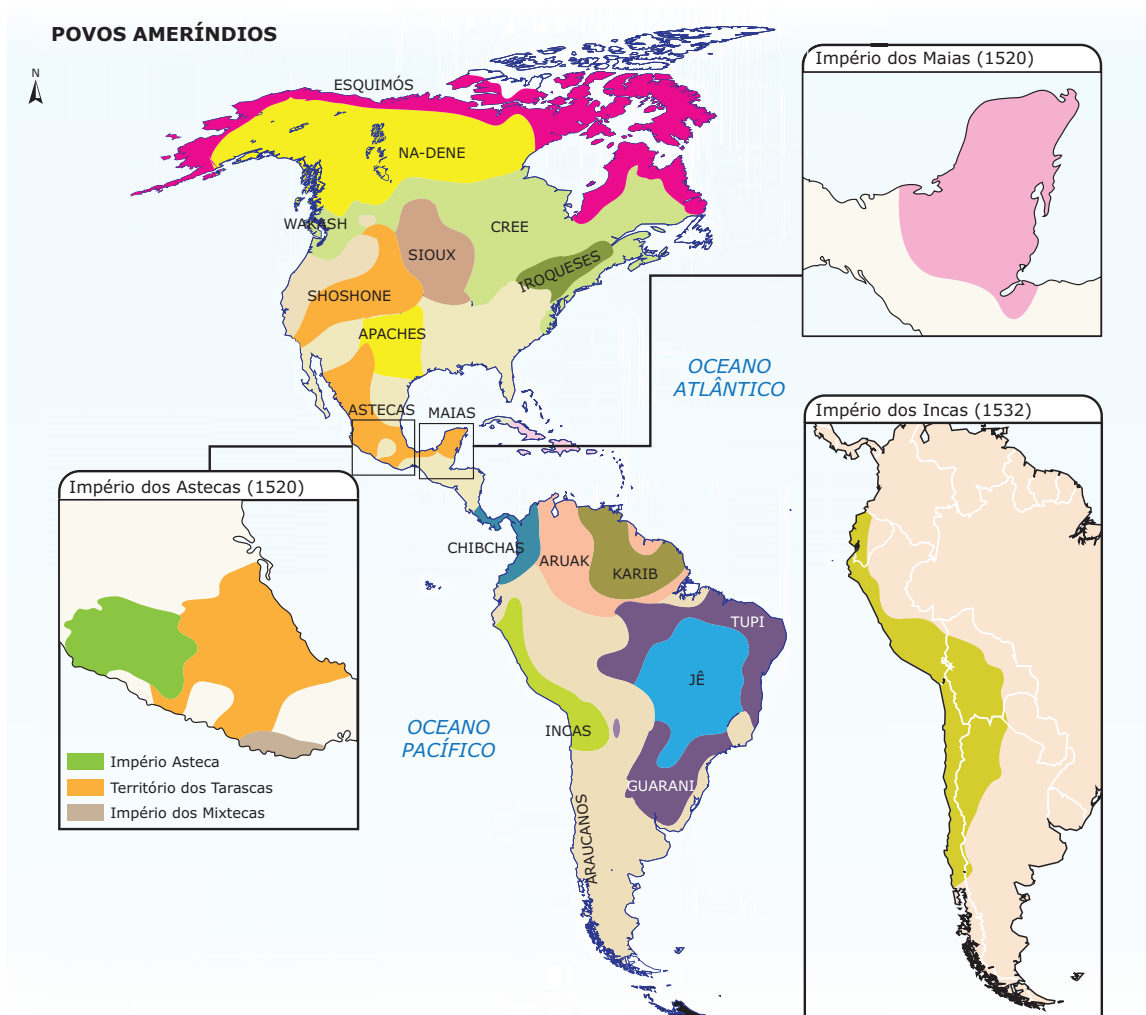
América Espanhola

MÓDULO 02

FRENTE B

A chegada de Cristóvão Colombo à América no ano de 1492 instigou as nações ibéricas ao projeto de exploração do Novo Continente, sem dimensionar, no entanto, a gigantesca influência econômica, social e cultural que as chamadas Índias Ocidentais poderiam provocar no Velho Mundo.

Uma das mais extraordinárias experiências foi o contato com as civilizações pré-colombianas, marcadas por traços culturais profundamente distintos dos povos europeus, mas capazes de apresentar níveis de desenvolvimento que provocam admiração e curiosidade até os dias de hoje.

Entre as inúmeras comunidades indígenas, destacam-se as Altas Culturas mesoamericanas (Astecas e Maias) e os povos que habitaram a região dos Andes (incas).

O mapa ilustra a diversidade étnica presente na América no período da chegada e conquista europeia.

ASTECAS

Representantes da mais poderosa civilização mesoamericana, quando da chegada dos europeus na América, os Astecas se desenvolveram em torno do lago Texcoco. Esse era o local onde se situava a capital do Império, Tenochtitlán, região da atual Cidade do México, que na época chegou a abrigar 200 000 habitantes.

Apresentando uma religião politeísta e mediada por sacrifícios humanos, os astecas empreendiam o culto aos deuses Quetzalcoatl (serpente emplumada), Huitzilopochtli (deus da guerra) e Tlaloc (deus da chuva).

O centro político do Império chefiado por Montezuma, rei dos astecas no contexto da chegada dos espanhóis, era caracterizado por traços arquitetônicos complexos, com utilização de pontes e sistema de canalização de água, até então ausentes na maioria das cidades europeias.

As práticas agrícolas eram a base do sistema econômico, sendo construídas por *chinampas* – ilhas artificiais – que serviam ao cultivo de hortaliças. Desenvolvia-se nesses locais o plantio de milho, feijão, melão, pimenta, algodão e cacau, este último utilizado para a produção do chocolate. Promovia-se também a criação do cachorro e do peru.

O comércio com as regiões mais longínquas do Império era intenso, sendo utilizada a semente de cacau como instrumento financeiro para facilitar as trocas, visto que servia como complemento para as negociações com mercadorias que apresentavam valores distintos.

Os Astecas eram conhecedores das práticas de metalurgia, utilizando o ouro e a prata apenas como ornamentos, excluindo-os da função monetária, situação que era comum a todos os povos pré-colombianos.

O artesanato, a cerâmica, a tecelagem, a arquitetura e a escultura apresentavam notável complexidade.

Essa civilização desenvolveu, ainda, a escrita pictórica, além de ter apresentado grande conhecimento de Matemática e de Astronomia, o que possibilitou a criação de um complexo e preciso calendário.

A sociedade era hierarquizada, presidida por um governante supremo, divinizado, que conduzia uma aristocracia composta de chefes militares, sacerdotes e altos funcionários do Estado. Os grupos privilegiados eram seguidos de artesãos da elite, comerciantes, camponeses e escravos. Estes eram vendidos pelos pais, sofriam punições por crimes ou eram capturados nas guerras.

INCAS

Localizado ao longo da Cordilheira dos Andes, o Império Inca atingia uma extensão que alcançava as atuais regiões do Equador, do Peru, da Bolívia e do Chile.

A condução de tão ampla área ficava a cargo do imperador inca, tratado como divindade e como representação terrena do deus Sol.

Os Incas praticavam o politeísmo, porém sem as práticas de sacrifícios humanos que caracterizavam os Astecas.

O desenvolvimento agrícola foi marcado pelo uso de terraços nas áreas de encosta, devido ao traçado montanhoso da região, com sofisticados canais, aquedutos e represas.

Plantava-se batata, milho, algodão, abacate e mandioca. Além do porquinho-da-índia, criava-se a lhama, fundamental para a alimentação e para o transporte.

O conhecimento do artesanato permitia o trabalho em cerâmica, prata e ouro, que impressionaram os primeiros europeus que chegaram à região, saqueadores de grande parte dessa riqueza.

As estradas e as pontes ligavam os principais centros do Império, com destaque para as cidades de Cuzco e Machu Picchu.

A sociedade hierarquizada era conduzida pelo inca, o imperador, e por sua família, acompanhados por um grupo composto de altos funcionários e sacerdotes. A aristocracia dominava os chefes locais (curacas), juízes e comandantes militares, que, por sua vez, controlavam o restante da população, composto de uma camada média, de camponeses e de escravos.

MAIAS

A mais brilhante civilização mesoamericana já estava desaparecida quando da chegada dos europeus no início do século XVI. Localizados na região da Península de Yucatán, os Maias apresentavam cidades com estruturas políticas autônomas, como Palenque e Yaxchilán.

A sociedade era dirigida por uma nobreza composta de guerreiros e de administradores, que contavam com o apoio de sacerdotes para dominar a população camponesa e os escravos.

Bjorn Christian Torrissen / Creative Commons

Ruínas de Chichen Itzá. Exemplo da grandiosidade cultural dos povos ameríndios

No âmbito da ciência, os Maias se notabilizaram pelo desenvolvimento da Matemática e da Astronomia, que originou um complexo calendário cíclico organizado em períodos de 52 anos. O avanço nesse setor era tão extenso que permitia o acompanhamento de eclipses solares e de movimentos planetários.

Essa civilização desenvolveu a escrita hieroglífica e, em termos econômicos, realizava o cultivo de milho, algodão, feijão, tomate, batata e cacau. Não há registro do desenvolvimento de pecuária, porém era realizado um importante comércio de troca.

Seguindo o traço comum das civilizações pré-colombianas, os Maias eram politeístas. Diferentemente dos Incas e dos Astecas, destruídos pela ocupação espanhola, os Maias declinaram em torno do ano 900 d.C., com o esvaziamento de seus principais núcleos, sem a existência de uma tese definitiva para explicar esse processo migratório.

Parte da cultura maia acabou sendo apropriada por outros grupos mesoamericanos, como os toltecas, que migraram para a região de Yucatán. Estes criaram o Novo Império Maia, tendo a extraordinária cidade de Chichen Itzá como núcleo irradiador desse novo período. O declínio completo dessa região ocorreu em torno do ano de 1200 d.C., possivelmente por disputas políticas internas.

A CONQUISTA

Apesar de patrocinar a viagem que levou à chegada na América e de empreender esforços diplomáticos para garantir o controle das novas terras, a Coroa espanhola não investiu recursos financeiros no processo inicial de Conquista.

Hernán Cortez. A partir de sua conquista sobre o Império Asteca, a Espanha ascendeu à condição de potência colonial e os povos indígenas foram submetidos à dominação e ao trabalho compulsório.

O comprometimento com as questões políticas europeias impediu os monarcas Fernando de Castela e Carlos V, reis do período da Conquista, de deslocarem recursos públicos no projeto de domínio das chamadas Índias Ocidentais.

A criação do sistema de **capitulações**, nesse contexto, mostrou-se eficiente em solucionar os problemas referentes à América. Esse sistema foi marcado pela concessão do direito de exploração das novas regiões para um explorador particular, responsável por todos os recursos a serem despendidos no processo de Conquista.

O contratante das capitulações teria, em contrapartida, o direito vitalício de exploração das novas terras, o controle das cidades fundadas e o comando das jurisdições civil e criminal, além de empreender o processo de evangelização dos gentios.

Dentro das obrigações dos primeiros exploradores, ficava o importante encargo do pagamento do quinto, ou seja, 20% de toda a riqueza saqueada dos povos nativos. Além disso, o explorador deveria conceder o monopólio de exploração das áreas fornecedoras de minerais preciosos ao governo metropolitano.

Caso conseguisse obter sucesso no projeto de Conquista, adquiriria o título de ***adelantado***, expressão utilizada na Espanha para designar os líderes militares que, em nome do rei, comandavam as regiões dominadas na luta de Reconquista.

Esses primeiros conquistadores eram, em sua maioria, fidalgos da pequena nobreza e populares, sedentos de riquezas, de títulos e de terras. O primeiro *adelantado* foi Cristóvão Colombo, quando lhe foi concedida a capitulação de Santa Fé. Porém, os que mais se destacaram na exploração do Novo Mundo foram Hernán Cortez e Francisco Pizzaro, conquistadores dos impérios Asteca e Inca, respectivamente.

O processo de dominação das comunidades indígenas, apesar da profunda resistência empreendida pelos nativos, mostrou-se relativamente bem-sucedido. Alguns fatores justificam o sucesso dos espanhóis:

- **Superioridade bélica:** O uso de armas de fogo e de armaduras facilitou a dominação sobre os indígenas, que não possuíam sofisticação bélica nos moldes europeus.
- **Uso da cavalaria:** Além da fácil mobilidade, os cavalos eram desconhecidos pelos povos americanos, causando espanto e terror. Estes chegavam a crer que cavaleiro e cavalo compunham um só corpo, ficando estupefatos quando os espanhóis se deslocavam independentes de seus animais.

- **Crenças e presságios:** Muitos espanhóis foram confundidos com deuses esperados pelos povos nativos, como ocorreu com Cortez no domínio dos Astecas. Além disso, as profecias que noticiavam calamidades entre os ameríndios acabaram por enfraquecer o moral dos nativos na luta de resistência contra os invasores.
- **Doenças:** Responsáveis pelo extermínio de centenas de milhares de índios, as doenças europeias, como a varíola, contribuíram para o processo de domínio, mesmo não fazendo parte do projeto inicial de Conquista.

A violência exercida pelos primeiros conquistadores foi responsável pelo abalo das estruturas políticas, sociais e religiosas dos ameríndios. O domínio espanhol foi marcado por uma clara imposição dos elementos socioculturais europeus, com destaque para a transferência da fé católica para o Novo Mundo. Isso se deu por meio do rápido erguimento de igrejas e pelas missões jesuíticas, responsáveis pela evangelização dos gentios nas regiões mais longínquas da América Ibérica.

Theodor de Bry

Representação da violência espanhola no trato com as comunidades indígenas, em convergência com as denúncias efetuadas por Las Casas.

A sobreposição de Nossa Senhora de Guadalupe sobre o mito da serpente emplumada Quetzalcoatl, por exemplo, assinala o esforço do domínio cristão nas novas regiões conquistadas.

Após a descoberta das primeiras jazidas de prata na região do Alto Peru, a Coroa espanhola optou por assumir um controle maior da região colonial da América, retirando os poderes concedidos aos *adelantados* e impondo complexas estruturas administrativas.

ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

Colonização espanhola na América

Organização administrativa estabelecida pela Coroa espanhola para seus territórios coloniais.

As orientações político-econômicas do Novo Mundo partiam da Espanha por meio de dois importantes órgãos criados no início do século XVI:

- **Casa de Contratação (1503):** Sediada inicialmente em Sevilha, sua função principal era direcionar os aspectos administrativo-econômicos do Novo Mundo, com ênfase no recolhimento tributário, que garantiria o cumprimento do ideal mercantilista da Coroa espanhola.

  Nesse sentido, uma das primeiras medidas foi o estabelecimento do **sistema de frotas**, em que os navios se deslocavam de seis em seis meses para as áreas portuárias, evitando as ações dos piratas e os desvios de recursos.

  A **política de porto único** também contribuía para tal fim, com a utilização apenas do porto de Sevilha como base para o desembarque de navios oriundos do continente americano.

  Apenas em 1717, o porto de Cadiz passou a assumir o controle da navegação, visto que para lá foi transferida a sede da Casa de Contratação.

Também era atribuição desse órgão a mediação de disputas entre capitães de navios, mercadores estrangeiros, e outros casos que pudessem exigir o julgamento de questões relativas ao comércio envolvendo as áreas americanas.

- **Conselho das Índias (1524):** Com seus membros escolhidos diretamente pelo rei, o Conselho das Índias representou o principal órgão de controle da América Espanhola.

  Responsável pela nomeação dos principais funcionários que atuariam no novo continente, o Conselho também foi responsável pela divisão administrativa vigente nas novas terras.

  Apesar de as atribuições econômicas serem de responsabilidade da Casa de Contratação, muitas das regulamentações nesse setor eram traçadas pelo Conselho, que também cumpria o papel de Corte Suprema no trato das principais questões relativas aos territórios coloniais.

  Cumpria, por assim dizer, papéis equivalentes aos que são cumpridos pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no trato da América Espanhola, sempre em nome da autoridade do monarca espanhol.

Sediados na Espanha, a Casa de Contratação e o Conselho das Índias foram responsáveis pela criação das estruturas de comando na América.

Nesse sentido, destaca-se a fundação de quatro **vice-reinos** (Nova Espanha ou México, Nova Granada, Peru e Prata), sediados nos principais centros econômicos e controlados pelos vice-reis, nomeados pelo Conselho das Índias e submetidos judicialmente ao controle das **Audiências**.

Originalmente fundadas na Espanha e transferidas para a América, as Audiências eram tribunais conduzidos por ouvidores vitalícios nomeados pelo rei e que tinham amplas atribuições, a ponto de poderem julgar as ações dos vice-reis.

A América Espanhola também se destacou pela existência de **Capitanias** (Cuba, Guatemala, Venezuela, Chile e Flórida), que estavam submetidas ao controle dos vice-reinos e que representavam regiões desenvolvidas de forma incipiente, não pacificadas, mas estratégicas do Império espanhol na América.

Já o controle da administração local ficava a cargo dos **Cabildos** ou ***ayuntamientos***, que também exerciam os papéis Legislativo e Judiciário no âmbito regional de cada vila e cidade.

A região colonial espanhola apresentou duas peculiaridades que a distinguem da área colonial portuguesa: a fundação de universidades e a instalação de tribunais da Inquisição. As primeiras, sob o controle de ordens religiosas, serviam para a instrução dos ibéricos e de seus filhos na América. Já os tribunais serviram à repressão dos movimentos considerados heréticos pela Igreja no Novo Mundo.

Economia

A estrutura econômica da América Espanhola seguiu os preceitos básicos das orientações doutrinárias da política mercantilista. Assim, o ideal metalista serviu de orientação para as ações econômicas tanto nas Antilhas quanto nas áreas continentais.

Mineração

Sem dúvida, a mineração representou a principal atividade econômica desenvolvida na região da América Espanhola. O primeiro estágio desse tipo de exploração ocorreu no final do século XV e início do século XVI nas ilhas caribenhas, levado a cabo pelos primeiros conquistadores, ao longo do ciclo antilhano.

Marcado pela exploração do ouro de aluvião, esse sistema fez uso dos nativos locais, que perderam a vida devido à violência e à busca espanhola pelo rápido enriquecimento.

Nessas ilhas, iniciou-se a exploração dos indígenas pelo sistema de ***encomienda***: desenvolvido na Espanha durante a Reconquista e bem adaptado na América, esse tipo de trabalho foi marcado pela exploração dos nativos por um espanhol – encomendeiro –, que se apresentava como protetor e como responsável pela catequese dos gentios, justificando, assim, a ação exploratória.

A profunda violência desse sistema acarretou uma série de contestações a respeito das relações entre nativos e espanhóis. Destacou-se na defesa dos ameríndios o frei espanhol Bartolomé de Las Casas, que chegou a solicitar em audiência, junto ao monarca espanhol Carlos V, o fim dos abusos cometidos na América. O monarca atendeu às petições do frei em 1542 por meio das Leis Novas, responsáveis pelo fim da escravidão indígena.

Porém, na prática, a *encomienda* se manteve nas relações entre espanhóis e gentios por longas décadas, sendo definitivamente extinta em 1719 com as reformas bourbônicas.

O ciclo antilhano apresentou curta duração, mas foi intensificada a exploração mineral na área das minas localizadas nos vice-reinos do Peru e da Nova Espanha. A região de Potosí (atual Bolívia), responsável pelo fornecimento de uma quantidade gigantesca de prata, destacou-se de tal modo que a exploração se manteve nessa região até a segunda metade do século XVII.

Segundo os cálculos realizados pelo historiador Pierre Vilar, somente entre os anos de 1551 e 1560, entraram na Casa de Contratação, em Sevilha, 122 028 kg de ouro e 16 179 638 kg de prata oriundos das minas americanas.

Essa riqueza provocou a atração maciça de milhares de espanhóis para o território colonial, que se tornou um universo profundamente urbano e sofisticado para os padrões do século XVI.

A ampliação dos recursos minerais circulantes na Península Ibérica por meio da exploração colonial acarretou um processo inflacionário conhecido como **Revolução dos Preços**, que afetou tanto a Espanha quanto outros países da Europa. A entrada de grande quantidade de recursos financeiros nos cofres espanhóis também colaborou para a consolidação de sua hegemonia no século XVI.

A base da mão de obra na atividade de mineração, tanto no Peru quanto no México, foi indígena, por meio do sistema de ***mita***, que se orientava pela exploração temporária de certo número de nativos. Estes eram escolhidos por meio de um sorteio, sendo remunerados com recursos de subsistência e moedas, o que era fundamental para manter o pagamento de tributos ao Estado e à Igreja.

Esse tipo de trabalho era utilizado em vários afazeres, porém, manteve-se predominante na região das minas. É interessante observar que essa modalidade de trabalho não se originou na Espanha. Trata-se de uma relação já existente entre os povos indígenas e que foi adaptada aos interesses dos invasores hispânicos. Assim, justifica-se a variação de termos para designar essa atividade, sendo chamada de *mita no Peru e cuatequil* no México.

Agricultura

O setor agrícola pode ser compreendido por duas estruturas. Na região da América Central e das Antilhas, predominou a agricultura de exportação de variadas culturas, com destaque para a cana-de-açúcar e para o tabaco.

Com mão de obra predominantemente escrava, de origem africana, essa atividade se desenvolveu com plenitude a partir da segunda metade do século XVII, no contexto da crise da mineração no Império espanhol.

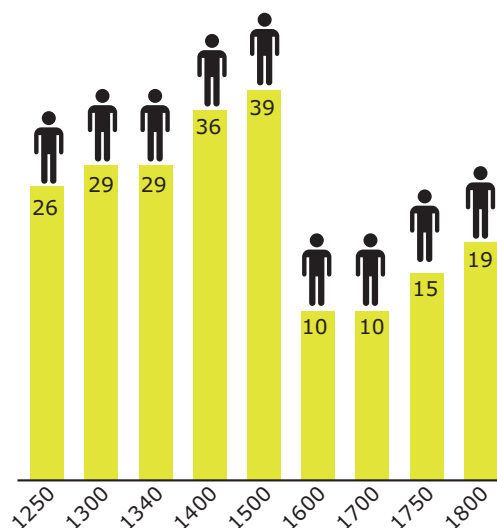
Já na região continental, predominou a existência de fazendas voltadas para o mercado interno, conhecidas por ***haciendas***. Controlado pelos espanhóis e por seus descendentes, esse modelo agrícola se unia às fazendas de pecuária – ***estâncias*** – no projeto de fornecimento de alimentos para uma sociedade cada vez mais numerosa.

Sociedade

As estruturas sociais da América Espanhola reproduziam o modelo de domínio econômico vigente na região. Os espanhóis, tratados por ***chapetones*** ou ***guachupines***, exerciam as importantes funções administrativas no Novo Mundo.

Seus descendentes nascidos na América, conhecidos por ***criollos***, eram herdeiros do poder econômico dos *chapetones*, mas não podiam atuar nas ações políticas de grande relevância para a metrópole, limitando sua influência nas estruturas administrativas regionais, como os *cabildos*.

Esse fato justifica o apoio da elite econômica branca ao processo de independência a partir do final do século XVIII. Os mestiços, em sua maioria resultantes da integração de brancos com índios, atuavam nas atividades intermediárias entre a elite de sangue espanhol e a massa indígena e escrava. Cabe destacar o esforço do Estado espanhol para evitar a miscigenação na América. Conhecida como política de pureza de sangue, esta foi mais eficaz nessa área de colonização do que em outros territórios, como no caso da América Portuguesa.

Evolução da população das Américas
1250-1800 (em milhões de habitantes)

ROMANO, Ruggiero. Coyunturas Opuestas (la crisis del siglo XVII en Europa y en América). México-DF: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 39.

Amostragem do impacto da conquista europeia para a população ameríndia, drasticamente reduzida.

Os indígenas e os escravos africanos compunham a população marginalizada e sujeita à exploração dos grupos privilegiados, enquadrados como força de trabalho para o enriquecimento da aristocracia.

Cabe ressaltar que o trabalho escravo africano predominou na região das Antilhas, sendo o território abastecido por outras potências metropolitanas autorizadas a vender cativos para as colônias espanholas, direito esse conhecido como o direito de ***asiento***. Esse tipo de concessão gerou disputas entre as potências europeias, tendo em vista a elevada lucratividade oriunda do tráfico de escravos.

Reformas bourbônicas

No século XVIII, o monarca Carlos III (1759-1788) percebeu a necessidade de redefinir algumas regras de controle das áreas coloniais, a fim de reduzir a influência estrangeira via contrabando e de racionalizar as estruturas administrativas da região. Eram as chamadas reformas bourbônicas, responsáveis pelas seguintes mudanças:

- Suspensão da política de porto único e eliminação do sistema de frotas mediante a abertura gradativa de novos portos para o comércio colonial, tanto no Novo Mundo quanto na Espanha. Essas medidas visavam dinamizar o comércio e favorecer, diretamente, a burguesia metropolitana e, indiretamente, a Coroa espanhola.
- Permissão para o comércio intercolonial.
- Criação do correio marítimo, que permitiria uma melhor comunicação entre Espanha e América.
- Aumento de impostos, possibilitando o devido controle.
- Redução da força dos *cabildos* e nomeação de peninsulares para as Audiências, melhor fiscalizando as articulações locais que pudessem favorecer atividades contrabandistas.

As reformas bourbônicas intensificaram o espírito emancipacionista, que começava a reinar em toda a América no final do século XVIII, estimulando a ruptura definitiva com a metrópole ainda nas primeiras décadas do século seguinte.

LEITURA COMPLEMENTAR

Abusos dos colonizadores espanhóis

Aqueles que foram de Espanha para esses países (e se têm na conta de cristãos) usaram de duas maneiras gerais e principais para extirpar da face da terra aquelas míseras nações. Uma foi a guerra injusta, cruel, tirânica e sangrenta. Outra foi matar todos aqueles que podiam ainda respirar ou suspirar e pensar em recobrar a liberdade ou subtrair-se aos tormentos que suportam, como fazem todos os Senhores naturais e os homens valorosos e fortes; pois comumente na guerra não deixam viver senão as crianças e as mulheres: e depois oprimem-nos com a mais horrível e áspera servidão a que jamais tenham submetido homens ou animais.

LAS CASAS, Frei Bartolomeu de. *O paraíso destruído*: brevíssima relação da destruição das Índias [1552]. Porto Alegre: L&PM, 2001.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFMG) Leia estes trechos em que se trata das relações de trabalho nas colônias espanholas da América:

I. As aldeias eram distribuídas entre os conquistadores, "que passavam a explorar-lhes o sobretrabalho sem, contudo, escravizar os índios. [...] podiam exigir tributos em gêneros [...] ou prestações de trabalho [...]" Os colonizadores deveriam, em contrapartida, defender as aldeias e evangelizar os índios.

II. Cada comunidade deveria fornecer, periodicamente, uma quantidade de trabalhadores para as atividades coloniais [principalmente nas minas]. [...] Pelo trabalho [...], os índios deveriam receber um salário, parte do qual obrigatoriamente em moeda (ou metal), a fim de que pudessem pagar o tributo régio.

III. "Na hacienda*, praticou-se, largamente, o sistema de endividamento de trabalhadores, a fim de retê-los na propriedade. [...] o trabalhador recebia como salário um crédito na* tienda de raya *(onde retirava alimentos, roupas, etc.), além de um lote mínimo de subsistência."*

VAINFAS, Ronaldo. *Economia e sociedade na América Espanhola*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 61-64.

Considerando-se as formas de exploração do trabalho indígena neles descritas, os trechos I, II e III referem-se, respectivamente, a

A) *peonaje*, *ejidos* e *plantation*.
B) *ayllu*, *plantation* e *obrajes*.
C) *encomienda*, *mita* e *peonaje*.
D) *obrajes*, *ayllu* e *ejidos*.

HISTÓRIA

02. (UFMG) Leia este trecho:

[...] *não somos índios nem europeus, mas uma espécie intermediária entre os legítimos proprietários do continente e os usurpadores espanhóis: em suma, sendo americanos por nascimento e nossos direitos os da Europa, temos de disputar estes aos do país e mantermo-nos nele contra a invasão dos invasores – encontramo-nos, assim, na situação mais extraordinária e complicada*.

BOLÍVAR, Simón. *Carta de Jamaica*, 1815.

Ao escrever esse texto, o autor refere-se à situação ambígua dos

A) *criollos*, formados na tradição europeia, mas identificados com o Novo Continente.

B) escravos negros americanos, que perderam seus laços culturais com a África.

C) mulatos libertos nascidos na América, divididos entre diferentes tradições culturais.

D) *cholos*, indígenas educados por europeus, afastados das suas raízes identitárias originais.

03. (FUVEST-SP–2008) *Podemos dar conta boa e certa que em quarenta anos, pela tirania e ações diabólicas dos espanhóis, morreram injustamente mais de doze milhões de pessoas* [...]

LAS CASAS, Bartolomé de. 1474-1566.

A espada, a cruz e a fome iam dizimando a família selvagem.

NERUDA, Pablo. 1904-1973.

As duas frases lidas colocam como causa da dizimação das populações indígenas a ação violenta dos espanhóis durante a Conquista da América. Pesquisas históricas recentes apontam outra causa, além da já indicada, que foi

A) a incapacidade das populações indígenas em se adaptarem aos padrões culturais do colonizador.

B) o conflito entre populações indígenas rivais, estimulado pelos colonizadores.

C) a passividade completa das populações indígenas, decorrente de suas crenças religiosas.

D) a ausência de técnicas agrícolas por parte das populações indígenas, diante de novos problemas ambientais.

E) a série de doenças trazidas pelos espanhóis (varíola, tifo e gripe), para as quais as populações indígenas não possuíam anticorpos.

04. (UFPel-RS) As diferenças culturais são evidenciadas pelos textos históricos como o que segue, que descreve aspectos da vida cotidiana dos Astecas, no início da Idade Moderna.

[...] *Quando lá chegamos, ficamos atônitos com a multidão de pessoas e a ordem que prevalecia, assim como a vasta quantidade de mercadorias* [...] *Cada espécie tinha seu lugar particular que era distinguido por um sinal. Os artigos consistiam em ouro, prata, joias, plumas, mantas, chocolate, peles curtidas ou não, sandálias e outras manufaturas de raízes e fibras de juta, grande número de escravos homens e mulheres, muitos dos quais estavam atados pelo pescoço, com gargalheiras, a longos paus. O mercado de carne vendia aves domésticas, caça e cachorros. Vegetais, frutas, comida preparada, sal, pão, mel e massas doces, feitas de várias maneiras, eram também lá vendidas.* [...] *Muitas mulheres vendiam peixe e pequenos "pães" feitos de uma determinada argila especial que eles achavam no lago e que se assemelhavam ao queijo*.

PINSKY, Jaime. *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2004.

Através do documento

A) são citadas diversas riquezas coloniais oriundas da América Central que foram exploradas pela metrópole portuguesa.

B) são indicados diversos produtos que equilibraram a balança de comércio entre a Coroa espanhola e suas colônias na América.

C) é percebida uma das motivações da exploração mercantilista ibérica: o metalismo.

D) é constatada a necessidade ibérica da importação de mão de obra escrava e indígena para suas manufaturas.

E) é mostrado um sistema de produção, com base escravista, que originou a *encomienda* utilizada pelo colonialismo lusitano.

05. (UFPE) A colonização dos povos da América envolveu conflitos culturais e embates militares expressivos. Com relação à conquista dos Astecas, feita pelos espanhóis, podemos afirmar que

A) a atuação militar dos espanhóis foi que decidiu a derrota dos Astecas, devido à fragilidade do seu Exército e à sua desorganização política.

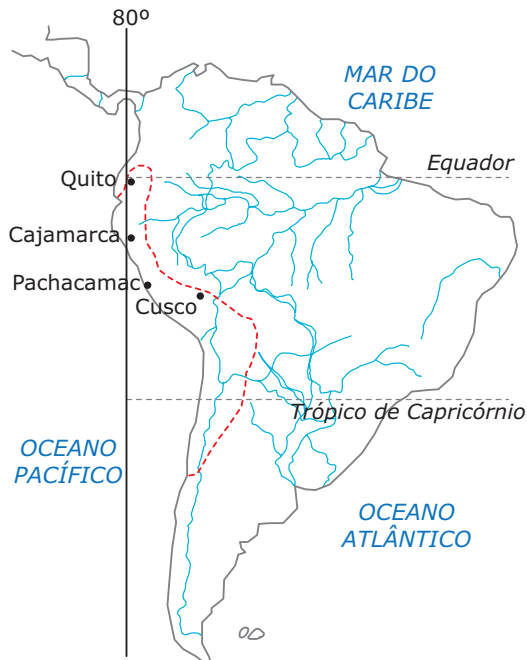
B) a grandiosidade dos Astecas impressionou os conquistadores espanhóis, sobretudo, o comandante Fernão Cortez.

C) apesar de sua riqueza, os Astecas não tinham conquistas culturais que impressionassem os europeus; eram apenas bons artesãos.

D) a vitória de Cortez expressou, na época dos grandes descobrimentos, a força imbatível do Exército espanhol, aliado dos portugueses na colonização da América.

E) essa conquista trouxe riquezas para o conquistador Fernão Cortez, rico comerciante de minérios da época; contudo, as vantagens para o domínio espanhol na América foram insignificantes.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UNESP-SP–2010) Observe a imagem:

LUMBRERAS, Luis Guillermo. *História de América Andina*, 1999 (Adaptação).

A região que aparece no mapa corresponde ao território que os Incas dominaram por alguns séculos antes da chegada dos espanhóis ao continente americano. Esse povo ficou conhecido por saber aproveitar todos os recursos naturais, inclusive de áreas distantes ou de condições climáticas não muito favoráveis à agricultura. A forma como esse povo conseguiu lidar com a natureza, extraindo dela os recursos naturais necessários ao seu abastecimento, está relacionada com

A) o uso de avançados instrumentos de ferro na agricultura e de animais de tração para auxiliar nas atividades de plantio e colheita.

B) o conhecimento dos mais variados pisos ecológicos, onde podiam caçar, pescar e coletar pequenos frutos silvestres, visto que desconheciam a agricultura.

C) a sabedoria xamânica sobre Astronomia, técnicas hidráulicas e fertilização química de solos, que lhes permitia alcançar grande produção agrícola.

D) o domínio de irrigação, conhecimento dos solos e da hibridização de sementes e técnica de construção de degraus para plantio nas encostas da Cordilheira dos Andes.

E) a perfeita relação do homem com a natureza, que permitia a produção abundante de alimentos sem grande participação de mão de obra humana.

02. (UFMG) A Espanha, ao conquistar e colonizar vastas regiões do continente americano, implementou, nas colônias, algumas instituições.

Entre essas instituições, incluíam-se

A) escolas primárias, que foram implantadas pela Coroa com o objetivo de conter o avanço da Igreja sobre as instituições educativas.

B) missões jesuíticas, que foram implementadas, no final do Período Colonial, como última tentativa para evangelizar os índios guaranis.

C) órgãos da Inquisição, que foram criados nas colônias, visando a difundir o pensamento da Ilustração.

D) universidades, que foram fundadas e mantidas por ordens religiosas nas mais importantes cidades coloniais.

03. (UEL-PR–2008) *A conquista espanhola, em todas as regiões onde se viu coroada de êxito, conduziu a um processo de crise geral das culturas submetidas. Em certas situações, como no caso Arawak das Antilhas, levou ao completo desaparecimento físico da população conquistada. Noutros casos, como no México ou no Peru, ainda que não tenha eliminado totalmente a população indígena, provocou alterações e deformações profundas na cultura e no modo de vida dos povos conquistados.*

VAINFAS, R. *Economia e sociedade na América Espanhola*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 40.

De acordo com o texto e com os conhecimentos sobre o tema, é **CORRETO** afirmar:

A) A historiografia hispano-americana explica que a baixa populacional indígena está diretamente vinculada à prática do homicídio entre os nativos, quando estes perceberam que seriam obrigados a adotar o cristianismo como religião única. A baixa demográfica, desse modo, está relacionada a uma falta do conhecimento dos preceitos da fé cristã, que condena o atentado contra a própria vida.

B) Vírus e bactérias até então desconhecidos pelos nativos foram responsáveis pela baixa populacional indígena. Sem imunidade para várias doenças como sarampo, gripe, asma, tuberculose e sífilis, a população nativa adoecia e morria rapidamente. A Coroa espanhola procurou enviar médicos para as colônias, mas, como as viagens por mar eram muito demoradas, a população não conseguiu resistir.

C) A crise das culturas indígenas americanas deu-se em função das diversas alterações empreendidas pelos europeus nas colônias: instalação de uma economia mercantil que redefiniu o ritmo e a intensidade do trabalho; modificação dos cultivos que fez com que mudasse a dieta dos nativos; deslocamento de aldeias, causando distúrbios ecológicos e culturais; atitudes de autodestruição ao verem ruir seus costumes; epidemias e falta de imunidade, entre outros.

D) As mulheres indígenas adotaram, em massa, práticas abortivas, impedindo a perpetuação das diversas culturas nativas e forçando os europeus a importarem da África a mão de obra escrava necessária. A baixa demográfica, desse modo, pode ser explicada pela vinda de africanos para a América e a intensa miscigenação iniciada nesse momento.

E) A superioridade armamentista dos espanhóis foi responsável pela dizimação da maior parte da população indígena, pois, ao depararem-se com armas superiores, os nativos não tinham como se defender. Embora existisse o comércio informal de armas – contrabando –, os indígenas não conseguiam comprá-las e assim continuavam em desvantagem utilizando arcos e flechas com pontas envenenadas.

04. (UFPR–2008) *O que podia acontecer a estes bárbaros mais conveniente ou mais saudável do que serem submetidos ao domínio daqueles cuja prudência, virtude e religião os converterão de bárbaros, tais que mal mereciam o nome de seres humanos, em homens civilizados o quanto podem ser, de facinorosos em probos, de ímpios e servos do demônio em cristãos e cultores da verdadeira religião?* [...] *E se recusarem o nosso domínio poderão ser coagidos pelas armas a aceitá-lo, e esta guerra será, como acima declaramos com autoridade de grandes filósofos e teólogos, justa pela lei da natureza, muito mais ainda do que a que fizeram os romanos para submeter a seu império todas as demais nações, assim como é melhor e mais certa a religião cristã do que a antiga dos romanos, sendo maior o que em engenho, prudência, humanidade, fortaleza de alma e de corpo e toda virtude os espanhóis fazem a estes homúnculos do que os antigos romanos faziam às outras nações*.

AS JUSTAS causas de guerra contra os índios, segundo o tratado de Demócrates Alter, de Juan Ginés de Sepúlveda. In: SUESS, Paul (Coord.). *A conquista espiritual da América Espanhola*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 534-535.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a Conquista da América, é **CORRETO** afirmar que Juan Ginés de Sepúlveda

A) ficou ao lado de Bartolomé de Las Casas na defesa dos índios da América, adotando uma posição fundada na teoria da desigualdade natural dos homens, que afirmava ser injusto os povos superiores escravizarem os inferiores.

B) criticou o expansionismo espanhol na América com base na teologia cristã, que afirmava ser a escravidão um pequeno preço a pagar diante dos benefícios da inserção do indígena na civilização europeia e, portanto, na comunidade cristã.

C) traçou as diretrizes gerais do Estado espanhol em relação à política indigenista na América, na medida em que defendia a ideia de que caberia à Igreja Católica, sob a supervisão da Coroa, promover a conversão dos conquistados para a religião cristã.

D) defendeu a tese de que a Coroa espanhola deveria estabelecer uma política centralizada em relação à conversão dos indígenas americanos, pois ficou incomodado com as narrativas das atrocidades cometidas pelos conquistadores espanhóis em relação aos Incas e Astecas.

E) foi um representante do Renascimento ibérico, na medida em que combina em seu pensamento elementos da teologia cristã e da filosofia da Antiguidade greco-romana, entre eles a ideia de guerra justa, justificando assim o domínio espanhol na América.

05. (UFPel-RS–2007)

"Naquele tempo, não havia doenças, nem febres, nem doenças dos ossos ou de cabeça [...] *Naquele tempo, tudo estava em ordem. Os estrangeiros mudaram tudo quando chegaram." De fato, por mais saudosismo que possa expressar esse lamento, parece mesmo que as doenças do Velho Mundo foram mais freqüentemente mortais nas Américas do que na Europa. O missionário alemão chegou inclusive a escrever no finalzinho do século XVIII que "os índios morrem tão facilmente que só a visão ou o cheiro de um espanhol os fazem passar deste para outro mundo". Umas quinze epidemias dizimaram a população do México e do Peru.*

FERRO, Marc. *História das colonizações:* das conquistas às independências – séculos XIII a XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

Os documentos denunciam as doenças provocadas pelos agentes do

A) colonialismo espanhol que dizimaram populações nativas na América, na Idade Moderna.

B) colonialismo português em suas possessões, entre os séculos XVI e XVIII.

C) imperialismo ibérico e dos Países Baixos, exterminando as populações Incas, Maias e Astecas, na Idade Contemporânea.

D) mercantilismo europeu nas colônias anglo-saxônicas, desde o final da Idade Média.

E) colonialismo lusitano no México e no Peru, a partir do século XVI.

06. (UEL-PR) *Se, às vezes, estranhas famílias desembarcam – como uma pobre mulher de Granada, com um filho e quatro filhas das quais uma vai cair nos braços de Hernán Cortés –, aqueles que chegam são, em sua maioria, homens sós, solteiros ou casados que deixaram mulher, amante e filhos na Espanha. Como a astúcia e a teimosia, a juventude e a mobilidade dão a quem sobreviver e enriquecer atributos indispensáveis. Las Casas está com dezoito anos, Bernal Díaz e Cortés com dezenove, quando atravessam o Atlântico. O futuro conquistador do México responde a um amigo que propõe que permaneça na Hispaniola e que aceite ficar lá por pelo menos cinco anos para aproveitar dos privilégios reservados aos residentes (vecinos): Nem nesta ilha, nem em nenhuma outra, não tenho a intenção nem o pensamento de ficar por muito tempo; é por isto que não ficarei aqui nestas condições.*

GRUZINSKI, Serge; BERNARD, Carmen. História do Novo Mundo. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 294.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a Conquista e a Colonização da América, considere as afirmativas a seguir.

I. Os conquistadores, na sua maioria, eram filhos caçulas de famílias de média, pequena e bem pequena nobreza que conheceram em suas casas o modo de vida aristocrata, com as ambições que a terra de Espanha não podia mais alimentar.

II. As vilas, muitas vezes miseráveis, que deveriam reter e fixar os recém-chegados, revelaram-se lugar de descanso provisório até que conseguissem, em outro lugar, um destino melhor, índios e ouro.

III. Os casamentos de espanhóis com mulheres indígenas acrescentaram às sociedades americanas elementos estáveis e integradores, suficientes para constituir o núcleo de um mundo futuro.

IV. Naquela fronteira americana do mundo ocidental, os conquistadores organizaram suas vidas de maneira estável, fixando suas famílias e cultivando a terra para a produção de especiarias exportáveis.

Estão corretas apenas as afirmativas

A) I e II.
B) I e III.
C) III e IV.
D) I, II e IV.
E) II, III e IV.

07. (Fatec-SP–2007) Organizada com base na exploração estabelecida pelo mercantilismo metropolitano espanhol, a sociedade colonial apresentava, no topo da escala hierárquica,

A) os *criollos*, grandes proprietários e comerciantes que, por constituírem a elite colonial, participavam das câmaras municipais.

B) os *chapetones*, que ocupavam altos postos militares e civis.

C) os *calpulletes*, que ocupavam altos cargos administrativos dos chamados *ayuntamientos*.

D) os mestiços, que, por serem filhos de espanhóis, podiam estar à frente dos cargos político-administrativos.

E) os *curacas*, donos de grande quantidade de terra, que administravam os *cabildos*.

08. (UNESP-SP–2007) *A conquista sanguinária da América Espanhola é dominada por [uma] paixão frenética. Rio da Prata, Rio do Ouro, Castela do Ouro, Costa Rica, assim se batizavam as terras que os conquistadores desvendavam ao mundo* [...]

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*, 1928.

A "paixão frenética" da Conquista da América a que se refere o autor está relacionada

A) à irracionalidade da expansão comercial e marítima europeia, realizada sem conhecimentos tecnológicos adequados.

B) às condições de crise econômica das populações nativas dominadas pelo império dos Astecas e dos Incas.

C) à ação da burguesia espanhola que agiu isoladamente, dado o desinteresse do governo espanhol pelos territórios americanos.

D) ao acordo entre banqueiros e sábios europeus para ampliar o conhecimento científico e para facilitar a exploração econômica da região.

E) ao esforço de solucionar a crise da economia europeia motivada pela escassez do meio circulante.

09. (UEL-PR–2007) Leia o texto a seguir.

A causa pela qual os espanhóis destruíram tal infinidade de almas foi unicamente não terem outra finalidade última senão o ouro, para enriquecer em pouco tempo, subindo de um salto a posições que absolutamente não convinham a suas pessoas; enfim, não foi senão sua avareza que causou a perda desses povos, que por serem tão dóceis e tão benignos foram tão fáceis de subjugar; e quando os índios acreditaram encontrar algum acolhimento favorável entre esses bárbaros, viram-se tratados pior que animais e como se fossem menos ainda que o excremento das ruas; e assim morreram, sem Fé e sem Sacramentos, tantos milhões de pessoas. [...]

LAS CASAS, B. de. *O paraíso destruído*. Tradução de Heraldo Barbuy. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 30.

Com base no texto, é correto afirmar:

A) Bartolomé de Las Casas voltou-se contra a Coroa espanhola ao perceber que a conquista da América sufocaria as possibilidades de evangelização dos habitantes do novo continente.

B) No episódio da conquista da América, o frei dominicano Bartolomé de Las Casas ficou conhecido como defensor incondicional dos índios, ao ressaltar a crueldade dos conquistadores.

C) Os conquistadores da América Hispânica e da Portuguesa rechaçaram o discurso do Frei de Las Casas por considerarem que seus pensamentos representavam os princípios da Igreja Católica, contrária à expansão territorial.

D) O frei dominicano defendeu a dignidade e a liberdade dos indígenas até sua morte, transformando-se, assim, em ícone do livre-arbítrio nas Américas de colonização espanhola, portuguesa e inglesa.

E) O discurso de Las Casas em defesa dos indígenas era uma das diversas estratégias de Conquista, uma vez que ele representava nas colônias os interesses da Coroa espanhola.

10. (UFMG) Ao comparar o português e o espanhol durante a colonização da América, Sérgio Buarque de Holanda qualificou-os como o Semeador e o Ladrilhador. Considerou como ladrilhadores os espanhóis, que empreenderam uma colonização mais sistemática e efetiva e, como semeadores os portugueses, que foram mais negligentes quanto ao processo colonizador.

Todas as afirmativas traduzem corretamente as ideias do Semeador ou do Ladrilhador, **EXCETO**

A) A colonização espanhola foi marcada pelo afã do lucro, só se construía o que produzia resultado imediato e havia aversão à ordem.

B) A colonização portuguesa tinha um caráter essencialmente comercial, demonstrado no desinteresse em ocupar o interior na fase inicial.

C) A legislação espanhola era abundante e minuciosa, pretendendo, dessa maneira, reproduzir a própria metrópole no Além-Mar.

D) O português cuidou, de imediato, mais em feitorizar uma riqueza fácil quase sempre ao alcance da mão do que em construir e planejar.

E) O traçado retilíneo e ordenado das cidades espanholas denunciava o esforço de vencer a civilização pré-existente.

11. (UFMG–2007) No final do século XV e início do XVI, quando os europeus conquistaram o continente americano, este era habitado por inúmeros grupos étnicos, com diferentes formas de organização econômica e político-social.

Considerando-se o Império Inca, é **INCORRETO** afirmar que

A) a agricultura, base da sua economia, era praticada nas montanhas andinas, por meio de um sofisticado sistema de produção, que incluía a irrigação e a adubação.

B) o Estado era centralizado, com o poder político concentrado nas mãos do Inca, o imperador, e sua sociedade era rigidamente hierarquizada.

C) seu domínio se estendia ao longo da Cordilheira dos Andes, ocupando parte dos atuais territórios da Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile e noroeste da Argentina.

D) um deus criador e protetor da vida e da natureza era cultuado segundo uma doutrina monoteísta e, para ele, foram construídos diversos templos.

12. (UFJF-MG–2007) O texto a seguir se refere ao processo de colonização da América Espanhola. Leia-o e, em seguida, faça o que se pede.

Ao longo do séc. XVI, a ocidentalização instaurou novas referências [...] *destinadas a controlar os distúrbios induzidos pela Conquista.* [...] *Como na Castela longínqua, as cidades foram comandadas por poderosas municipalidades, nas cidades, os* cabildos. [...] *A colonização foi acompanhada de uma política de uniformização da língua e da lei. Da Flórida ao Chile, o castelhano foi o instrumento da administração* [...]; *o "direito castelhano nas Índias", regia a vida cotidiana, definia as relações do indivíduo com o Estado, impunha a noção de propriedade privada e legitimava o lucro.*

GRUZINSKI, S. *O pensamento mestiço*.

A) **DESTAQUE** do texto dois recursos utilizados pelos espanhóis para garantir a Conquista da América.

B) Além dos recursos indicados na citação, existe outro, de ordem cultural, que não foi mencionado, mas pode ser considerado fundamental no processo de colonização. **CITE** e **EXPLIQUE** esse recurso.

13. (Unicamp-SP–2007) *Depois da Conquista da América pelos espanhóis, ocorreu uma explosão populacional de gado, porcos, carneiros e cabras, os quais causaram grandes danos às plantações de milho indígenas, que não eram protegidas. As medidas tomadas pela população indígena eram, muitas vezes, ineficazes. Os conquistadores preferiam o gado. Bois e carneiros eram protegidos pela lei, pelos costumes e pelo sentimento espanhóis. As leis que protegiam a pecuária na Península Ibérica foram exportadas para o México e permitiam que o gado pastasse em propriedade alheia. Os animais destruidores eram, afinal, propriedade dos vitoriosos; a agricultura, dos derrotados.*

MAXWELL, Kenneth. Morte e sobrevivência. *Folha de S. Paulo*, 11 ago. 2002, Mais! p. 8 (Adaptação).

A) Segundo o texto, por que a agricultura indígena foi prejudicada após a Conquista da América?

B) **INDIQUE** dois outros efeitos da Conquista da América sobre as populações indígenas.

C) O que foi a *encomienda*, utilizada pela colonização espanhola na América?

14. (UFRJ–2007) Embora represente um dos traços mais característicos da Conquista espanhola do Novo Mundo, a rapidez com que tal processo ocorreu variou muito, em etapas bem diferenciadas, como mostram os dados da tabela.

Etapas da Conquista espanhola no Novo Mundo 1493-1600	
Período	**km² conquistados**
1493-1515	300 000
1520-1540	2 000 000
1540-1600	500 000

CITE uma região americana incorporada à Coroa espanhola durante a etapa inicial da Conquista e outra, importante área mineradora, a ela reunida ao longo do estágio mais veloz da ocupação espanhola.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2009) *A formação dos Estados foi certamente distinta na Europa, na América Latina, na África e na Ásia. Os Estados atuais, em especial na América Latina — onde as instituições das populações locais existentes à época da Conquista ou foram eliminadas, como no caso do México e do Peru, ou eram frágeis, como no caso do Brasil —, são o resultado, em geral, da evolução do transplante de instituições européias feito pelas metrópoles para suas colônias. Na África, as colônias tiveram fronteiras arbitrariamente traçadas, separando etnias, idiomas e tradições, que, mais tarde, sobreviveram ao processo de descolonização, dando razão para conflitos que, muitas vezes, têm sua verdadeira origem em disputas pela exploração de recursos naturais. Na Ásia, a colonização européia se fez de forma mais indireta e encontrou sistemas políticos e administrativos mais sofisticados, aos quais se superpôs. Hoje, aquelas formas anteriores de organização, ou pelo menos seu espírito, sobrevivem nas organizações políticas do Estado asiático.*

GUIMARÃES, S. P. *Nação, nacionalismo, Estado*. Estudos Avançados. São Paulo: EdUSP, v. 22, n.º 62, jan.- abr. 2008 (Adaptação).

Relacionando as informações ao contexto histórico e geográfico por elas evocado, assinale a opção correta acerca do processo de formação socioeconômica dos continentes mencionados no texto.

A) Devido à falta de recursos naturais a serem explorados no Brasil, conflitos étnicos e culturais como os ocorridos na África estiveram ausentes no período da independência e formação do Estado brasileiro.

B) A maior distinção entre os processos histórico-formativos dos continentes citados é a que se estabelece entre colonizador e colonizado, ou seja, entre a Europa e os demais.

C) À época das conquistas, a América Latina, a África e a Ásia tinham sistemas políticos e administrativos muito mais sofisticados que aqueles que lhes foram impostos pelo colonizador.

D) Comparadas ao México e ao Peru, as instituições brasileiras, por terem sido eliminadas à época da Conquista, sofreram mais influência dos modelos institucionais europeus.

E) O modelo histórico da formação do Estado asiático equipara-se ao brasileiro, pois em ambos se manteve o espírito das formas de organização anteriores à Conquista.

02. No início da colonização espanhola, o escritor Diego Duran, em sua obra *História de las Índias de Nueva Espana*, buscou retratar as impressões causadas nas sociedades indígenas com a chegada dos primeiros conquistadores. Em certo momento, o autor narra como Montezuma, chefe dos Astecas, orientou seus homens:

Gostaria muito de saber quem é o chefe dos estrangeiros e que vocês se informassem se é Quetzalcoatl, do qual nossas histórias falam, que partiu dessa terra avisando que voltaria para reinar. Se comer esses alimentos, com certeza é Quetzalcoatl, pois ele conhece os alimentos dessa terra. Se não quiser comer essa comida, mas quiser comê-los, a vocês, deixem-se comer, pois eu indenizarei suas mulheres e suas filhas.

A partir do texto e de seu conhecimento a respeito da Conquista espanhola, podemos afirmar:

A) A inocência indígena frente ao projeto colonizador espanhol mostrou-se determinante para a ação pacífica e tolerante dos gentios em relação aos invasores europeus.

B) A ausência de uma clara noção quanto à origem dos povos recém-chegados acabou por provocar uma ação inicial violenta dos Astecas em relação aos espanhóis, contribuindo para o massacre das comunidades indígenas.

C) A percepção indígena acerca dos primeiros conquistadores foi marcada pela fusão das construções míticas preexistentes à invasão espanhola com o espanto frente ao desconhecido.

D) A falta de conhecimento da origem dos novos conquistadores acabou por provocar uma considerável indiferença dos gentios frente aos invasores, fator determinante para a rápida dominação espanhola.

E) A técnica científica desenvolvida pelos povos pré-colombianos contribuiu para uma percepção atenta e racional do processo de colonização, visto a utilização de meios ardilosos no contexto da resistência.

03. (Enem–2010) O Império Inca, que corresponde principalmente aos territórios da Bolívia e do Peru, chegou a englobar enorme contingente populacional. Cuzco, a cidade sagrada, era o centro administrativo, com uma sociedade fortemente estratificada e composta de imperadores, nobres, sacerdotes, funcionários do governo, artesãos, camponeses, escravos e soldados. A religião contava com vários deuses, e a base da economia era a agricultura, principalmente o cultivo da batata e do milho. A principal característica da sociedade inca era a

A) ditadura teocrática, que igualava a todos.

B) existência da igualdade social e da coletivização da terra.

C) estrutura social desigual, compensada pela coletivização de todos os bens.

D) existência de mobilidade social, o que levou à composição da elite pelo mérito.

E) impossibilidade de se mudar de estrato social e a existência de uma aristocracia hereditária.

GABARITO

Fixação

01. C
02. A
03. E
04. C
05. B

Propostos

01. D
02. D
03. C
04. E
05. A
06. A
07. B
08. E
09. B
10. A
11. D
12. A) Deve-se destacar, entre outros recursos: uniformização da língua e da lei; poderio de administração local (*cabildos*); imposição de um modelo espanhol na construção de cidades.

    B) Religião católica. Instrumento da implementação da colonização através da catequese (educação).

13. A) De acordo com o texto, a agricultura indígena foi prejudicada devido à prioridade dada pelos colonizadores espanhóis às criações de gado, de porcos, de carneiros e de cabras.

    O estímulo à pecuária por meio de leis e de subsídios por parte do governo espanhol, sem levar em conta as culturas agrícolas locais, agravou os danos à economia dos indígenas.

    B) A Conquista da América pelos espanhóis teve como principais consequências a destruição das civilizações pré-colombianas e a dizimação de parte das populações nativas pela submissão ao trabalho excessivo e pela exposição às doenças. Pode-se acrescentar, ainda, a marginalização dos indígenas em razão das formas de dominação econômica e política excludentes, implementadas pelos colonos espanhóis.

    C) A *encomienda* se constituiu em uma forma de exploração do trabalho, imposta pelos colonos espanhóis aos indígenas, configurada como uma relação servil de produção. Caracterizava-se por ser concessão dada pelo rei da Espanha a um colono que, em troca do direito de explorar o trabalho dos índios, deveria catequizá-los à fé católica.

14. Em relação à primeira etapa da Conquista espanhola das Américas (1493-1515), deve-se citar a incorporação de diversas ilhas do Caribe, entre as quais La Hispaniola (atuais República Dominicana e Haiti), Cuba ou Porto Rico. Em relação à etapa mais veloz da Conquista (1520-1540), deve-se citar a incorporação das áreas mineradoras do império Nauatl (Asteca ou México) ou do império Tuantinsuio (Inca ou Peru). Do ponto de vista geográfico, a segunda parte da questão pode incluir ainda o planalto de Anáhuac ou os Andes.

Seção Enem

01. B
02. C
03. E

HISTÓRIA

América Inglesa

MÓDULO 03 FRENTE B

Diferentemente dos Estados ibéricos, a Inglaterra não apresentou condições internas favoráveis ao processo colonizador do Novo Mundo no início da Idade Moderna. O advento da Guerra dos Cem Anos, encerrada em meados do século XV, bem como os conflitos religiosos advindos da Reforma Anglicana no início do século XVI inviabilizaram um projeto colonizador na América.

Porém, esse cenário desfavorável não impediu os esforços da dinastia Tudor em patrocinar incursões no continente encontrado. Destacam-se nesse esforço as ações do navegante Walter Raleigh, que obteve autorização de Elizabeth I para a realização de expedições na América do Norte em 1584, 1585 e 1587, fundando a colônia de Virgínia, em homenagem à rainha. Apenas no século XVII, todavia, a região da América do Norte foi intensamente ocupada por colonos ingleses.

A partir de 1603, o rei Jaime I, primeiro monarca da dinastia Stuart, iniciou esforço visando a promover a ocupação das terras americanas. A estratégia consistia na fundação de companhias controladas pelos setores burgueses britânicos, responsáveis, então, por monopolizar o comércio e o direito de colonização das regiões concedidas pela Coroa.

Atuaram, nesse projeto, a **Companhia de Londres** e a **Companhia de Plymouth**. A primeira foi responsável pelo controle da região entre a Flórida e o Rio Potomac, enquanto a segunda companhia controlava os territórios entre o Cabo Fear e Nova Iorque, região que passou a ser tratada como Nova Inglaterra.

Além das companhias de comércio, outros fatores foram fundamentais para a ocupação da América pela Inglaterra. Entre eles, está o fato de que, à época da dinastia Stuart, os britânicos vivenciaram uma série de distúrbios políticos e religiosos, o que estimulou um intenso quadro migratório para a região colonial inglesa.

Os puritanos, vítimas do radicalismo religioso existente no reino inglês, encontraram no Novo Mundo a possibilidade de professar a sua fé sem as perseguições desencadeadas pelas disputas políticas na metrópole.

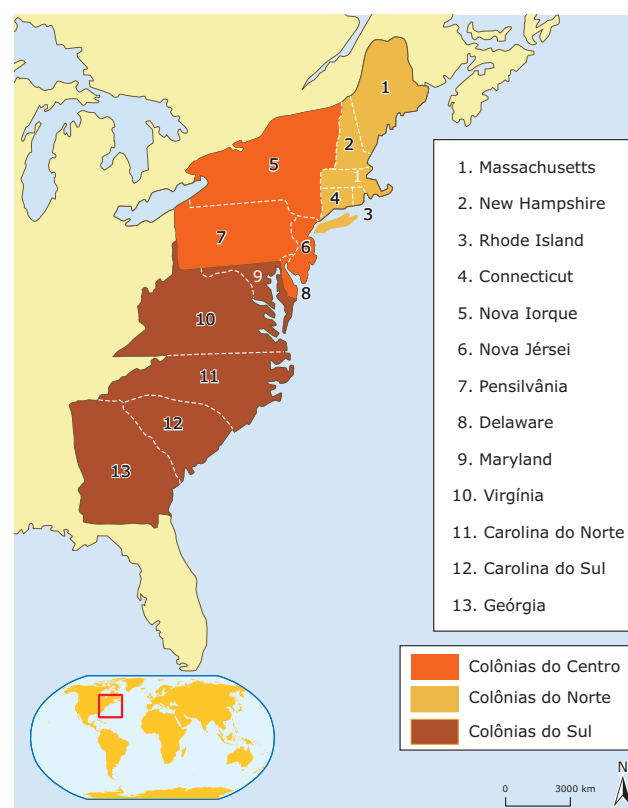
Os imigrantes do navio Mayflower representaram bem o espírito dos refugiados religiosos, ao fundarem a New Plymouth na colônia de Massachusetts, com a autorização da Companhia de Londres, no ano de 1620. Além dos puritanos, outros grupos religiosos encontram na América espaço para a manutenção de suas crenças, como católicos, presbiterianos e *quakers*.

Os refugiados políticos e religiosos também contaram com a presença de outros imigrantes, seja por meio da arbitrária e numerosa entrada de escravos africanos que abasteceram as fazendas exportadoras do Sul, seja pelos camponeses, vítimas da política de cercamento na Inglaterra, que foram submetidos ao trabalho forçado na condição de **servos por contrato**.

Essa modalidade de trabalho presente nas colônias inglesas foi marcada por uma relação de troca: os camponeses eram beneficiados pelo pagamento da passagem para as regiões coloniais, além da subsistência durante um período de cerca de sete anos, mas seriam obrigados a exercer inúmeras atividades para aqueles que custeavam tal empreitada.

Essa submissão era estimulada pela promessa da aquisição de terras na região colonial após o cumprimento do prazo estipulado. Calcula-se que aproximadamente 70% dos imigrantes ingleses chegavam à América nessas condições, sendo esse tipo de trabalho presente em todos os territórios coloniais, mas concentrado, sobretudo, nas áreas do Centro e do Norte.

A ocupação colonial intensificou-se com o avanço do século XVII: enquanto em 1620 apenas 2 500 imigrantes ocupavam a região, em 1670 já eram 114 000, incluindo, nesse grupo, milhares de escravos negros oriundos da África.

As Treze Colônias

Exposição das Treze Colônias e da tradicional distinção entre colônias do Norte, Centro e Sul.

TIPOS DE COLÔNIA

A colonização inglesa não apresentou traços semelhantes em todas as áreas de ocupação. As diferenças existentes permitem definir três tipos de colônia na América do Norte:

Colônias do Sul

Maryland, Virgínia, Carolina do Sul, Carolina do Norte e Geórgia

Apresentando condições climáticas propícias para o cultivo de produtos que atenderiam o mercado externo, as colônias do Sul foram ocupadas a partir da região da Virgínia, com a fundação de Jamestown em 1607.

Apesar de utilizar a servidão por contrato nos primeiros anos de ocupação – predominante até 1670 –, a região caracterizou-se pelo trabalho escravo africano, utilizado nas fazendas que cultivavam tabaco, arroz, algodão e anileira. A existência desse modelo econômico acabou por constituir uma aristocracia latifundiária que detinha o controle das relações sociais vigentes. As colônias do Sul que apresentavam grande progresso econômico foram convertidas em colônias reais, visto que atendiam aos interesses mercantilistas da metrópole. Enquadram-se nessa situação as colônias da Virgínia e da Geórgia, transformadas em colônias reais em 1624 e em 1752, respectivamente.

Colônias do Centro

Nova Iorque, Pensilvânia, Nova Jérsei e Delaware

Localizadas entre as principais áreas de colonização, as colônias centrais foram as últimas áreas ocupadas pelos colonos ingleses. Possuidoras de férteis planícies e com uma pluviosidade regular, a região era favorável às atividades agrícolas, predominando a pequena propriedade.

A presença de refugiados religiosos, como puritanos e *quakers*, marcou o grupo social presente nesse território. A ocupação inglesa nessas áreas foi curiosamente posterior à presença de outras nacionalidades que ali tentaram progredir.

É o caso da região de Nova Iorque, originalmente fundada pelos holandeses, e da região de Delaware, ocupada no início do século XVII pelos suecos.

Economicamente, o território caracterizou-se pelo desenvolvimento de manufaturas, apesar das restrições impostas pela metrópole, e pelas atividades navais, responsáveis por um intenso comércio com outras áreas coloniais.

Comercializava-se o excedente da produção agrícola de milho, trigo, centeio e aveia. A criação de ovelhas, carneiros e touros garantia a subsistência e o fornecimento de matéria-prima.

Colônias do Norte

Massachusetts, New Hampshire, Rhode Island e Connecticut

Comumente conhecida como região da Nova Inglaterra, as colônias do Norte foram notadamente marcadas pela presença dos refugiados religiosos puritanos, que buscavam um espaço para o desenvolvimento de sua fé sem os empecilhos vigentes na Inglaterra.

Esse cenário foi reflexo da atitude dos ocupantes do navio Mayflower, que fundaram a colônia de New Plymouth no início do século XVII, irradiando, a partir de Massachusetts, a ocupação da região.

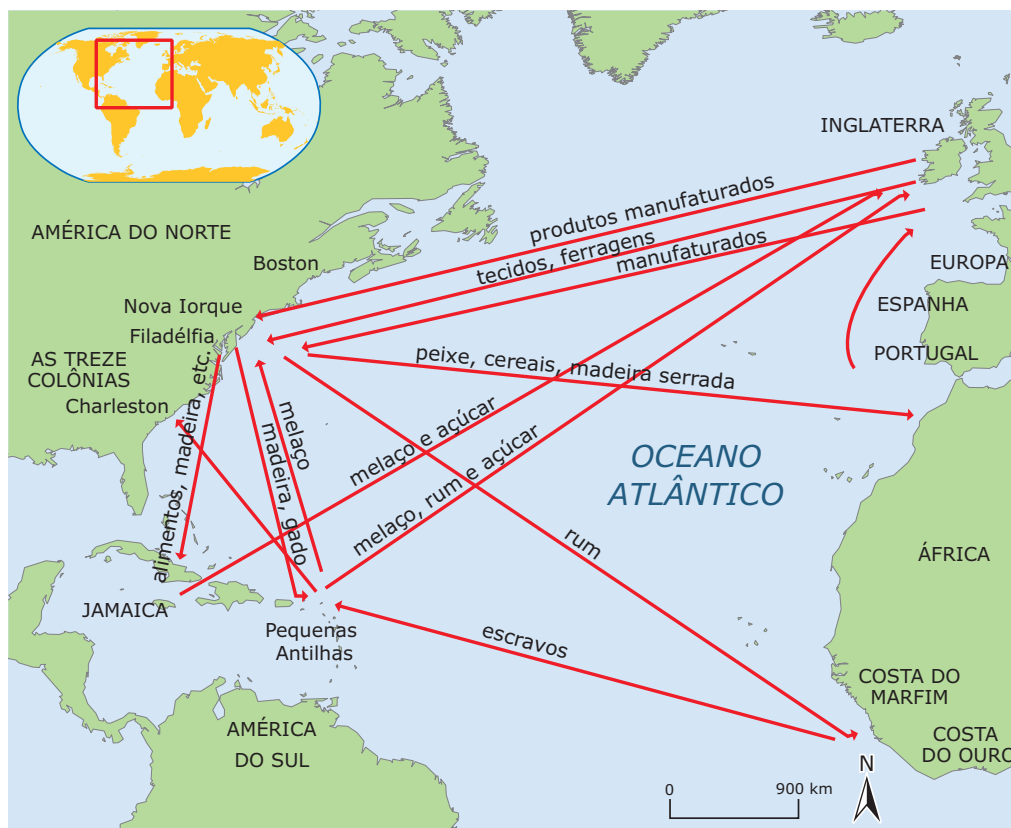
As outras três colônias (New Hampshire, Rhode Island e Connecticut) foram ocupadas ainda na primeira metade do século XVII, em grande parte por fugirem do radicalismo religioso puritano, que vigorava na região de Massachusetts.

A atividade econômica desenvolvida nessa faixa de ocupação atendia notadamente aos interesses dos grupos locais, em detrimento das pretensões econômicas existentes na metrópole.

A agricultura, basicamente de subsistência por conta da precariedade do clima e do solo, convivia com o intenso comércio interno e externo. A venda de peixes e peles garantia o lucro da classe mercantil, que se multiplicava nos núcleos urbanos da região.

A atividade manufatureira era intensa, facilitada pela abundante mão de obra e pela disponibilidade de matéria-prima. A excelência comercial da Nova Inglaterra, por sua vez, se concretizou por meio do chamado comércio triangular.

Apesar de suas inúmeras variantes, o comércio triangular foi marcado pelas atividades que integravam as regiões da Nova Inglaterra, Antilhas e África.

Intercâmbios comerciais das Treze Colônias

Representação do comércio triangular efetuado pelas Treze Colônias, em especial, o Norte. Essa considerável liberdade econômica dotou a região de um desenvolvimento histórico peculiar.

Por meio desse comércio, produziam-se peixe salgado, madeira e cereais, que eram enviados às Antilhas e trocados por rum e melaço.

Os colonos ingleses retornavam ao Norte e produziam mais rum com a matéria-prima obtida, trocando a bebida por cativos da região da África.

Com os navios repletos de escravos, os colonos retornavam às Antilhas ou às colônias do Sul, bons mercados para a mão de obra negra obtida com o comércio triangular.

Essa excessiva liberdade comercial e manufatureira foi importante tema, desde o século XVII, das discussões nos centros de poder da metrópole. Porém, as várias leis restritivas impostas pela Inglaterra foram negligenciadas, garantindo o enriquecimento dos comerciantes das colônias do Norte.

SISTEMA ADMINISTRATIVO

Diferentemente das colônias ibéricas, controladas de modo efetivo pelo poder metropolitano, as colônias inglesas apresentavam um quadro de relativa liberdade administrativa, comumente conhecida como ***self-government***.

A possibilidade de escolha dos governantes locais, por meio de assembleias compostas de grandes proprietários e de comerciantes, criou um espírito autônomo que foi tolerado pelo governo britânico por mais de um século.

Era a chamada **negligência salutar**, tão benéfica aos setores coloniais e absolutamente distante das pretensões mercantilistas da metrópole. Uma série de fatores justifica essa peculiaridade existente nas colônias inglesas, destacando-se o constante quadro de instabilidade política que vigorou na Inglaterra no século XVII, período das Revoluções Puritana e Gloriosa, o que impediu maior fiscalização das áreas coloniais.

A existência de leis responsáveis por regular a vida colonial e por restringir a liberdade de comércio pode ser compreendida como um indício de que a metrópole não pretendia desenvolver colônias autônomas. Esse aspecto fica evidente a partir da segunda metade do século XVIII, quando o governo britânico reafirma, por meio de novas regras, o projeto de exploração colonial.

A emancipação das Treze Colônias em 1776 pode ser entendida como uma resposta dos colonos ingleses ao esforço infrutífero de controlar tais regiões, que desde sua origem usufruíram de plena liberdade.

LEITURA COMPLEMENTAR

Trechos do Pacto do Mayflower – 21 de novembro de 1620.
"Em nome de Deus [...] nós [...] tornamos presente [...] a nossa intenção de tudo ajustar e combinar em boa união, irmanados em uma corporação civil política, para nossa melhor organização [...] e em virtude de que serão estipuladas, constituídas e fixadas leis justas e imparciais [...]

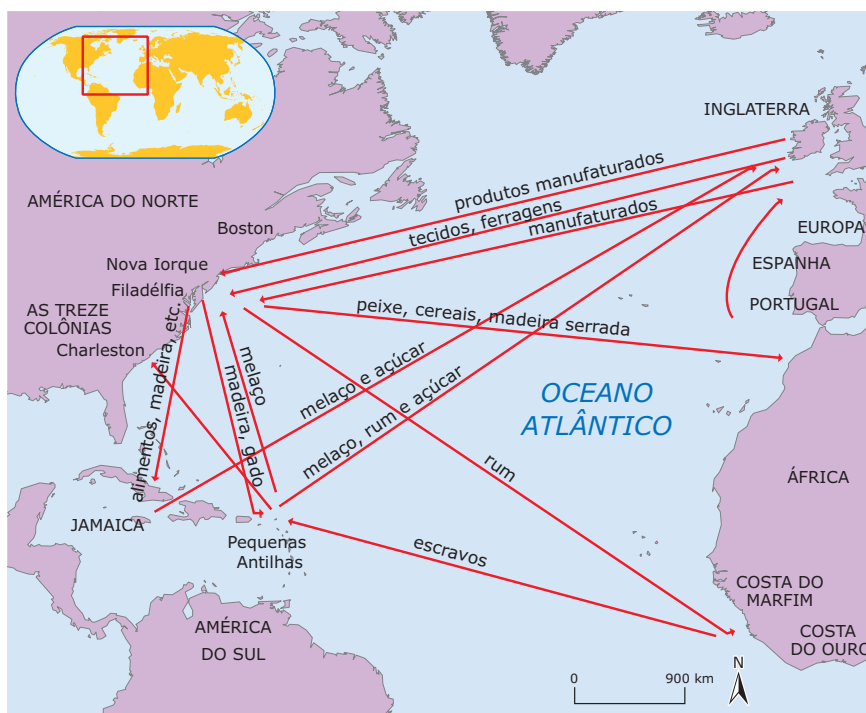
MORRIS, R.B. *Documentos básicos da História dos Estados Unidos*. Editora Fundo de Cultura, p. 12.

Música inglesa do século XVII

"A razão, ao que me consta, por que ides àquele país,
É o desejo de povoar essa terra longínqua e fazer uma nova plantação.
Onde tereis boa terra em abundância para plantar e cultivar, a qual ninguém vos tirará nunca, enquanto assim o quiserdes."

MORISON, S.E.; COMMAGER, H.S. *História dos Estados Unidos da América*, tomo I, p. 57.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFMG–2007) Observe o mapa, em que estão representados os intercâmbios comerciais das colônias inglesas da América do Norte:

Considerando-se as informações desse mapa e outros conhecimentos sobre o assunto, é **CORRETO** afirmar que

A) as Antilhas britânicas, com uma economia basicamente extrativista, ocupavam um papel secundário tanto para os interesses metropolitanos quanto nos intercâmbios comerciais das colônias inglesas da América do Norte.

B) as colônias inglesas do Norte e do Centro desenvolveram um intenso comércio intercontinental com as Antilhas, a África e a Europa, em detrimento das colônias inglesas do Sul, que estavam isoladas.

C) o comércio intercolonial e intercontinental se desenvolveu nas colônias inglesas da América do Norte, apesar das tentativas, ineficazes, de aplicação das Leis de Navegação por parte da metrópole.

D) os comerciantes metropolitanos compravam diversos produtos manufaturados da América Inglesa, onde a atividade fabril era intensa, em razão da abundância de matérias-primas e de mão de obra barata.

02. (UEG-GO) Seja qual for o termo utilizado para descrever o encontro de indígenas e europeus no continente americano no findar do século XV, é consenso que seu resultado foi, ao mesmo tempo, lucrativo para os europeus e desastroso para as populações indígenas. Sobre as consequências de tal encontro, analise as seguintes proposições:

I. A colonização da América do Norte foi empreendida por famílias inglesas em fuga da Inglaterra por causa das perseguições religiosas. Ao implementá-la, os colonos dizimaram grande parte da população nativa, considerada um empecilho para os seus interesses.

II. A estrutura básica da economia colonial na América do Norte foi a pequena propriedade fundamentada no trabalho familiar, na policultura e em uma indústria rudimentar, principalmente na área têxtil.

III. A partir da descoberta da América, pode-se notar o interesse da Igreja em cristianizar os nativos, preservando as culturas locais, ao mesmo tempo em que se introduzia pacificamente a nova religião.

IV. Nas possessões portuguesas, houve pouco interesse na efetiva ocupação do território, devido à prioridade dada pelo reino lusitano ao comércio com as Índias e ao fato de não terem sido encontrados metais preciosos nos primeiros contatos.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

A) As proposições I, II e III são verdadeiras.

B) As proposições II, III e IV são verdadeiras.

C) As proposições I, II e IV são verdadeiras.

D) As proposições I e III são verdadeiras.

E) Todas as proposições são verdadeiras.

03. (UEL-PR) *É bem verdade que outros colonizadores europeus estavam também ocupando espaços, mas impressiona, no caso da América Inglesa, a velocidade assim como a variedade das formas de ocupação e de atividades econômicas. Impressiona também a convicção de um direito divino, assim como de uma missão especial desse povo na América. Essa crença na própria excepcionalidade resultava de uma tradição religiosa (puritana) que realçava a realização da virtude individual, assim como de uma tradição republicana que fundava as instituições políticas na ação e na vontade de homens livres*.

MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 11.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a colonização das Américas Anglo-saxônica, Portuguesa e Hispânica, é **CORRETO** afirmar:

A) As colonizações das Américas estiveram fortemente marcadas por uma cultura urbana, sendo que, desde o início, a penetração rumo ao interior e a fundação de cidades, com suas instituições políticas, foram os aspectos que as aproximaram.

B) A colonização da América Anglo-saxônica recebeu famílias camponesas pobres endividadas, burguesas ou nobres, vítimas de perseguições político-religiosas; no entanto, em ambos os casos, colonizar foi sinônimo de dominação econômica, política e religiosa.

C) As concepções políticas e religiosas semelhantes nas colonizações das Américas foram decisivas para estruturar modelos de desenvolvimento similares, de valorização das capacidades individuais.

D) Nas Américas Hispânica e Portuguesa, a adoção da escravidão negra e do catolicismo subverteu o modo de colonizar ibérico e explica os eficientes processos de emancipação política nos diferentes países latino-americanos.

E) Ao contrário dos povos que colonizaram a América Anglo-saxônica, aqueles que colonizaram as Américas Hispânica e Portuguesa foram incapazes de desenvolvê-las economicamente, em razão das disposições naturais adversas nelas encontradas, como o clima e as condições geográficas.

04. (FGV-SP) A conquista colonial inglesa resultou no estabelecimento de três áreas com características diversas na América do Norte.

Com relação às chamadas colônias do Sul, é **CORRETO** afirmar:

A) Baseavam-se, sobretudo, na economia familiar e desenvolveram uma ampla rede de relações comerciais com as colônias do Norte e com o Caribe.

B) Baseavam-se em uma forma de servidão temporária que submetia os colonos pobres a um conjunto de obrigações em relação aos grandes proprietários de terras.

C) Baseavam-se em uma economia escravista, voltada principalmente para o mercado externo de produtos, como o tabaco e o algodão.

D) Consolidaram-se como o primeiro grande polo industrial da América com a transferência de diversos produtores de tecidos vindos da região de Manchester.

E) Caracterizaram-se pelo emprego de mão de obra assalariada e pela presença da grande propriedade agrícola monocultora.

05. (Fatec-SP) A colonização inglesa começou tardiamente, por causa dos problemas políticos internos, mas vários fatores impulsionaram a ocupação da América do Norte, entre os quais

A) o controle total da colonização pelo Estado, que criou, para isso, as Companhias de Londres e Plymouth.

B) o desenvolvimento de grandes propriedades de produtos tropicais, tabaco e arroz, no Norte, e de pequenas propriedades dirigidas pelos *encomenderos*, no Sul.

C) a administração colonial a cargo dos vice-reis, que tinham na escravidão por contrato a principal fonte de trabalho.

D) certo grau de liberdade que gozavam as colônias dentro do monopólio mercantilista, liberdade essa que começou a sofrer restrições com os Atos de Navegação.

E) o estabelecimento de colônias no Caribe, além das Treze Colônias, e a ocupação de posições importantes no Oriente.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UNESP-SP) No decorrer dos séculos XVI e XVII, as lutas religiosas na Europa provocaram a separação entre os cristãos, tendo como consequências muitos conflitos políticos e sociais. Está associada a esse movimento religioso

A) a colonização de parte do território do que são, atualmente, os Estados Unidos.

B) a independência das colônias americanas.

C) a instalação da Inquisição nas colônias espanholas.

D) a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas.

E) a ação dos missionários contra a escravidão indígena.

02. (UEL-PR) Durante a colonização, subjugados os nativos, os europeus montaram estruturas de dominação e de exploração nas Américas Hispânica, Portuguesa e Inglesa, que em muitos aspectos apresentavam diferenças entre si. Sobre o tema, é **CORRETO** afirmar:

A) Nas colônias inglesas do Norte, estabeleceu-se uma economia fundada em três pilares: a monocultura, a grande propriedade rural e a mão de obra escrava.

B) A dominação inglesa, embora tenha elementos semelhantes aos da dominação portuguesa (a *plantation* de algodão no sul), possibilitou que famílias imigrassem em massa para a América em face dos problemas políticos e religiosos na metrópole.

C) A Inglaterra utilizou os princípios do liberalismo político e econômico para governar as Treze Colônias americanas.

D) A dominação espanhola implantou-se a partir de grandes unidades agrícolas de exportação.

E) A colonização portuguesa teve como base pequenas unidades de produção diversificadas.

03. (UFRN) Conforme assegura a historiadora Nancy Priscilla Naro:

O processo de formação do Estado norte-americano veio, desde cedo, acompanhado por valores democráticos que privilegiavam a iniciativa privada sem a intervenção do Estado, apenas admitida em casos excepcionais, como a guerra, a depressão econômica e outras situações entendidas como "ameaçadoras" ao sistema de produção capitalista.

NARO, Nancy P. *A formação dos Estados Unidos*. 3. ed. São Paulo: Atual, 1987. p. 5.

O fragmento anterior refere-se à colonização e ao processo de independência da América Inglesa. Que comparação pode ser estabelecida entre a América Inglesa e a América Espanhola, no que diz respeito à colonização e à independência?

A) A colonização inglesa favoreceu a prática do autogoverno, e a colonização espanhola permitiu a formação de governos autoritários.

B) A colonização inglesa propiciou a instituição de um governo centralizador, e a colonização espanhola possibilitou a instalação de regimes federativos.

C) A colonização inglesa originou governos instáveis, e a colonização espanhola estimulou a formação de monarquias despóticas.

D) A colonização inglesa permitiu a formação de uma sociedade igualitária, e a colonização espanhola privilegiou as classes camponesas.

04. (UERJ) [...] *Aqueles que vivem atormentados com a preocupação de como ganhar decentemente sua subsistência, ou aqueles que, com seu trabalho, mal conseguem levar uma vida confortável, procederão bem se vierem para este lugar, onde qualquer homem, seja quem for, que esteja disposto a enfrentar moderados esforços, tem assegurada uma existência bastante confortável e está a caminho de elevar sua fortuna muito além do que ousaria imaginar* [...]

Que nenhum homem se preocupe com a idéia de ser um servo durante quatro ou cinco anos [...] *É preciso considerar, então, que assim que seu tempo terminar possuirá terra.* [...] *Portanto, todos os artífices, carpinteiros, construtores de veículos, marceneiros, pedreiros, ferreiros ou diligentes agricultores e lavradores* [...] *devem levar em consideração o assunto*.

PETIÇÃO de um imigrante europeu do séc. XVII.
Apud Coletânea de documentos de história da américa.
São Paulo: CENEP, 1978.

Interpretando esse texto, conclui-se que o imigrante se refere à seguinte área de colonização na América:

A) espanhola, região platina.

B) portuguesa, Sul do Brasil.

C) holandesa, região das Antilhas.

D) inglesa, região da Nova Inglaterra.

05. (Cesgranrio) Durante o séc. XVII, grupos puritanos ingleses perseguidos por suas ideias políticas (antiabsolutistas) e por suas crenças religiosas (protestantes calvinistas) abandonaram a Inglaterra, fixando-se na costa leste da América do Norte, onde fundaram as primeiras colônias.

A colonização inglesa nessa região foi facilitada

A) pela propagação das ideias iluministas, que preconizavam a proteção e o respeito aos direitos naturais dos governados.

B) pelo desejo de liberdade dos puritanos em relação à opressão metropolitana.

C) pelo abandono dessa região por parte da Espanha, que então atuava no eixo México-Peru.

D) pela possibilidade de explorar grandes propriedades agrárias com produção destinada ao mercado europeu.

E) pela consciência política dos colonos americanos, desde logo treinados nas lutas coloniais.

06. (Mackenzie-SP) São características das colônias de povoamento implantadas no continente americano a partir do século XVII:

A) trabalho compulsório, mercado interno, plantações de subsistência e pacto colonial.

B) pequena propriedade familiar, manufaturas, policultura, autonomia econômica e mão de obra livre.

C) grandes propriedades de terras, ação colonizadora decorrente de conflitos religiosos na metrópole, monocultura e trabalho escravo.

D) trabalho escravo, produção voltada para a exportação, economia limitada pelo exclusivo colonial e latifúndio monocultor.

E) pequenas plantações de subsistência, monocultura, ação colonizadora baseada nas propostas mercantilistas e mão de obra livre.

07. (Mackenzie-SP) Ao longo da história da humanidade, as perseguições aos opositores de regimes políticos despóticos têm sido a marca de várias sociedades. No século XXI, as guerras, a intolerância religiosa e étnica e, principalmente, as desigualdades econômicas que separam os países ricos dos pobres acabam forçando grandes contingentes de população a mudar de país e de vida.

Na Idade Moderna, no século XVII, uma região do planeta serviu de abrigo para uma população que era expulsa dos campos e perseguida por conflitos religiosos e políticos.

Essa região era a

A) Austrália.

B) América do Norte.

C) África do Sul.

D) Europa Central.

E) Ásia.

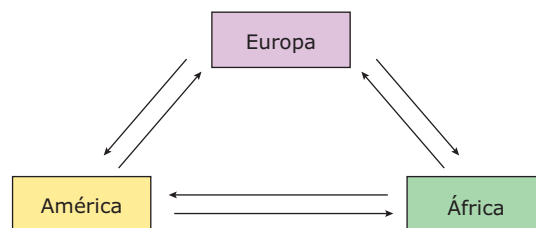
08. (FUVEST-SP) Sobre a colonização inglesa na América do Norte,

A) **ESTABELEÇA** sua conexão com os desdobramentos da Reforma Protestante da Inglaterra.

B) **EXPLIQUE** por que na região sul se originou uma organização socioeconômica diferente da do norte.

09. (UFV-MG) O processo de colonização inglesa na América instituiu, nas Treze Colônias, perceptíveis diferenças entre as do Norte e as do Sul. **ELENQUE** as diferenças entre elas no que se refere às relações de trabalho e à produção agrícola.

10. (UFRN) Considerando o esquema a seguir,

Comércio triangular entre a Europa, a África e a América (séculos XVI–XVIII)

A) **EXPLICITE** quais eram os produtos envolvidos nas trocas comerciais entre a Europa, a África e a América e quem as realizava.

B) **EXPLIQUE** de que forma esse comércio levou ao enriquecimento os Estados metropolitanos.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2008) Na América Inglesa, não houve nenhum processo sistemático de catequese e de conversão dos índios ao cristianismo, apesar de algumas iniciativas nesse sentido. Brancos e índios confrontaram-se muitas vezes e mantiveram-se separados. Na América Portuguesa, a catequese dos índios começou com o próprio processo de colonização, e a mestiçagem teve dimensões significativas. Tanto na América Inglesa quanto na Portuguesa, as populações indígenas foram muito sacrificadas. Os índios não tinham defesas contra as doenças trazidas pelos brancos, foram derrotados pelas armas de fogo e, muitas vezes, escravizados. No processo de colonização das Américas, as populações indígenas da América Portuguesa

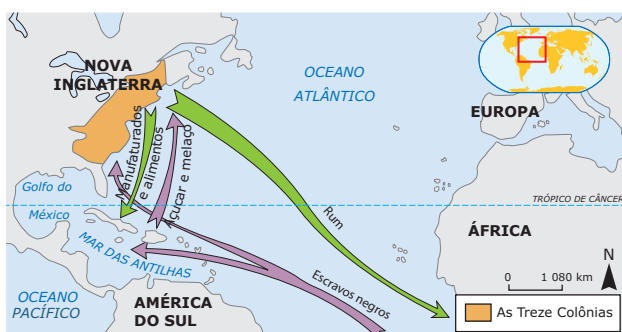
A) foram submetidas a um processo de doutrinação religiosa que não ocorreu com os indígenas da América Inglesa.

B) mantiveram sua cultura tão intacta quanto a dos indígenas da América Inglesa.

C) passaram pelo processo de mestiçagem, que ocorreu amplamente com os indígenas da América Inglesa.

D) diferenciaram-se dos indígenas da América Inglesa por terem suas terras devolvidas.

E) resistiram, como os indígenas da América Inglesa, às doenças trazidas pelos brancos.

02. Observe o mapa a seguir, que representa o comércio triangular realizado pelas Treze Colônias inglesas:

DAVIDSON, Basil. *À descoberta do passado de África*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

A respeito do comércio representado no mapa anterior e de outros conhecimentos acerca da colonização inglesa, pode-se afirmar que

A) o interesse mercantilista britânico, estruturado na produção manufatureira de tecidos, teve seu êxito atendido a partir da estrutura comercial da região colonial.

B) a nítida diferenciação econômica das áreas Norte e Sul das Treze Colônias não inviabilizou a integração comercial das regiões.

C) a negligência salutar inglesa se manifestou na medida em que o comércio envolvendo as Treze Colônias era desvinculado de regiões colonizadas por outras metrópoles.

D) a rica participação do açúcar brasileiro no comércio triangular colaborou para as invasões estrangeiras no Brasil, como exemplifica os casos holandês e francês.

E) o intenso controle britânico das atividades comerciais inglesas possibitou a liberação de recursos para a metrópole, contribuindo para a acumulação primitiva de capital.

GABARITO

Fixação

01. C
02. C
03. B
04. C
05. D

Propostos

01. A
02. B
03. A
04. D
05. C
06. B
07. B
08. A) Os puritanos que colonizaram a América do Norte deixaram a Inglaterra, pois a Reforma Anglicana impunha grande intolerância àqueles que não professassem a religião oficial.

B) A região Sul, escravista, se organizou economicamente em torno de grandes propriedades, cuja produção era voltada para o mercado externo. As condições geográficas e climáticas favoráveis à produção de gêneros agrícolas com mercado na Europa foram fatores decisivos na opção pela economia agroexportadora baseada em *plantations*.

09. Nas colônias de povoamento do Norte, a produção agrícola estruturou-se nas pequenas (*farm*) e médias propriedades orientadas para a policultura e que empregavam a mão de obra familiar, livre e assalariada e, em alguns casos, a servidão por contrato (*indentured servants*). Já nas colônias de exploração do Sul, prevalecia a estrutura de *plantations*, latifúndios monocultores, que empregavam a mão de obra escrava africana e cuja produção se destinava à exportação.

10. A) Traficantes de escravos, normalmente, europeus, com o consentimento de seus governos, trocavam na África produtos obtidos na América. Tabaco, cachaça e rum eram trocados por prisioneiros de guerra que eram vendidos como escravos nas áreas de *plantations* das colônias americanas.

As metrópoles europeias forneciam também manufaturas às suas colônias e recebiam metais preciosos e gêneros tropicais destinados ao comércio na Europa, por meio do pacto colonial, que era o controle exercido pela metrópole sobre o comércio de suas colônias.

B) O comércio triangular assegurava a acumulação de grandes volumes de capital às metrópoles, em acordo com os princípios mercantilistas que orientavam a economia na Idade Moderna.

Seção Enem

01. A
02. B

HISTÓRIA

Implantação do sistema colonial no Brasil

MÓDULO 04 FRENTE B

COMUNIDADES INDÍGENAS

A chegada dos portugueses à costa brasileira representou, assim como na América Espanhola, uma catástrofe para os povos nativos da região, que foram submetidos ao trabalho compulsório e retirados de suas estruturas socioculturais.

Calcula-se que mais de 3 milhões de índios viviam na faixa que hoje se define como o Brasil. As comunidades locais não apresentavam a complexidade das Altas Culturas da América Espanhola, como os Incas e os Astecas, mas eram observados dois grandes grupos de nativos na região da América Portuguesa: os **tupis-guaranis** e os **tapuias**.

Os tupis, também chamados de tupinambás, ocupavam praticamente toda a costa brasileira, concentrando-se, todavia, na região litorânea do Norte do Brasil até Cananeia, no sul do atual estado de São Paulo. Os guaranis, por sua vez, ocupavam o litoral Sul e a Bacia Paraná-Paraguai. Mesmo presentes em uma região territorial tão extensa, esses povos falavam uma língua comum, o tupi-guarani, e apresentavam semelhanças culturais.

Porém, em algumas regiões da costa brasileira e, majoritariamente, no interior, existiam povos indígenas que não seguiam as características culturais e linguísticas dos tupis-guaranis, esses eram conhecidos por **tapuias**: os aimorés, no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, os goitacazes, na foz do Rio Paraíba, e os tremembés, na faixa entre o Ceará e o Maranhão, representam algumas dessas comunidades. Deve-se ressaltar que o termo tapuia possui uma terminologia tupi, que simboliza, de certa forma, a ideia do bárbaro, do forasteiro, do inimigo, por não compartilharem da língua tupi-guarani. Assim, o termo tapuia foi incorporado pelos portugueses sob a perspectiva tupi-guarani. Isso explica a posição de muitos historiadores que optam pelo termo macro-jê para designar a população tapuia.

Os povos indígenas viviam da caça, da pesca, da agricultura e da coleta de frutas. Preparavam frequentemente o solo, utilizando as queimadas. A economia era voltada para a subsistência, sendo comum entre os nativos apenas a troca de mulheres e de alguns bens valorizados, como penas e pedras para ornamento. As alianças entre os índios se concentravam nas atividades bélicas, que serviam para a captura de inimigos, muitas vezes mortos em ações de canibalismo, prática comum dos povos tupis e tapuias.

A chegada dos portugueses foi tratada, pela maioria dos grupos locais, com relativa resistência e, em alguns casos, com enfrentamento armado. As alianças com as comunidades mais afeitas aos lusos foram fundamentais para a garantia da colonização, como no caso do apoio dos tupis ao combate dos tamoios que tentaram destruir os primeiros núcleos portugueses na região de São Paulo.

Tal encontro de culturas possibilitou, além da violência e da destruição indígena, a integração de hábitos alimentares e culturais, bem como a apropriação de palavras do vocabulário nativo. A intensa miscigenação também seria uma particularidade que distinguiu os povos portugueses dos espanhóis durante os séculos seguintes da colonização.

OS PRIMEIROS PORTUGUESES

Victor Meirelles

Primeira missa no Brasil. Note-se o caráter idealizador da chegada portuguesa, na tela de Victor Meirelles.

A chegada lusa ao solo sul-americano não assinalou a efetivação do processo de ocupação das terras americanas pelos portugueses. Isso ocorreu porque os lucros provenientes das atividades comerciais no Oriente monopolizaram a atenção do Estado português nos primeiros anos do século XVI. Essa indiferença parcial foi quebrada pelas viagens de reconhecimento da costa brasileira e pelos empreendimentos extrativistas, empenhados na extração do pau-brasil. Em 1501 e 1503, a Coroa portuguesa enviou duas expedições ao Brasil com o objetivo de reconhecer a costa brasileira e dimensionar a potencialidade da região.

Além da fundação das primeiras feitorias na América Portuguesa, as viagens iniciais conseguiram identificar a possibilidade de um fácil lucro para a Coroa por meio da exploração do pau-brasil. Madeira já comercializada na região da Ásia, o pau-brasil foi encontrado de maneira abundante na região da Mata Atlântica, da faixa do Rio Grande do Norte até o Rio de Janeiro. O pau-brasil era amplamente utilizado na Europa desde a Idade Média como base para a tintura de tecidos, com especial predileção para tons vermelhos.

O interesse pela madeira fez com que a Coroa portuguesa estabelecesse o imediato direito de **estanco** – monopólio real –, porém sem a disposição de efetuar gastos com a extração. Concedeu, assim, a exploração a terceiros, mediante o pagamento de taxas para a retirada da madeira na costa da América Portuguesa. O primeiro explorador do recurso na colônia foi o cristão-novo Fernando de Noronha, rico asturiano que, em Lisboa, comandava ampla atividade comercial, tendo permanecido com o direito de extração até o ano de 1511.

A extração do pau-brasil contava com o trabalho indígena por meio do **escambo**, ou seja, mediante um sistema de trocas. Os nativos se interessaram pela atividade na medida em que eram beneficiados por pequenos objetos úteis fornecidos pelos portugueses, como facas, machados, e tesouras, além dos atraentes espelhos e miçangas.

O comércio do pau-brasil perdurou durante todo o Período Colonial, tendo se intensificado nas primeiras décadas do século XVI. Foi nesse período que navegantes de outros países buscaram na costa brasileira a possibilidade de fácil enriquecimento por meio da exploração da madeira tintorial, com destaque para as expedições francesas.

A presença estrangeira na costa da América Portuguesa exigiu medidas de segurança por parte da Coroa, devido à resistência dos países europeus às determinações do Tratado de Tordesilhas. As duas expedições militares de Cristóvão Jacques, em 1516 e 1526, foram determinantes para reprimir navios franceses exploradores no litoral da colônia.

A apreensão da nau francesa *Pelèrine*, com aproximadamente 300 toneladas de pau-brasil, no ano de 1532, demonstra a intensa presença estrangeira na costa colonial. Tal situação reproduziu em menor escala os conflitos entre lusos e potências europeias pelas novas terras durante os séculos seguintes de colonização.

A presença francesa na costa estimulou o monarca português João III (1502-1557) a redefinir os rumos da política lusitana para as terras da América. A queda do lucro nas regiões asiáticas e a localização de minerais preciosos nas áreas de colonização espanhola também foram determinantes para um novo projeto para a colônia.

EXPEDIÇÕES COLONIZADORAS

Em dezembro de 1530, partiram de Portugal cinco embarcações, com aproximadamente 400 homens, que seriam responsáveis pela fundação do primeiro núcleo colonial português na América.

Conduzida por Martin Afonso de Souza, a expedição colonizadora fundou a vila de São Vicente, na região do litoral de São Paulo. Em 1533, depois de fracassadas tentativas para localizar as ricas regiões fornecedoras de metais preciosos, na região do Rio da Prata, Martin Afonso retornou a Portugal, sendo notificado da implantação do sistema de **capitanias hereditárias** para a exploração da América Portuguesa.

Já utilizado em outras áreas do Império luso, esse sistema seria marcado pela doação de faixas de terras perpendiculares ao Tratado de Tordesilhas até a área litorânea. Receberiam tais faixas de terra aqueles que a Coroa portuguesa acreditasse serem capazes de promover a ocupação territorial. Esses eram denominados **capitães donatários**, que passariam a assumir o papel de empreendedores do sistema colonial português.

Martin Afonso recebeu duas das quinze capitanias distribuídas pelo monarca João III. Além da Carta de Doação, documento que garantia o direito de posse da capitania, os donatários recebiam o foral, documento responsável por determinar direitos e deveres. Assim, o capitão donatário poderia:

- distribuir sesmarias, gigantescos latifúndios que foram explorados pelos primeiros lusos que chegaram ao Brasil;
- escravizar os nativos;
- fundar vilas;
- explorar a terra e promover a extração de metais, de modo a obter lucros, mediante o pagamento dos impostos. Ficava excluída apenas a exploração do pau-brasil, que permaneceu como monopólio real;
- conduzir a administração da capitania, protegendo os colonos dos ataques estrangeiros e dos nativos.

As capitanias hereditárias representavam unidades administrativas, não podendo ser confundidas com propriedades. Assim, a origem da concentração fundiária no Brasil não se explica pelas capitanias, mas sim pelo sistema de sesmarias.

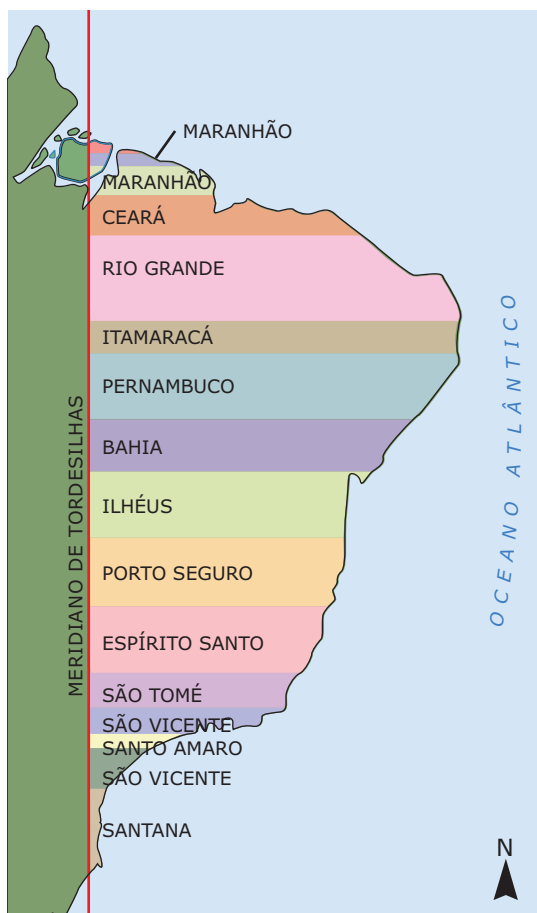
A distribuição das sesmarias teve início em Portugal durante a Idade Média, em 1375, com o objetivo de inibir o monopólio do controle da terra, impedir o fortalecimento de uma nobreza fundiária e ampliar a produção agrícola, por meio da distribuição de minifúndios. Já na América Portuguesa, esse sistema acabou por acarretar um quadro inverso, em que a doação de terras promoveu a concentração fundiária, devido à amplitude territorial existente na colônia.

As capitanias hereditárias não garantiram a plena ocupação do território brasileiro. Ataques indígenas, desinteresse pelo território, distância e falta de capital podem ser citados como elementos que contribuíram para a fragilidade do sistema. Apenas duas capitanias apresentaram relativo sucesso no início do século XVI: São Vicente e Pernambuco.

A capitania de São Vicente dedicou-se inicialmente à lavoura de cana-de-açúcar, mas a distância dos principais mercados e a concorrência de outras áreas produtoras acabou por fragilizar essa atividade econômica na região. A agricultura, por sua vez, era direcionada para a subsistência.

Com o decorrer das décadas, a capitania de São Vicente se transformou em um importante centro irradiador de expedições para o interior da América Portuguesa, na esperança de encontrar metais preciosos e de capturar indígenas que eram vendidos como cativos em outras regiões coloniais.

Já a capitania de Pernambuco se notabilizou pelo sólido projeto da lavoura açucareira, que acabou por atrair o interesse internacional no século XVII.

Capitanias hereditárias

Capitanias hereditárias: a colonização começa a ganhar seus primeiros contornos sob o direcionamento do capital privado.

PRESENÇA DA COROA

A fragilidade do sistema de capitanias e a permanência das incursões estrangeiras na região brasileira levaram a Coroa portuguesa a instituir o **Governo Geral**, em 1548.

Por meio do **Regimento**, documento que continha as principais atribuições do novo modelo administrativo, **Tomé de Souza** foi apresentado como primeiro governador-geral. A colônia portuguesa passou a ser administrada a partir da capitania da Bahia, transformada em capitania real após ter sido comprada dos herdeiros do falecido donatário Pereira Coutinho.

Chegada de Tomé de Souza. A coroa portuguesa objetiva se fazer mais presente no processo colonizatório e estabelece o Governo geral.

A cidade de Salvador passou a ser o centro da nova administração, que não eliminou o modelo das capitanias hereditárias, mas buscou incentivá-las para a plena ocupação do território. Para atingir esse objetivo, Tomé de Souza chegou a visitar várias capitanias, buscando assegurar nessas regiões o apoio formal da Coroa portuguesa ao projeto colonizador. Durante o governo de Tomé de Souza, ocorreu a fundação do primeiro bispado na América Portuguesa, além da construção de prédios na capital brasileira.

Nesse contexto, chegaram os primeiros jesuítas, sob a liderança de Manuel da Nóbrega, responsável pelo planejamento da catequese dos indígenas e pela fundação de núcleos educacionais. Com o decorrer das décadas, iniciou-se um dos mais graves e duradouros conflitos do Período Colonial: o atrito entre colonos, desejosos de utilizar o índio como escravo para as mais variadas atividades, e os jesuítas, empenhados no projeto da evangelização dos gentios. Em várias regiões da colônia, essa questão desencadeou instabilidades e violência, exigindo intervenções constantes da Coroa portuguesa durante todo o Período Colonial.

A administração colonial ainda contava com uma estrutura regional de destaque: as **Câmaras Municipais**. Fundamentais para o controle político local, cabia às Câmaras a administração das vilas, a análise de assuntos alusivos ao cotidiano da população e a harmonização das regras do Império português com as especificidades regionais da colônia. A escolha dos seus membros era orientada por meio do Regimento de 1506, que determinava a eleição de três a quatro vereadores, conhecidos por homens bons, um escrivão, um procurador e um tesoureiro. Quando necessário, conforme as particularidades de cada vila, também eram escolhidos os oficiais camarários. A Câmara Municipal era renovada a cada três anos, reunindo-se em média dois dias por semana. Como a escolha dos seus membros partia dos setores da elite local, o esforço político empreendido era voltado para a manutenção dos privilégios da população mais abastada.

LEITURA COMPLEMENTAR

Conciliação entre Governo Geral e colonos

O Regimento de 1548 e a Carta de Doação não superpõem, senão que absorvem na autoridade do governador-geral a autoridade dos capitães donatários. Tomé de Souza, em nome do rei, passou a subordinar os agentes coloniais, reduzidos todos, mesmo se nomeados pelos donatários, em agentes do soberano, obrigados a prestar miúdas contas de seus encargos. O governador-geral cuidaria, sobretudo, da defesa contra o gentio e da defesa contra o estrangeiro, com o cuidado de vigiar o litoral. De outro lado, disciplinaria os donos de embarcações, perturbadoras das relações entre as capitanias, ao abrigo das linhas oficiais. Ninguém, daí por diante, deveria construir e armar navios e caravelas sem licença, vedado ao colono o comércio com os índios senão pelos cânones aprovados pelo governo.

Os moradores não podiam, também, entrar no sertão, sem a licença direta do soberano. Essas diretrizes, no seu conjunto, indicam a consciente e deliberada preocupação de reduzir o espaço econômico ao espaço administrativo, mantendo o caranguejo agarrado à praia. O povoamento e a colonização deveriam estar ao alcance dos instrumentos de controle e de repressão da metrópole, de seus navios e das suas forças obedientes da colônia. A Coroa está atenta para "manter aquele mesmo sistema de povoamento litorâneo, permitindo contato mais fácil e direto com a metrópole e ao mesmo tempo previne, ou chama exclusivamente a si, enquanto tem forças para fazê-lo, as entradas ao sertão, tolhendo aqui, sobretudo, o arbítrio individual." A real fazenda instala, pouco a pouco, seus mil olhos, muitas vezes desnorteados com a extensão territorial, denunciando o "cunho largamente mercantil da ação colonial dos reis portugueses". A centralização era o meio adequado, já cristalizado tradicionalmente, para o domínio do Novo Mundo.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo. 1989, v. 1. p. 145-146.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFMG–2010) Leia este trecho do documento:

Eu el-rei faço saber a vós [...] *fidalgo de minha casa que vendo Eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e seguramente se possam ir povoando para exaltamento da nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas coisas que cumprirem a meus serviços e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes* [...]

É **CORRETO** afirmar que, nesse trecho de documento, se faz referência

A) à criação do Governo Geral, com sede na Bahia.

B) à implantação do vice-reinado no Rio de Janeiro.

C) à implementação da capitania-sede em São Vicente.

D) ao estabelecimento de capitanias hereditárias no Nordeste.

02. (FGV-SP–2008) *O primeiro testemunho sobre a antropofagia na América foi registrado por Álvarez Chanca* [...] *em 1493.* [...] *Registrada a abominação antropofágica, os monarcas espanhóis autorizam em 1503 a escravidão de todos os caraíbas pelos colonos. No litoral brasileiro, os tupinambás, do grupo tupi, tinham o hábito do canibalismo ritual* [...]

Prova de barbárie e, para alguns, da natureza não humana do ameríndio, a antropofagia condenava as tribos que a praticavam a sofrer pelas armas portuguesas a "guerra justa" e do cativeiro perpétuo em 1557, por terem devorado no ano anterior vários náufragos portugueses, entre os quais se encontrava o primeiro bispo do Brasil.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *Folha de S. Paulo*, 12 out. 1991.

A partir do fragmento, é **CORRETO** concluir que

A) as tribos tupiniquins, aliadas aos franceses, acreditavam na justiça e na importância da guerra justa como capaz de permitir a supremacia contra tribos inimigas.

B) conforme determinavam as legislações de Portugal e da Espanha até o início do século XIX, apenas os nativos da América que praticavam o canibalismo foram escravizados.

C) a escravização dos ameríndios foi legal e efetiva apenas até a entrada dos primeiros homens escravos africanos na América, a partir da segunda metade do século XVII.

D) o estranhamento do colonizador europeu com a prática da antropofagia por parte dos nativos da América serviu de pretexto para a escravização desses nativos.

E) portugueses e espanhóis, assim como a Igreja Católica, associavam a desumanidade dos índios ao fato de esses nativos insistirem na prática da guerra justa.

03. (UEL-PR–2007) Sobre o sistema colonial de Portugal no Brasil, é correto afirmar:

A) Os reformadores do sistema de exploração mercantil aportaram em São Sebastião comandados por Tomé de Souza. O objetivo principal da esquadra era manter o sistema português de educação vigente no Brasil.

B) O Pe. Manuel da Nóbrega, membro da Companhia de Jesus, veio para o Brasil cumprir os preceitos da aplicação do dogma e da disciplina religiosa. Assim, estabeleceu-se na colônia a articulação dos poderes do rei e de Deus, ou seja, da Coroa portuguesa com a Igreja.

C) As revoluções Copernicana, Industrial e Francesa levaram a Coroa portuguesa por meio da Universidade de Coimbra, dominada pela Companhia de Jesus, a enviar a esquadra de Tomé de Souza para o Brasil, visando a controlar os movimentos reformistas que proliferavam em várias capitanias.

D) O Brasil, inserido no antigo sistema colonial, foi reconhecido como um exemplo de colônia de povoamento pela ocupação organizada do território, levando a Coroa portuguesa a liberar o comércio interno e a incentivar o panorama científico e educacional.

E) A Reforma Protestante e a revolução realizada por Nicolau Copérnico tiveram um grande impacto no sistema educacional do Brasil Colônia. Para auxiliar nesse processo, que pressupõe o desenvolvimento do dogma e da disciplina, a Companhia de Jesus enviou o Pe. Manuel da Nóbrega.

04. (UFMG–2007) Observe a imagem:

Adoração dos magos, atribuída a Vasco Fernandes e a Jorge Afonso, pintada na Sé de Viseu, em Portugal, entre 1501 e 1505.

Com base nas informações dessa imagem e em outros conhecimentos sobre o assunto, é **INCORRETO** afirmar que a descoberta do Novo Mundo e, particularmente, do Brasil levou os portugueses a representar

A) a América e sua população, novidade com que se defrontavam, inserindo-as em quadros mentais antigos.

B) a América, sua natureza e sua população, reconhecendo-as na sua alteridade em relação ao mundo europeu.

C) os povos da América em conformidade com as crenças – sobretudo as cristãs – em voga, então, no continente Europeu.

D) um dos Reis Magos como um índio da América, fazendo-o substituir aquele que é, usualmente, representado como negro.

05. (UFMG) É **CORRETO** afirmar que a prática da antropofagia entre algumas tribos indígenas brasileiras se devia

A) ao barbarismo daqueles povos, que não possuíam religião ou normas morais capazes de refrear seus instintos.

B) à crença de que, ao devorarem os inimigos, os índios estariam incorporando suas virtudes e qualidades.

C) à influência dos conquistadores europeus, uma vez que os índios procuravam responder à crueldade dos brancos.

D) a uma estratégia de apavorar os adversários, que ficavam com medo de combater os antropófagos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFRN) *José de Anchieta, missionário jesuíta, veio da Europa, no século XVI, com o objetivo de evangelizar as populações indígenas no Brasil. Acerca dos índios, assim ele escreveu:*

"Pouco se pode obter deles se a força do braço secular não acudir para domá-los. Para esse gênero de gente não há melhor pregação do que a espada e a vara de ferro."

COTRIM, Gilberto. *História e consciência do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 28.

O depoimento citado expressa ideias que serviram de base para o(a)

A) projeto de manutenção da cultura dos povos nativos levado a cabo pela Companhia de Jesus, apesar do conflito com as autoridades coloniais.

B) tratamento dado pelos portugueses aos povos nativos, proibindo sua escravização em todo o território da colônia e importando africanos para a lavoura açucareira.

C) política da Coroa portuguesa, que reunia os nativos nas reduções ou nos aldeamentos, onde ficavam a salvo dos ataques dos colonos interessados em sua escravização.

D) conquista dos povos nativos, impondo-lhes o idioma, a religião, o direito e o modelo econômico e político dominante entre os europeus.

02. (UNIFESP-SP) *Se abraçarmos alguns costumes deste gentio, os quais não são contra nossa fé católica, nem são ritos dedicados a ídolos, como é cantar cantigas de Nosso Senhor em sua língua* [...] *e isto para os atrair a deixarem os outros costumes essenciais* [...]

NÓBREGA, Manuel da., em carta de 1552.

Com base no texto, pode-se afirmar que

A) os jesuítas, em sua catequese, não se limitaram a aprender as línguas nativas para cristianizar os indígenas.

B) a proposta do autor não poderia, por suas concessões aos indígenas, ser aceita pela ordem dos jesuítas.

C) os métodos propostos pelos jesuítas não poderiam, por seu caráter manipulador, ser aceitos pelos indígenas.

D) os jesuítas experimentaram os mais variados métodos para alcançar seu objetivo, que era explorar os indígenas.

E) os jesuítas, depois da morte de José de Anchieta, abandonaram seus escrúpulos no sentido de corromper os indígenas.

03. (Fatec-SP) O governo de Tomé de Souza foi marcado

A) por uma intensa luta contra os franceses, no Rio de Janeiro, e por conflitos com os jesuítas, que se opunham à escravização dos índios.

B) pela fundação do Colégio de São Paulo de Piratininga, em 1554.

C) pela criação do primeiro bispado do Brasil, tendo à frente o bispo D. Pero Fernandes Sardinha.

D) pela grande habilidade política do governador, a qual acabou por deixá-lo no poder por quase 15 anos.

E) pelo Armistício de Iperoig e pela vitória contra os franceses, que foram expulsos do Rio de Janeiro em 1567.

04. (Fatec-SP–2007) Se levarmos em conta que os colonizadores portugueses mantiveram um contato maior com as nações tupi, podemos dizer que as sociedades indígenas brasileiras viviam em um regime de comunidade primitiva, no qual

A) não existia propriedade privada, pois os únicos bens individuais eram os instrumentos de caça, pesca e trabalho, como o arco, a flecha e o machado de pedra.

B) cabia aos homens, além da caça e da pesca, toda a atividade agrícola do plantio à colheita.

C) cada família tinha a sua propriedade, apesar de todos trabalharem para o sustento da comunidade.

D) a economia era planificada, e todo o excedente era trocado com as tribos vizinhas.

E) tanto a propriedade privada quanto a agricultura de subsistência e a divisão de trabalho obedeciam a critérios naturais, ou seja, de acordo com o sexo e a idade.

05. (UFRJ–2008) As Câmaras Municipais da América Portuguesa do século XVII tinham a responsabilidade de, juntamente com os oficiais da monarquia, zelar pelo "bem comum" da população. Para o exercício de tais funções, a Câmara possuía certas atribuições econômicas, políticas e jurídicas.

Indique duas prerrogativas das Câmaras Municipais coloniais.

06. (UNESP-SP) Observe a figura e leia o texto.

MEIRELLES, Victor. Museu Nacional de Belas Artes, 1861.

Primeira Missa no Brasil.

> *Chantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre Frei Henrique* [...] *Ali estiveram conosco* [...] *cinquenta ou sessenta deles, assentados todos de joelhos, assim como nós.* [...] *[Na terra], até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal* [...] *Porém, o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.*
>
> CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta do Achamento do Brasil*, 10 maio 1500.

A respeito da tela e do texto, é **CORRETO** afirmar que

A) demonstram a submissão da monarquia portuguesa à Contrarreforma católica.

B) expressam o encantamento dos europeus com a exuberância natural da terra.

C) atestam, como documentos históricos, o caráter conflituoso dos primeiros contatos entre brancos e índios.

D) representam o índio sem idealização, reservando-lhe lugar de destaque no quadro, o que era pouco comum.

E) apresentam uma leitura do passado, na qual os portugueses figuram como portadores da civilização.

07. (UFC-CE) Acerca das pretensões iniciais da exploração e da conquista do Brasil, assinale a alternativa **CORRETA**.

A) Interesses antropológicos levaram os portugueses a fazer contato com outros povos, entre eles, os índios do Brasil.

B) O rei Dom Manuel tinha se proposto chegar às Índias navegando para o Ocidente, antecipando-se, assim, a Cristóvão Colombo.

C) O interesse científico de descobrir e de classificar novas espécies motivou cientistas portugueses para lançarem-se à aventura marítima.

D) Os conquistadores estavam interessados em encontrar terras férteis para desenvolver a cultura do trigo e, assim, dar solução às crises agrícolas que sofriam em Portugal.

E) Os portugueses estavam interessados nas riquezas que as novas terras descobertas podiam conter, além de garantir a segurança da rota para as Índias.

08. (UFPE) As feitorias portuguesas no Novo Mundo foram formas de assegurar, aos conquistadores, as terras descobertas. Sobre essas feitorias, é **CORRETO** afirmar que

A) a feitoria foi uma forma de colonização empregada por portugueses na África, na Ásia e no Brasil, com pleno êxito para a atividade agrícola.

B) as feitorias substituíram as capitanias hereditárias durante o Governo Geral de Mem de Sá, como proposta mais moderna de administração colonial.

C) as feitorias foram estabelecimentos fundados por portugueses no litoral das terras conquistadas e serviam para armazenamento de produtos da terra, que deveriam seguir para o mercado europeu.

D) tanto as feitorias portuguesas fundadas ao longo do litoral brasileiro quanto as fundadas nas Índias tinham idêntico caráter: a presença do Estado português e a ausência de interesses de particulares.

E) o êxito das feitorias afastou a presença de corsários franceses e estimulou a criação das capitanias hereditárias.

09. (FUVEST-SP) Os portugueses chegaram ao território, depois denominado Brasil, em 1500, mas a administração da terra só foi organizada em 1549. Isso ocorreu porque, até então,

A) os índios ferozes trucidavam os portugueses que se aventurassem a desembarcar no litoral, impedindo assim a criação de núcleos de povoamento.

B) a Espanha, com base no Tratado de Tordesilhas, impedia a presença portuguesa nas Américas, policiando a costa com expedições bélicas.

C) as forças e as atenções dos portugueses convergiam para o Oriente, onde vitórias militares garantiam relações comerciais lucrativas.

D) os franceses, aliados dos espanhóis, controlavam as tribos indígenas ao longo do litoral bem como as feitorias da costa sul-atlântica.

E) a população de Portugal era pouco numerosa, impossibilitando o recrutamento de funcionários administrativos.

10. (UFRGS) Observe o cartum a seguir:

PRIMEIRA MISSA de Sampaio. In: *Humores nunca dantes navegados*: o descobrimento segundo os cartunistas do Sul do Brasil. Porto Alegre: SEC-RS, 2000.

Considerando a situação histórica e os significados expressos no cartum anterior, analise as seguintes afirmações:

I. O cartum retrata o momento inicial da conquista portuguesa, demonstrando aspectos do "choque cultural" ocorrido entre os conquistadores e os indígenas.

II. A dominação portuguesa do Brasil não se deu unicamente com base na exploração dos recursos naturais e do trabalho indígena, mas também apresentou aspectos nitidamente ideológicos, como a imposição da religião católica aos autóctones.

III. O cartum apresenta o momento inicial do contato interétnico como sendo de tensão e de conflito armado e econômico, visto que os nativos reagiram às tentativas de vigilância impostas pelos conquistadores.

Quais estão corretas?

A) Apenas I

B) Apenas I e II

C) Apenas I e III

D) Apenas II e III

E) I, II e III

11. (Unicamp-SP) *O termo "feitor" foi utilizado em Portugal e no Brasil Colonial para designar diversas ocupações. Na época da Expansão Marítima portuguesa, as feitorias espalhadas pela costa africana e, depois, pelas Índias e pelo Brasil tinham feitores na direção dos entrepostos com função mercantil, militar, diplomática. No Brasil, porém, o sistema de feitorias teve menor significado do que nas outras conquistas, ficando o termo "feitor" muito associado à administração de empresas agrícolas*.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000. p. 222 (Adaptação).

A) **INDIQUE** características do sistema de feitorias empreendido por Portugal.

B) Qual a produção agrícola predominante no Brasil entre os séculos XVI e XVII? Quais as funções desempenhadas pelo feitor nessas empresas agrícolas?

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2009) *Os yanomami constituem uma sociedade indígena do norte da Amazônia e formam um amplo conjunto linguístico e cultural. Para os yanomami,* urihi*, a "terra-floresta", não é um mero cenário inerte, objeto de exploração econômica, e sim uma entidade viva, animada por uma dinâmica de trocas entre os diversos seres que a povoam. A floresta possui um sopro vital,* wixia*, que é muito longo. Se não a desmatarmos, ela não morrerá. Ela não se decompõe, isto é, não se desfaz. É graças ao seu sopro úmido que as plantas crescem. A floresta não está morta pois, se fosse assim, as florestas não teriam folhas. Tampouco se veria água. Segundo os yanomami, se os brancos os fizerem desaparecer para desmatá-la e morar no seu lugar, ficarão pobres e acabarão tendo fome e sede.*

ALBERT, B. Yanomami, o espírito da floresta. *Almanaque Brasil Socioambiental*. São Paulo: ISA, 2007 (Adaptação).

De acordo com o texto, os yanomami acreditam que

A) a floresta não possui organismos decompositores.

B) o potencial econômico da floresta deve ser explorado.

C) o homem branco convive harmonicamente com *urihi*.

D) as folhas e a água são menos importantes para a floresta que seu sopro vital.

E) *wixia* é a capacidade que tem a floresta de se sustentar por meio de processos vitais.

02. (Enem–2007)

Disponível em: <www.betocelli.com>.

PINTURA rupestre da Toca do Pajaú – PI.

A pintura rupestre anterior, que é um patrimônio cultural brasileiro, expressa

A) o conflito entre os povos indígenas e os europeus durante o processo de colonização do Brasil.

B) a organização social e política de um povo indígena e a hierarquia entre seus membros.

C) aspectos da vida cotidiana de grupos que viveram durante a chamada Pré-História do Brasil.

D) os rituais que envolvem sacrifícios de grandes dinossauros atualmente extintos.

E) a constante guerra entre diferentes grupos paleoíndios da América durante o Período Colonial.

03. (Enem–2009) *O índio do Xingu, que ainda acredita em Tupã, assiste pela televisão a uma partida de futebol que acontece em Barcelona ou a um* show *dos Rolling Stones na praia de Copacabana. Não obstante, não há que se iludir: o índio não vive na mesma realidade em que um morador do Harlem ou de Hong Kong, uma vez que são distintas as relações dessas diferentes pessoas com a realidade do mundo moderno; isso porque o homem é um ser cultural, que se apoia nos valores da sua comunidade, que, de fato, são os seus.*

GULLAR, F. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: 19 out. 2008 (Adaptação).

Ao comparar essas diferentes sociedades em seu contexto histórico, verifica-se que

A) pessoas de diferentes lugares, por fazerem uso de tecnologias de vanguarda, desfrutam da mesma realidade cultural.

B) o índio assiste ao futebol e ao *show*, mas não é capaz de entendê-los, porque não pertencem à sua cultura.

C) pessoas com culturas, valores e relações diversas têm, hoje em dia, acesso às mesmas informações.

D) os moradores do Harlem e de Hong Kong, devido à riqueza de sua história, têm uma visão mais aprimorada da realidade.

E) a crença em Tupã revela um povo atrasado, enquanto os moradores do Harlem e de Hong Kong, mais ricos, vivem de acordo com o presente.

04. (Enem–2009) Distantes uma da outra quase 100 anos, as duas telas seguintes, que integram o patrimônio cultural brasileiro, valorizam a cena da primeira missa no Brasil, relatada na Carta de Pero Vaz de Caminha. Enquanto a primeira retrata fielmente a Carta, a segunda – ao excluir a natureza e os índios – critica a narrativa do escrivão da frota de Cabral. Além disso, na segunda, não se vê a cruz fincada no altar.

MEIRELLES, Victor. Primeira missa no Brasil, 1861.

Disponivel em: <http://www.moderna.com.br>. Acesso em: 3 nov. 2008.

PORTINARI, Cândido. Primeira missa no Brasil, 1948.

Disponivel em: <http://www.casadeportinari.com.br>. Acesso em: 3 nov. 2008.

Ao comparar os quadros e levando-se em consideração a explicação dada, observa-se que

A) a influência da religião católica na catequização do povo nativo é objeto das duas telas.

B) a ausência dos índios na segunda tela significa que Portinari quis enaltecer o feito dos portugueses.

C) ambas, apesar de diferentes, retratam um mesmo momento e apresentam uma mesma visão do fato histórico.

D) a segunda tela, ao diminuir o destaque da cruz, nega a importância da religião no processo dos descobrimentos.

E) a tela de Victor Meirelles contribuiu para uma visão romantizada dos primeiros dias dos portugueses no Brasil.

05. (Enem–2009) *Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, hibrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional; sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias de terras e autônomas; senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens.*

FREYRE, G. *Casa Grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1984.

De acordo com a abordagem de Gilberto Freyre sobre a formação da sociedade brasileira, é correto afirmar que

A) a colonização na América tropical era obra, sobretudo, da iniciativa particular.

B) o caráter da colonização portuguesa no Brasil era exclusivamente mercantil.

C) a constituição da população brasileira esteve isenta de mestiçagem racial e cultural.

D) a metrópole ditava as regras e governava as terras brasileiras com punhos de ferros.

E) os engenhos constituíam um sistema econômico e político, mas sem implicações sociais.

06. (Enem–2010) *Os vestígios dos povos tupi-guarani encontram-se desde as missões e o Rio da Prata, ao sul, até o Nordeste, com algumas ocorrências ainda mal conhecidas no sul da Amazônia. A leste, ocupavam toda a faixa litorânea, desde o Rio Grande do Sul até o Maranhão. A oeste, aparecem (no Rio da Prata) no Paraguai e nas terras baixas da Bolívia. Evitam as terras inundáveis do Pantanal e marcam sua presença discretamente nos cerrados do Brasil Central. De fato, ocuparam, de preferência, as regiões de floresta tropical e subtropical.*

PROUS, A. *O Brasil antes dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Os povos indígenas citados possuíam tradições culturais específicas que os distinguiam de outras sociedades indígenas e dos colonizadores europeus. Entre as tradições tupi-guarani, destacava-se

A) a organização em aldeias politicamente independentes, dirigidas por um chefe, eleito pelos indivíduos mais velhos da tribo.

B) a ritualização da guerra entre as tribos e o caráter semissedentário de sua organização social.

C) a conquista de terras mediante operações militares, o que permitiu seu domínio sobre vasto território.

D) o caráter pastoril de sua economia, que prescindia da agricultura para investir na criação de animais.

E) o desprezo pelos rituais antropofágicos praticados em outras sociedades indígenas.

GABARITO

Fixação

01. A 03. B 05. B

02. D 04. B

Propostos

01. D

02. A

03. C

04. A

05. Deve-se indicar duas prerrogativas das Câmaras Municipais coloniais, entre as quais:
- participar da administração da Justiça;
- inspecionar o abastecimento de gêneros;
- supervisionar os terrenos e as vias públicas;
- negociar junto à monarquia os interesses da região;
- em alguns conselhos, administrar tributos especificamente locais e gerar posturas municipais.

06. E

07. E

08. C

09. C

10. B

11. A) As feitorias constituíam entrepostos comerciais no litoral de áreas coloniais ou de contatos dos portugueses para a captação e o armazenamento de produtos obtidos por meio de trocas com os nativos.

B) Entre os séculos XVI e XVII, predominou no Brasil a lavoura da cana-de-açúcar. O feitor controlava o trabalho dos escravos na lavoura, atuando na administração da empresa colonial e sendo um representante do senhor escravocrata na estrutura produtiva.

Seção Enem

01. E 03. C 05. A

02. C 04. E 06. B